

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA FERNANDA ROCHA CORRÊA

**EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CAMINHO DA REDE
MANDALA PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES**

CURITIBA

2024

GABRIELA FERNANDA ROCHA CORRÊA

**EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CAMINHO DA REDE
MANDALA PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES**

**POPULAR EDUCATION AND SOLIDARITY ECONOMY: THE MANDALA
NETWORK PATH FOR TRAINING POPULAR EDUCATORS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia, do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora: Professora Doutora Marilene Zazula Beatriz.

CURITIBA

2024



Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



GABRIELA FERNANDA ROCHA CORREA

EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CAMINHO DA REDE MANDALA PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 04 de Setembro de 2024

Dra. Marilene Zazula Beatriz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Lourenca Santiago Ribeiro, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Dra. Maria Jose Menezes Lourega Belli, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 04/09/2024.

Dedico este trabalho aos Educadores/as Populares,
em especial, aos da Rede Mandala.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela compreensão e o incentivo para a realização deste trabalho, em especial aos meus pais Edison e Rosana, minhas irmãs Isabela e Ana Luisa e ao meu companheiro Hubner.

Como também à minha orientadora, Professora Marilene, por me apresentar à Economia Solidária e pelo apoio constante durante todo o processo. Agradeço por suas valiosas orientações e pelas discussões enriquecedoras.

RESUMO

CORRÊA, Gabriela Fernanda Rocha. **Educação Popular e Economia Solidária: o caminho da Rede Mandala para formação de educadores populares.** 2024. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

A Educação Popular, fundamentada nos princípios freireanos, promove a conscientização e a emancipação dos indivíduos, buscando o fortalecimento dos grupos populares por meio de uma educação coletiva e participativa. Esse enfoque educacional, quando aliada à Economia Solidária, reforça práticas de autogestão e cooperação, essenciais para a construção de uma sociedade justa, na medida em que valoriza o trabalho e a participação dos/as trabalhadores/as nos processos produtivos. Já a Tecnociência Solidária refere-se ao movimento da Tecnologia Social em conjunto com os princípios e pilares da Economia Solidária e outros movimentos sociais e de trabalho, que promovem o desenvolvimento e a aplicação de conhecimentos de maneira solidária e inclusiva. A Tecnociência Solidária na prática da Educação Popular e na Economia Solidária significa ir além da mera transferência de tecnologia. Trata-se de um processo dialógico e colaborativo, onde o conhecimento é democratizado. O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como a formação permanente em Economia Solidária, por meio da Educação Popular, pode contribuir para a formação de educadores populares na Rede Mandala. Já os objetivos específicos foram: Investigar o contexto atual da Educação Popular e da Economia Solidária, identificando as tendências, desafios e oportunidades que afetam a formação de educadores populares no contexto da Rede Mandala; Descrever o processo de Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala, considerando os métodos pedagógicos, conteúdos e estratégias utilizadas; Analisar as percepções dos/as educadores/as populares sobre a sua participação na Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala; e Verificar se a Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala pode ser considerada uma Tecnociência Solidária. Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa e descritiva, para explorar a formação permanente em Economia Solidária na Rede Mandala. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico e pesquisa documental, além de nove entrevistas semiestruturadas com educadores/as populares. Para o tratamento dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo, permitindo uma interpretação detalhada e contextualizada dos resultados obtidos. As categorias de análise encontradas foram: construção coletiva; formação constante; uma formação, um processo, e a experiência de cada educador(a). A pesquisa emergiu de uma reflexão sobre nossa sociedade, regida pelo capital e pelo consumo, padrões também refletidos nas estruturas educacionais. Por meio da Educação Popular Freireana é possível fortalecer a Economia Solidária. Nesse sentido, a Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala, pode ser considerada exemplo prático de efetivação da Educação Popular Freireana como uma Tecnociência solidária dentro da Economia Solidária. A Educação Popular aliada à Economia Solidária e à Tecnociência Solidária, oferece um caminho viável para a construção de uma sociedade justa, onde o protagonismo dos grupos populares é valorizado e incentivado.

Palavras-chave: Educação Popular; Economia Solidária; Tecnociência Solidária.

() Não autorizo a disponibilização de endereço de correio eletrônico para contato.

(X) Autorizo a disponibilização do seguinte correio eletrônico para contato:
gabrielacorrea@alunos.utfpr.edu.br

ABSTRACT

CORRÊA, Gabriela Fernanda Rocha. **Popular education and solidarity economy: the mandala network path for training popular educators.** 2024. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Título original: Educação Popular e Economia Solidária: o caminho da Rede Mandala para formação de educadores populares.

Popular Education, grounded on Freirean principles, promotes awareness and emancipation of individuals, seeking to strengthen popular groups through collective and participatory education. This educational approach, when allied with the Solidarity Economy, reinforces practices of self-management and cooperation, essential for building a just society by valuing the work and participation of workers in productive processes. Solidarity Technoscience refers to the Social Technology movement in conjunction with the principles and pillars of the Solidarity Economy and other social and labor movements, promoting the development and application of knowledge in a supportive and inclusive manner. Solidarity Technoscience in the practice of Popular Education and the Solidarity Economy means going beyond the mere transfer of technology. It is a dialogic and collaborative process, where knowledge is democratized. The general objective of this research was to understand how ongoing training, through Popular Education, can contribute to the strengthening of the Solidarity Economy in the Mandala Network. The specific objectives were: To investigate the current context of Popular Education and the Solidarity Economy, identifying the trends, challenges and opportunities that affect the training of popular educators in the context of the Mandala Network; To describe the process of Permanent Training in Solidarity Economy of the Mandala Network, considering the pedagogical methods, content and strategies used; To analyze the perceptions of popular educators about their participation in the Permanent Training in Solidarity Economy of the Mandala Network; and To verify whether the Permanent Training in Solidarity Economy of the Mandala Network can be considered a Solidarity Technoscience. This study used a qualitative and descriptive approach to explore the permanent training in Solidarity Economy in the Mandala Network. To this end, a bibliographical survey and documentary research were carried out, in addition to nine semi-structured interviews with popular educators. Content Analysis was used to treat the data, allowing a detailed and contextualized interpretation of the results obtained. The categories of analysis found were: collective construction; ongoing training; a training, a process, and the experience of each educator. The research emerged from a reflection on our society, governed by capital and consumption, patterns also reflected in educational structures. Through Freirean Popular Education, it is possible to strengthen the Solidarity Economy. In this sense, the Permanent Training in Solidarity Economy of the Mandala Network can be considered a practical example of the implementation of Freirean Popular Education as a solidary Technoscience within the Solidarity Economy. Popular Education, combined with the Solidarity Economy and Solidarity Technoscience, offers a viable path for the construction of a just society, where the protagonism of popular groups is valued and encouraged.

Keywords: Popular Education; Solidarity Economy; Solidarity Technoscience.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Teorias da Educação.....	29
Figura 2 – Mapa conceitual Economia Solidária	50
Figura 3 – Marcos da Economia Solidária no Brasil	57
Figura 4 – Marco analítico-conceitual da Tecnologia Social	70
Figura 5: Relação de Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede Mandala	83
Figura 6 – Forma de organização da Rede Mandala	86
Figura 7 – Formação básica em Economia Solidária	147
Figura 8 – Tempestade de ideias	148
Quadro 1 – Vertentes da Educação	32
Quadro 2 – Conceitos-chaves do histórico da Educação Popular na América Latina e no Brasil ao decorrer das décadas	36
Quadro 3 – Algumas Definições de Economia Solidária	46
Quadro 4 – Acontecimentos históricos da Economia Solidária no Brasil	57
Quadro 5 – Marcos da Economia Solidária no Paraná.....	60
Quadro 6 – Filosofia da Tecnologia	64
Quadro 7 – Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala..	89
Quadro 8 – Participação como Educador/a Popular	92
Quadro 9 – Dados complementares	92
Quadro 10 – Categorias e subcategorias de Análise	94

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

AST	Adequação Sócio Técnica
CEES	Conselho Estadual de Economia Solidária
CMEPS	Conselho Municipal de Economia Popular Solidária
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
EADES	Empreendimentos de Ação Feminina na Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EP	Educação Popular
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FMES	Fórum Municipal da Economia Solidária
GT	Grupo de Trabalho
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MUMA	Museu Municipal de Arte
PLAMSOL	Plano Municipal de Economia Solidária de Curitiba
TA	Tecnologia Apropriada
TC	Tecnologia Convencional
TS	Tecnologia Social
UNICAMP	Universidade de Campinas
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Motivações da pesquisa	13
1.2	Considerações iniciais.....	15
2	CAMINHOS DENTRO DA EDUCAÇÃO ATÉ A EDUCAÇÃO POPULAR FREIREANA	28
2.1	Elementos da pedagogia a considerar	28
2.2	Breve histórico da Educação Popular na América Latina e no Brasil 34	
2.3	Afinal, o que é a Educação Popular?.....	37
2.4	Contextos de desenvolvimento da Educação Popular	38
2.5	A Educação de Paulo Freire	39
2.6	O educador popular Freiriano	41
2.7	Relação da Educação Popular com a Economia Solidária	42
3	A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	45
3.1	O que é Economia Solidária	45
3.2	Princípios da Economia Solidária.....	47
3.3	Características da Economia Solidária	49
3.4	Alguns movimentos da Igreja Católica e suas relações com a Economia Solidária no Brasil.....	51
3.5	Origens do Cooperativismo e suas relações com a Economia Solidária 53	
3.6	Origem e Linha do tempo da Economia Solidária no Brasil.....	54
3.7	A Economia Solidária no estado do Paraná.....	59
3.8	A Economia Solidária em Curitiba	60
4	CAMINHOS DA TECNOLOGIA CONVENCIONAL PARA A TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA	62
4.1	Conceitos de Tecnologia	62
4.2	Conceitos de Tecnologia Convencional.....	65
4.3	Resgate histórico dos conceitos de Tecnologia Apropriada	66
4.4	O marco conceitual que influenciou o conceito de Tecnologia Social 68	
4.5	As diferenças entre TC e TS	71
4.6	A adequação sócio técnica.....	71
4.7	Tecnociência Solidária.....	73

5	METODOLOGIA	76
5.1	Metodologia da pesquisa.....	76
5.2	Campo de pesquisa.....	81
5.3	Perfil dos participantes da pesquisa	91
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES - O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR 94	
6.1	A construção coletiva	96
6.1.1	Demanda por formação: um processo participativo	98
6.2	Formação Constante.....	99
6.2.1	Aprender economia solidária na prática	100
6.2.2	Formação para quem?	103
6.3	Uma formação, um processo	104
6.3.1	A construção - Pré formação.....	105
6.3.2	A metodologia das formações - Durante a formação	107
6.3.3	Pós-formação - A intenção	110
6.3.4	A construção de uma tecnociência solidária	112
6.4	A experiência de cada educador(a)	114
6.4.1	Liberdade para atuar	114
6.4.2	Busca pelo conhecimento	115
6.4.3	Desafios: encontrados, superados, para superar	116
6.4.4	Perspectivas para as formações	117
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
8	REFERÊNCIAS.....	127
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	138
	APÊNDICE B - TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E TCUIV - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ.....	140
	APÊNDICE C - RELATO: FORMAÇÃO BÁSICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REDE MANDALA.....	146

1 INTRODUÇÃO

1.1 Motivações da pesquisa

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”, pronunciou Paulo Freire (2022b, p.139).

Nesse processo de busca pude conhecer algumas alegrias e bonitezas. Uma delas é a educação, presente em minha vida no âmbito familiar, profissional e social. Formada em Psicologia e Pedagogia, tive a oportunidade de participar de algumas pesquisas acadêmicas, nas áreas de saúde e de educação, sendo incentivada a desenvolver um pensamento crítico e questionador.

Como uma profissional educadora e atuante em uma instituição de ensino, a motivação inicial para essa dissertação surgiu da necessidade de refletir o conceito de Tecnologia e sua relação direta com a educação.

Outra motivação para essa pesquisa foi o contexto da pandemia¹, uma vez que a educação, em suas diferentes abordagens, precisou se adequar ao contexto social, econômico, cultural e político, causado pela pandemia, para manter-se contínua.

Eu mesma, ainda no período da graduação, senti os efeitos da pandemia que inviabilizaram pesquisas de campo, estágios, discussões presenciais, contato com professores e colegas.

Como estudante do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, percebi que a minha concepção acerca do conceito de Tecnologia era do senso comum e pouco fundamentado.

Ao avançar meus estudos sobre Tecnologia e Sociedade, entrei em contato com a Economia Solidária, dando início a um novo processo de busca, onde procurei me aprofundar também neste conceito.

Por conta do campo de pesquisa da minha professora orientadora, hoje, pude considerar e inserir os princípios propostos pelo campo da Economia Solidária

¹ A pandemia de COVID-19 foi uma crise global de saúde causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2. Ela começou em dezembro de 2019 em Wuhan, na China, e rapidamente se espalhou para outros países, levando a uma pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (OMS, 2024).

para a minha vida pessoal e para a minha atuação docente, pensando em sua relação com a educação formal.

Em minhas reflexões, surgiram os seguintes questionamentos: como leio a minha realidade? Quais são as minhas motivações? Qual é o meu papel como educadora/educanda dentro do meu contexto? É possível construir uma educação contra-hegemônica dentro de um sistema hegemônico? Como deixar de reproduzir o que se critica? Como ser contra a corrente quando estamos dentro dela?

Dentro desses questionamentos, pude refletir que todos/as somos educadores e educadoras, ao mesmo tempo em que somos educandos e educandas, ao passo que propagamos novas culturas. E aqui, cabe questionar e debater, quais são os valores que queremos multiplicar em nossa sociedade? E quais estamos reproduzindo?

Certa vez, em um curso realizado na Escola de Formação Básica multiplicadora da Economia Popular Solidária 2022², ouvi uma frase que me marcou, “o homem é educado cem anos antes de nascer”, reforçando a ideia de que a sociedade e as práticas sociais se representam, se reproduzem e se ressignificam ao longo do tempo, ou seja, são construídas e desconstruídas de acordo com interesses e valores de determinada sociedade, permeada de diferentes perspectivas e por correlações desiguais de força entre os sujeitos.

Essa pesquisa me possibilitou olhar um campo diferente da educação do qual eu não havia tido a oportunidade de me aprofundar, a Educação Popular. Para além dela, também pude me aproximar da educação não formal e informal e pensar em suas possibilidades com a Economia Solidária (uma vez que, como costuma dizer minha orientadora, a educação é o meu guarda-chuva, ou seja, minha área de formação).

Sendo assim, essa pesquisa representa uma parte da caminhada de investigação, retratando as minhas escolhas e ideologias, de refletir um mundo mais sustentável e cooperativo, além dos estudos críticos em Educação, Ciência e Tecnologia, Economia Solidária e debates experienciados no decorrer do programa de pós-graduação.

² A Escola de Formação Básica multiplicadora da Economia Popular Solidária foi um curso de formação oferecido pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), realizado no ano de 2022, em Curitiba-Paraná.

1.2 Considerações iniciais

Quando pensamos em educação, podemos observar outros termos que ajudam a compor e a definir os campos da educação, tais como: educação no campo, educação popular, educação tradicional, educação tecnológica, educação profissional, educação inclusiva, educação especial, educação de jovens e adultos, educação infantil, dentre outros.

Como um campo vasto e rico em cada um dos termos supramencionados, o presente trabalho pretende pesquisar sobre Educação Popular e as suas conexões quando relacionada com a Economia Solidária e a Tecnologia, que aqui será tratada mais especificamente como Tecnociência Solidária.

A escolha do campo da Educação Popular aconteceu, pois o objeto de pesquisa (Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala) apoiou-se nos princípios da educação popular para executar as formações.

O projeto de Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala, proposto por um dos empreendimentos da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver, teve como principal objetivo fortalecer a construção de um espaço autogestionário e contínuo de formação em Economia Solidária. Com base nos princípios da educação popular e da pedagogia Freireana, a iniciativa buscou incluir as diversas realidades socioculturais, ambientais e econômicas presentes na Rede Mandala, composta por aproximadamente 800 pessoas em 80 empreendimentos econômicos solidários, além de entidades de apoio. A formação mensal, com módulo único e conteúdos básicos/introdutórios fixos, visou promover o protagonismo de todos/as os/as sujeitos/as da rede, estimulando o compartilhamento de saberes e a multiplicação de conhecimentos sobre uma economia solidária voltada para o trabalho coletivo, autogestionário e solidário.

A Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade - Rede Mandala é formada por empreendimentos econômicos solidários (EES) e/ou grupos de trabalho informais de produção, comercialização e prestação de serviços. Além destes, também compõem a rede as entidades de apoio e fomento à Economia Solidária (EAFES) e os próprios consumidores (REDE MANDALA, 2023).

Antes de melhor detalharmos sobre a Rede Mandala e o projeto de Formação Permanente em Economia Solidária, que serão descritos no capítulo de

“Metodologia”, subcapítulo “Campo de Pesquisa”, vamos adentrar no conceito de Economia Solidária, a partir de autores/as brasileiros/as e internacionais, a saber:

Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) apontam que no Brasil a Economia Solidária ganhou maior visibilidade a partir da década de 1990, com iniciativas econômicas pautadas em práticas de cooperação e de autogestão.

Paul Singer³ (2002), em seu livro intitulado “Introdução à Economia Solidária”, no capítulo “Fundamentos”, apresenta os pilares basilares da Economia Solidária, abordados em três tópicos. O primeiro: “Solidariedade x Competição na economia” (SINGER, 2002, p. 7). Nele, o autor coloca que na economia capitalista a competição está mais em evidência, as pessoas buscam tirar vantagens umas sobre as outras, e essa competição gera uma desigualdade crescente. Já a solidariedade, é entendida como uma prática definidora de um modelo de produzir, dentro da Economia Solidária, pautado na prosperidade coletiva e no direito à liberdade individual.

No segundo tópico, “Empresa capitalista e a empresa solidária: a repartição dos ganhos”, Singer (2002, p. 11) apresenta as principais diferenças entre esses dois modos de organização de trabalho. Na empresa capitalista podemos observar salários desiguais de acordo com cargo e função, expectativas de carreiras, benefícios não-salariais, oferta e demanda pautada no lucro da empresa. Enquanto que na “empresa”⁴ solidária o que existe é a retirada. A retirada seria o equivalente ao salário, mas ela é realizada de acordo com a arrecadação, e parte de uma decisão coletiva. O que sobrar pode compor um fundo, para uso dos próprios/as trabalhadores/as. E ainda, existe um limite mínimo e máximo entre as diferentes retiradas, não necessariamente são todas iguais, isso vai depender de como a “empresa” solidária se organiza. Uma das questões principais dos empreendimentos solidários é ser democrático e igualitário. Esses elementos apontados por Singer (2002), são essenciais para se compreender o que não é a Economia Solidária e caracterizá-la.

Nas palavras de Costa (2021):

³ Paul Singer (1932 - 2018) foi um economista, professor e escritor, considerado um dos principais teóricos e políticos da Economia Solidária. Atuou como Secretário Nacional de Economia Solidária, entre os anos de 2003 a 2016.

⁴ A palavra “empresa” está entre aspas para diferenciar-se da empresa no sistema capitalista. No âmbito da Economia Solidária são comumente chamados de Empreendimentos Econômicos Solidário. No livro “Introdução à Economia Solidária” de Paul Singer, referência utilizada para tal, o mesmo escreve o termo “empresa”.

A economia solidária é um movimento econômico e social cujos objetivos são trazer democracia e proporcionar resultados econômicos para as unidades produtivas (sejam estas bens ou serviços), nas quais todos têm que ter participação e remuneração digna. (COSTA, 2021, p. 134)

Por fim, o terceiro tópico “Autogestão e heterogestão” (SINGER, 2002, p. 16) aborda questões sobre esses modelos de gestão, considerando que ambas possuem suas vantagens e desvantagens e servem para fins diferentes.

De acordo com Alves e Calvo (2016) a autogestão é caracterizada por uma gestão participativa, democrática e autônoma, com foco na propriedade coletiva e na distribuição equitativa dos ganhos. Enquanto a heterogestão é caracterizada por uma gestão hierarquizada e centralizada, com foco na tarefa e na estrutura organizacional.

Gostaria de destacar uma fala de Singer (2002), na qual ele coloca que as pessoas não estão preparadas para trabalhar no modelo autogestionário, pois na verdade, desde muito pequenos somos incentivados a ouvir e a obedecer ordens. No mercado de trabalho não é diferente, ouvir, obedecer e cumprir a ordem, sem questionar. E ainda, o autor coloca que as lutas emancipatórias são essenciais para o movimento da Economia Solidária.

Ao refletir sobre os princípios da Economia Solidária, pode-se perceber sua natureza colaborativa e solidária. Características essas que permitem a formação de redes de apoio.

De acordo com Singer (2001), o caráter de rede da Economia Solidária é uma das suas principais características. Ele se refere à forma como as cooperativas e as associações se conectam e colaboram entre si, criando uma rede de apoio mútuo. Essa rede pode incluir a troca de informações, de recursos e de experiências, além de parcerias comerciais e de produção. A partir dos princípios da Economia Solidária supramencionados como: a solidariedade, a repartição dos ganhos, a autogestão, bem como o caráter integrador e de rede da Economia Solidária, entendemos como possível o diálogo entre a mesma e a Educação Popular.

Para contribuir na delimitação do tema, no campo da educação, Rockwell e Ezpeleta (2007) discorrem que a educação não é igual em todo o mundo, ela é produzida conforme o meio social e político em que está inserida, logo, envolvem diferentes perspectivas e concepções sobre o papel da educação e da escola.

Partindo das premissas Freireanas, para pensarmos a educação, podemos refletir sobre as seguintes questões primordiais: Como se dá o processo aprendizagem se “os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo? E ainda, como se dá o processo aprendizagem se as mulheres se educam em comunhão mediatizadas pelo mundo? Nesta perspectiva se faz importante indagar com quais fins? Por que e quais meios? Em quais condições socioambientais? O mesmo pode ser aplicado para os demais conceitos: Qual tecnologia? Para quem? Qual a sua finalidade? Qual economia? Por quais meios?

A concepção de educação adotada neste estudo é da Educação Popular Freireana, compreendendo que os/as sujeitos/as são seres que ensinam e aprendem, em uma constante troca, sendo assim, todos nós somos sujeitos/as educadores/as e educandos/as, sendo primordial a valorização dos saberes populares (MEDEIROS *et. al.*, 2018).

A Educação Popular é uma abordagem educacional que tem suas raízes na América Latina e que busca promover a conscientização, a participação e a transformação social das camadas populares da sociedade. Ela se baseia em princípios de igualdade, diálogo, participação, autonomia e respeito às experiências e saberes dos educandos/as (VASCONCELLOS; OLIVEIRA, 2009)

Na Educação Popular, o conhecimento não é visto como algo a ser transmitido de forma unidirecional por um/a educador/a para os educandos/as, mas sim como algo construído de forma coletiva e dialógica, em que os saberes dos/as educandos/as são valorizados e integrados ao processo educativo. A Educação Popular busca fortalecer os educandos/as, estimulando sua capacidade crítica, sua autonomia e sua participação ativa na construção de conhecimentos e na transformação de sua realidade (VASCONCELLOS; OLIVEIRA, 2009).

Essa abordagem educacional tem como objetivo principal a promoção da justiça social, da cidadania ativa e da emancipação das classes populares, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, no sentido que devem ser regidos pelas mesmas regras e ter os mesmos direitos e deveres. A Educação Popular pode se manifestar em diferentes contextos e práticas educativas, como círculos de cultura, alfabetização de adultos, movimentos sociais, entre outros, e tem sido amplamente difundida e aplicada em diversos países da América Latina e em outras regiões do mundo (VASCONCELLOS; OLIVEIRA, 2009).

A Educação Popular Freireana, no contexto da Economia Solidária, pode proporcionar o encontro da teoria com a prática, considerando o que é necessário para mudanças sociais, vislumbrando uma nova utopia (CALBINO, 2013).

Nesse sentido, a Economia Solidária luta pela utopia de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as pessoas possam participar ativamente do processo de produção e de distribuição das riquezas produzidas pelas pessoas. Essa utopia envolve a superação das desigualdades sociais e a construção de relações econômicas mais democráticas e solidárias, baseadas na cooperação e na autogestão (SINGER, 2001).

Enquanto o capitalismo usa a educação como mais uma forma de acumular riquezas, na Economia Solidária, a educação volta-se para a relação entre as pessoas, para o bem viver⁵, para com o mundo a sua volta, para além de uma fonte de renda (ARAÚJO, 2012).

Na trama da Economia Solidária, a Educação Popular Freiriana se dá na ação-reflexão e ação que efetiva-se esta tessitura, movimentos dinamizados pelo desenvolvimento de pesquisas e reflexões sobre autogestão e pertencimento ao território. Que por sua vez, são entrelaçados de acordo com os diferentes contextos.

Portanto, cabe problematizar, a importância de uma educação questionadora e que constitua ambientes dialógicos valorizadores das narrativas de quem se propõem participar da Economia Solidária a qual tem como base os princípios da: cooperação, autogestão, solidariedade, democracia participativa e a busca por uma distribuição mais justa das riquezas produzidas, buscando fortalecer a democracia no país (ARAÚJO, 2012).

A carta de princípios da Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003), do ano de 2003, foi construída pelo movimento da Economia Solidária em experiências marcadas por intercâmbios de conhecimentos e ficou disponível a partir da III Plenária Nacional da Economia Solidária. Nela, de forma geral, é abordada a origem e o cenário da Economia Solidária, convergência sobre os seus princípios gerais e específicos, e por fim, considerações sobre o que NÃO é Economia Solidária.

⁵ O bem viver está associado a uma relação mais harmoniosa e equilibrada com a natureza, bem como a uma busca por relações mais justas e solidárias entre as pessoas (CUNHA; SOUSA, 2023).

Sendo assim, a Economia Solidária pode ser considerada uma alternativa ao capitalismo, atual modelo econômico de nossa sociedade. Ela recebe diferentes denominações, como “economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc” (CARTA DE PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, p.1). Independente do nome, a prática é unânime: colocar o ser humano em evidência.

Gostaria de destacar um dos princípios, “A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.” (CARTA DE PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, p. 3). Nesse sentido, acredito que a educação possa ser considerada como uma das estratégias fundamentais para que tal projeto se concretize, já que a Economia Solidária anuncia uma nova sociabilidade, uma nova sociedade e uma nova forma de produção da vida, na qual as pessoas têm o controle sobre todo o processo de produção, de administração, de beneficiamento, de distribuição, da troca e do consumo ético/crítico/consciente dos frutos do seu trabalho (TIRIBA, 2009).

A Economia Solidária precisa de uma Educação que esteja profundamente comprometida com a promoção do desenvolvimento integral, valores éticos, autonomia, inclusão e a formação de cidadãos críticos e engajados, fortalecendo pessoas e, conseqüentemente, a Economia Solidária.

Arroyo (2003) coloca que os movimentos sociais não cessaram sua atribuição pedagógica, construíram lideranças e ajudaram na educação das camadas populares nem sempre alcançadas pela mobilização operária. O autor comenta que, como educadores, não devemos nos dar por satisfeitos em identificar que os movimentos sociais têm tido um papel pedagógico no processo de aprendizagem dos direitos, é possível ir além e questionar a nós mesmos por onde passa o pedagógico.

De acordo com Brandão (2012) à Educação Popular atribuem-se dois sentidos, em suas palavras:

Primeiro enquanto processo geral de reprodução do saber necessária a anterior divisão social do saber, como educação da comunidade; segundo, como o trabalho político de luta pela democratização do ensino escolar através da escola laica e pública (BRANDÃO, 2012, p. 59).

Para Arroyo, Arroyo e Freire (2023) a Economia Solidária surge como uma possibilidade de resposta para uma educação pautada na democracia. Para os autores, é essencial compreender que tipo de sociedade estamos construindo a partir daquilo que reproduzimos pedagogicamente. Sendo assim, os autores afirmam que “nenhum ato pedagógico é neutro” (ARROYO, ARROYO, FREIRE, 2023, p. 245).

Neste sentido, o processo de educação envolve também a construção da subjetividade, uma vez que é necessário promover de forma pedagógica o esforço do papel ativo da sociedade, da comunidade e de suas entidades, desde que estejam em consonância com os princípios democráticos. Arroyo, Arroyo e Freire (2023) apontam que a educação não se limita à escola.

A educação em espaços não formais é desenvolvida “no mundo da vida” com o compartilhamento de experiências em espaços coletivos e cotidianos, onde pessoas de faixas etárias diferentes convivem e compartilham o mesmo ambiente, diferente da educação formal que acontece necessariamente na escola. O contexto ocorre em ambientes e situações interativas construídas coletivamente, onde a participação do indivíduo é optativa, ou seja, ele escolhe se participa ou não (GOHN, 2006).

Os objetivos da educação não formal estão relacionados a capacitar os indivíduos para se tornarem cidadãos no mundo, os quais vão se construindo durante o processo interativo de ser para ser. Ela não está organizada por séries ou conteúdos, mas atua sobre aspectos subjetivos do grupo (GOHN, 2006).

Freire (2023) cita:

Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores e ser encarnados (FREIRE, p.108)

Entendemos que a educação não é neutra e discutiremos a seguir que a tecnologia também não é. Como qualquer outra criação feita e utilizada pelos seres humanos, a tecnologia carrega valores e ideologias.

O uso da tecnologia na educação exige atenção, orientação quando apropriadas pela educação bancária⁶ e conforme Freire (2014), não deveria ser

⁶ Ver na página 43, 2º parágrafo.

encarada de maneira negligente, sem um pensamento crítico, nem utilizada com objetivos educativos sem uma adequada preparação.

Para Soffner (2014, p.151) “A educação não acontece no vácuo. Ela sempre se dá em um determinado contexto histórico, geográfico, social, cultural, político, econômico, e tecnológico.”

Logo, é possível dizer que, pensar em tecnologias, exige um pensamento crítico:

Se por um lado, o avanço da ciência e tecnologia trouxe uma série de benefícios à humanidade, tais como controles de epidemias e avanços tecnológicos para diversos segmentos, por outro lado, uma situação de ameaças constantes de crises econômicas, pobreza, fome e caos social tem atingindo uma grande parte da sociedade (NASCIMENTO; KREMER; BENINI, 2018, p. 102).

Para Palacios *et. al.* (2003) as tecnologias são aquelas construídas com o auxílio dos conhecimentos científicos. Cupani (2011) complementa colocando que o conceito de tecnologia está facilmente associado à ideia de controle social. Na perspectiva de Palacios *et. al.* (2003) a educação é um modelo de tecnologia de organização social.

Sobre a neutralidade da tecnologia, menciona Winner (1986, p. 27) "se examinarmos os padrões sociais que caracterizam os ambientes de sistemas técnicos, descobriremos que certos dispositivos e sistemas quase sempre se ligam a formas específicas de organização de poder e autoridade". Isso significa que a tecnologia pode ser projetada e usada de maneiras que reforçam certas hierarquias e relações de poder, ou que desafiam e transformam essas relações.

Feenberg (2003) rejeita a ideia de neutralidade da ciência, destacando a importância de considerar o contexto social e político no qual a ciência e a tecnologia são desenvolvidas e aplicadas.

Thomas (2008) argumenta que a tecnologia não deve ser vista como uma "caixa preta" (THOMAS, 2008, p.33) autônoma e neutra que determina seu próprio caminho de desenvolvimento. Em vez disso, existem diferentes caminhos de desenvolvimento tecnológico e diferentes maneiras de caracterizar e resolver problemas.

A Tecnologia Social, como descrita adiante, pode ser compreendida como um processo, diretamente relacionado com os grupos e as práticas sociais, que

possibilitam uma transformação em uma e por uma comunidade, bem como, tecnologia como artefatos que geram mudanças sociais.

No campo da educação, o uso das Tecnologias Sociais são:

[...] estratégias alternativas a um modelo capitalista, pois traz em sua execução a importância do uso de recursos naturais e sustentáveis como uma concepção baseada em um modelo autoprodutivo e estratégia educativa que ressignifica os modos de produção do viver e potencializa os saberes locais, valorizando a afirmação de identidades e promovendo uma ação coletiva, ambiental contextualizada nos processos educativos (SANTOS; SANTOS, 2021, p. 198).

A Tecnologia Social é um processo coletivo e inventivo podendo ser visto com o objetivo de construir caminhos emancipatórios, pois contribui para superar os entraves dos empreendimentos econômicos solidários e, ao mesmo tempo, impulsionar a valorização dos trabalhadores. Por meio da Tecnologia Social, é possível construir processos de trabalho e processos produtivos que respeitem os princípios da Economia Solidária, tais como: autonomia, democracia, autogestão e inclusão social (NASCIMENTO; KREMER; BENINI, 2018).

Dessa forma, a Tecnologia Social pode democratizar as organizações, permitindo que os trabalhadores sejam sujeitos ativos e reflexivos nos processos de trabalho (NASCIMENTO; KREMER; BENINI, 2018).

Compartilhando da premissa de Higa (2005), penso que não é possível existir uma cultura solidária sem uma avaliação crítica da tecnologia. Sendo assim, necessita-se avançar para o conceito de Tecnociência Solidária.

A Tecnociência Solidária, por sua vez, visa fomentar e desenvolver tecnologias para gerar trabalho e renda, especialmente para populações atualmente à margem da economia formal. Ela se baseia na Ciência e Tecnologia e também no conhecimento popular (DAGNINO, 2024a).

Ao contrário da Tecnologia Social, a Tecnociência Solidária não se limita a soluções de baixo custo, mas sim utiliza conhecimentos tecnocientíficos avançados para enfrentar desafios complexos.

Essa abordagem busca utilizar o conhecimento científico e tecnológico para promover inclusão social e econômica, garantindo que os avanços beneficiem todos, não apenas uma parcela privilegiada da população (DAGNINO, 2024a).

Sabe-se que a ideia de competição é estimulada nos sujeitos ainda na infância, e são incentivados no decorrer da vida nos diferentes espaços, como no ambiente de trabalho, levando ao pensamento individualista, comum em nossa

sociedade. Desta forma, a Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala busca como um resultado o acolhimento e a inclusão das pessoas interessadas em conhecer e/ou contribuir com a Economia Solidária e os seus valores, além de proporcionar um espaço de trocas de experiência e de aprendizado, oportunizar o exercício de educador e viabilizar um ambiente formativo permanente e continuado, visando o fortalecimento da Economia Solidária.

As Formações Permanentes em Economia Solidária da Rede Mandala, dentro da perspectiva Freireana, consistem na busca humana permanente do saber, com um debruçar crítico, reflexivo e coletivo sobre a realidade. Essa busca constante pelo ser-mais, faz da formação permanente um instrumento essencial para a Educação Popular e educadores populares (GHIGGI, 2010).

Sendo assim, esse estudo se propôs a pesquisar como a Educação Popular, por meio da formação permanente, aqui compreendido como um processo tecnológico, pode contribuir para o fortalecimento da Economia Solidária na Rede Mandala. Movimento investigativo construído com rigor metodológico capaz de rastrear analiticamente os itinerários percorridos pelas ações dialógicas dos entrevistados.

A proposta da Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala surgiu após um contexto de transição presidencial entre o Governo de Jair Messias Bolsonaro (2018 a 2022) para o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023 a 2026). Além disso, a pandemia escancarou e aprofundou o quadro da desigualdade social e econômica no Brasil⁷. Essa transição é significativa para o contexto do surgimento da Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala devido às diferenças ideológicas e políticas entre os dois governos. O governo Bolsonaro foi marcado por políticas que, em muitos casos, desfavoreceram as iniciativas populares e solidárias, enquanto o governo Lula historicamente tem uma postura favorável ao apoio de movimentos sociais e políticas inclusivas.

⁷ De acordo com a reportagem “Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres”. Fonte: Agência Senado. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres#:~:text=Visto%20do%20topo%20da%20pir%C3%A2mide,quase%20um%20ter%C3%A7o%20do%20total>> Acesso em 30 ago. 2023.

Neste sentido, o objetivo geral da formação⁸, foi fortalecer a construção de um espaço autogestionário e permanente de formação em Economia Solidária da Rede Mandala, tendo como objetivos específicos: promover uma educação não formal comprometida com novas formas de economia, de política e de progresso verdadeiramente a serviço da vida humana, em especial, dos mais pobres. E potencializar a atuação de educadores/as da Rede Mandala.

Essa pesquisa se justificou como uma forma de fortalecimento da Educação Popular, com ênfase nas práticas e premissas freirianas, bem como, contribuir para o movimento da Economia Solidária, e da Tecnociência Solidária, fomentando o debate no meio acadêmico.

A metodologia de pesquisa adotada foi predominantemente qualitativa, pois segundo Triviños (1987) a pesquisa qualitativa tem como ponto de partida o fenômeno social, que permite ao/a pesquisador/a mudar suas expectativas no decorrer da pesquisa, adequando-a à medida em que aprofunda o conhecimento e a vivência com o fenômeno social estudado. Como objetivos da pesquisa, teve-se:

Objetivo Geral:

- Compreender como a formação permanente em Economia Solidária, por meio da Educação Popular, pode contribuir para a formação de educadores populares na Rede Mandala.

Objetivos Específicos:

- Investigar o contexto atual da Educação Popular e da Economia Solidária, identificando as tendências, desafios e oportunidades que afetam a formação de educadores populares no contexto da Rede Mandala;
- Descrever o processo de Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala, considerando os métodos pedagógicos, conteúdos e estratégias utilizadas;
- Analisar as percepções dos educadores populares sobre a sua participação na Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala; e
- Verificar se a Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala pode ser considerada uma tecnociência solidária.

⁸ Este objetivo é fruto da Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala, retirada de um projeto que foi enviado para o Edital do Fundo Diocesano.

De acordo com Flick (2009), o estudo de caso é uma abordagem metodológica que permite uma análise profunda e detalhada de um fenômeno específico dentro de seu contexto real. No universo da pesquisa, o fenômeno estudado foram as Formações Permanentes em Economia Solos da Rede Mandala.

Para levantar os dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com educadores e educadoras populares (formados ou em formação) que conduziram a Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala. Com isso, foi possível, conforme aponta Triviños (1987,p. 146) “que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, [...]” pudessem oferecer amplo campo de questionamentos.

Para o tratamento de dados coletados utilizou-se da Análise de Conteúdo (FLICK, 2009) onde foi possível confirmar e/ou levantar categorias de análise. As categorias de análise encontradas foram: A Construção coletiva; Formação Constante; Uma formação, um processo; e A experiência de cada educador(a).

A pesquisa documental realizada seguiu os princípios metodológicos descritos por Flick (2009), caracterizando-se pela análise minuciosa de materiais escritos e outras fontes documentais que oferecem um panorama histórico e contextualizado do objeto de estudo.

Considerando os objetivos da pesquisa supramencionados, o estudo foi dividido em sete capítulos. Para organizar nosso trabalho, temos a seguinte distribuição de capítulos: Capítulo 1 (Introdução) apresenta a delimitação do tema, contextualização e problematização da pesquisa, justificativa, e objetivos da pesquisa; Capítulo 2 (Caminhos dentro da Educação até a Educação Popular Freireana) discorre sobre a revisão bibliográfica, iniciando com um panorama da pedagogia e na sequência explora aspectos históricos, teóricos e práticos da Educação Popular, com um enfoque particular na contribuição de Paulo Freire; Capítulo 3 (A Economia Solidária) trata-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema “Economia Solidária” e seus princípios, suas características, breve histórico e possíveis origens do movimento; Capítulo 4 (Caminhos da Tecnologia Convencional para a Tecnociência Solidária) revisão bibliográfica acerca dos conceitos de Tecnologia Convencional e Tecnologia Social, bem como, uma discussão sobre a Tecnociência Solidária; Capítulo 5 (Metodologia) apresenta o percurso metodológico desta pesquisa; Capítulo 6 (Resultados e discussão - O caminho se faz ao caminhar) discorre sobre a análise realizada dos dados coletados a partir de entrevistas

semiestruturadas com educadores/as populares que atuaram nas Formações Permanentes em Economia Solidária da Rede Mandala, bem como da análise documental e da fundamentação teórica desta pesquisa; e Capítulo 7 (Considerações Finais) encerra a pesquisa apontando questões para debate sobre o campo da Economia Solidária e da Tecnociência Solidária, da perspectiva da Educação Popular, tendo as Formações Permanentes em Economia Solidária da Rede Mandala como ponto de reflexão.

Vale ressaltar que, Educação Popular, Economia Solidária e Tecnociência Solidária não são soluções universais para os problemas sociais e econômicos. Faz-se importante reconhecer os limites dos campos de pesquisa para poder enfrentar e se possível superá-los para avançar na construção de processos produtivos mais democráticos e inclusivos.

Formuladas estas considerações iniciais quanto ao objeto de estudo e sua relevância, quanto ao referencial teórico adotado e quanto a alguns conceitos que vão direcionar este estudo, seguiremos para a fundamentação teórica.

2 CAMINHOS DENTRO DA EDUCAÇÃO ATÉ A EDUCAÇÃO POPULAR FREIREANA

2.1 Elementos da pedagogia a considerar

Para iniciar os nossos estudos, é necessário compreender a educação como um processo social, no qual os métodos educativos podem contribuir para o pensamento crítico ou para reforçar a alienação. Sendo assim, a educação e a sociedade possuem uma relação dialógica, que está em constante movimento. Saviani (2007) coloca que a educação é influenciada pela sociedade e vice-versa, ou seja, trata-se de uma inter-relação.

A pedagogia é a ciência que se encarrega de estudar a educação como sendo um fenômeno social, que precisa ser situada no tempo e no espaço. Portanto, como uma ciência, a pedagogia também não é neutra, mas está carregada de valores (MEDEIROS *et. al.*, 2018).

Dermeval Saviani (1999) em seu livro *Escola e Democracia*, apresenta que, do ponto de vista Pedagógico, temos duas teorias da educação: as teorias não-críticas e as teorias crítico-reprodutivistas.

As teorias não-críticas são aquelas que encaram a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma, sem remetê-la aos seus condicionantes objetivos.

As não-críticas são divididas em dois grupos: as teorias da essência e as teorias da existência. As teorias da essência são aquelas que buscam identificar a natureza da educação, suas características universais e imutáveis. Já as teorias da existência são aquelas que enfatizam a dimensão subjetiva da educação, ou seja, a relação entre o indivíduo e o mundo. Alguns exemplos de teorias não-críticas são a pedagogia tradicional, a escola nova e a pedagogia tecnicista.

As teorias crítico-reprodutivistas são aquelas que se empenham em compreender a educação remetendo-a sempre aos seus condicionantes objetivos, ou seja, aos determinantes sociais, especialmente à estrutura sócio-econômica que condiciona a forma de manifestação do fenômeno educativo.

As teorias crítico-reprodutivistas entendem que a função básica da educação é a reprodução da sociedade, ou seja, a manutenção das relações de poder e das desigualdades sociais. Alguns exemplos de teorias crítico-reprodutivistas são a teoria da reprodução social, a teoria crítica da sociedade e a teoria da reprodução

cultural. Essas teorias têm em comum a crítica à ideia de que a educação é neutra e objetiva, e defendem a necessidade de uma educação que promova a reflexão crítica e a transformação social.

Podemos observar na figura a sistematização das “Teorias da Educação” apresentadas por Saviani (1999).



Fonte: SAVIANI (1999) adaptado por CORRÊA (2024).

A pedagogia tradicional é uma abordagem educacional que se baseia em uma concepção filosófica essencialista, que entende que a educação deve transmitir conhecimentos e valores universais e imutáveis aos alunos. Essa abordagem valoriza a figura do professor como detentor do conhecimento e o aluno como receptor passivo desse conhecimento (SAVIANI, 1999).

A pedagogia tradicional enfatiza a memorização e a repetição de conteúdos, a disciplina e a autoridade do professor, e a avaliação baseada em testes e provas. Essa abordagem foi criticada por diversos teóricos da educação, que a consideravam autoritária e pouco eficaz para a formação de indivíduos críticos e autônomos (SAVIANI, 1999).

Escola Nova é um movimento pedagógico que surgiu no final do século XIX e início do século XX, que propunha uma nova abordagem para a educação, baseada em uma concepção filosófica que privilegia a existência sobre a essência (SAVIANI, 1999).

A Escola Nova defendia a ideia de que a educação deveria ser centrada no aluno, levando em conta suas necessidades, interesses e capacidades individuais. Essa abordagem enfatizava a importância da experimentação, da pesquisa e da

atividade prática na aprendizagem, e valorizava a participação ativa dos alunos no processo educativo (SAVIANI, 1999).

A Escola Nova também propunha uma nova forma de avaliação, baseada na observação contínua do desempenho dos alunos e na valorização do processo de aprendizagem em detrimento do resultado final. Essa abordagem pedagógica teve grande influência na educação brasileira, especialmente a partir da década de 1920, e inspirou a criação de diversas escolas e instituições de ensino que adotavam seus princípios (SAVIANI, 1999).

A Pedagogia Tecnicista é uma abordagem pedagógica que surgiu na década de 1960, como uma resposta à crise da educação e à necessidade de formação de mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado de trabalho. Essa abordagem valoriza a aplicação de técnicas e métodos científicos na educação, com o objetivo de torná-la mais eficiente e produtiva (SAVIANI, 1999).

A Pedagogia Tecnicista, do grupo das teorias essencialistas, enfatiza a importância da objetividade, da racionalidade e da eficiência na educação, e propõe uma abordagem baseada na transmissão de conhecimentos e habilidades técnicas específicas, que possam ser aplicadas diretamente no mercado de trabalho. Essa abordagem pedagógica valoriza a figura do professor como um especialista em sua área de atuação, e o aluno como um receptor passivo de conhecimentos e habilidades (SAVIANI, 1999).

A teoria da reprodução social é uma abordagem crítica da educação que surgiu na década de 1970, como uma resposta à visão funcionalista da educação, que acreditava que a escola tinha como função principal a transmissão de conhecimentos e valores universais e imutáveis (SAVIANI, 1999).

A teoria da reprodução social argumenta que a escola reproduz as desigualdades sociais existentes na sociedade, ao invés de promover a igualdade e a mobilidade social. Segundo essa abordagem, a escola é um instrumento de legitimação e reprodução das relações de poder e das estruturas sociais existentes, que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros (SAVIANI, 1999).

A teoria da reprodução social enfatiza a importância dos fatores sociais, econômicos e culturais na determinação do sucesso ou fracasso escolar dos alunos, e critica a visão meritocrática da educação, que atribui o sucesso ou fracasso escolar exclusivamente às capacidades individuais dos alunos. Essa abordagem

pedagógica propõe uma educação crítica e transformadora, que leve em conta as desigualdades sociais existentes e que busque promover a igualdade e a justiça social (SAVIANI, 1999).

A teoria crítica da sociedade é uma abordagem filosófica e sociológica que surgiu na Escola de Frankfurt, na Alemanha, na década de 1930. Essa abordagem propõe uma crítica radical da sociedade capitalista e das estruturas de poder que a sustentam, e busca compreender as relações entre cultura, ideologia e poder na sociedade moderna (SAVIANI, 1999).

A teoria crítica da sociedade enfatiza a importância da reflexão crítica e da ação transformadora na luta contra a opressão e a exploração, e propõe uma abordagem interdisciplinar que integra a filosofia, a sociologia, a psicologia e outras áreas do conhecimento (SAVIANI, 1999).

Essa abordagem critica a visão positivista e empiricista da ciência, que considera a realidade social como algo dado e imutável, em uma perspectiva linear sucessiva, e propõe uma abordagem dialética e histórica, que leva em conta as contradições e conflitos sociais e busca compreender as mudanças históricas e as possibilidades de transformação social. A teoria crítica da sociedade teve grande influência na sociologia contemporânea e inspirou diversos movimentos sociais e políticos em todo o mundo (SAVIANI, 1999).

A teoria da reprodução cultural é uma abordagem crítica da educação que alerta sobre a importância da cultura na reprodução das desigualdades materiais e simbólicas nas relações sociais. Assim, essa abordagem argumenta que a escola não é apenas um instrumento de reprodução das desigualdades sociais, mas também um agente de reprodução cultural, que transmite os valores, as crenças e as normas culturais dominantes na sociedade (SAVIANI, 1999).

Segundo essa abordagem, a cultura dominante é transmitida às classes subalternas por meio da educação, que as ensina a aceitar e reproduzir as normas, introjeções naturalizadoras dos valores da cultura dominante, em detrimento de suas próprias culturas e tradições. A teoria crítica da reprodução cultural enfatiza a importância da diversidade cultural e da valorização das culturas subalternas na educação, e propõe uma abordagem transformadora da educação, que leve em conta as desigualdades culturais e busque promover a igualdade e a justiça social. Essa abordagem é uma das vertentes da teoria crítica da sociedade, que busca

compreender as relações entre cultura, ideologia e poder na sociedade moderna (SAVIANI, 1999).

Os processos educativos são interativos. Observa-se que são três possibilidades de se pôr em prática a educação, sendo elas: educação formal, educação não-formal e educação informal. A educação formal acontece vinculada ao sistema de ensino, a escola, portanto possui um ambiente regulamentado, com tempos, conteúdos e objetivos definidos. A educação não-formal não está relacionada ao sistema formal de ensino, a escola, ela acontece em ambientes indeterminados, ou seja, em diferentes espaços que acompanham a nossa vida. E a educação informal pode acontecer nos mais diversos ambientes da sociedade e está relacionada com os espaços de convivência do sujeito (GADOTTI, 2012).

A partir dos estudos de Gohn (2006) podemos descrever a educação formal, informal e não-formal, com as principais características sintetizadas no quadro abaixo.

Quadro 1 – Vertentes da Educação

	Educação formal	Educação informal	Educação não-formal
Quem é o educador?	O educador é o professor.	Os educadores são pais, amigos, vizinhos, colegas, igreja, entre outros.	O educador é o outro com quem interagimos.
Onde acontece?	O espaço é o território da escola, de acordo com a lei.	O espaço é a nação, local, idade, religião, os pares.	O espaço são os territórios que acompanham a nossa vida.
Qual é o ambiente?	Ambientes normatizados com regras e padrões já definidos.	Intencionalidade da ação, ato de participar, aprender, transmitir e trocar valores.	Ambientes e situações interativo construídos coletivamente.
Qual é o objetivo do ensino?	Ensino e aprendizagem de conteúdos sistematizados.	Aprendido durante o processo de socialização, de acordo com os valores e crenças do grupo que se frequenta.	Os objetivos se constroem no processo interativo.
Como são organizados?	Organizado em diversos níveis: tempo, local, pessoas.	Não é organizado, nem sistematizado, é passado a partir de experiências anteriores.	Atua sobre os aspectos subjetivos do grupo, relação de pertencimento.
Quais são as expectativas?	Espera-se que tenha uma aprendizagem efetiva, certificada para seguir para níveis avançados.	Os resultados acontecem de forma inesperada do agir espontâneo.	Os resultados são observados através de processos, como ler e interpretar o mundo acerca de si.

Fonte: GOHN (2006) adaptado por CORRÊA (2024).

Entende-se a partir da tabela que, a educação abrange uma diversidade de abordagens, incluindo a educação formal, que ocorre em instituições acadêmicas estruturadas e segue um currículo definido, conferindo certificações formais. A

educação informal, que emerge das interações cotidianas, experiências de vida e exploração pessoal, sem avaliações ou diplomas. E a educação não-formal, que engloba atividades organizadas fora do ambiente tradicional de ensino, visando a aquisição de habilidades específicas e conhecimentos práticos, frequentemente conduzindo a certificados ou reconhecimento informal (GOHN, 2006).

A educação formal, informal e não-formal são modalidades distintas de educação. As principais diferenças entre elas estão relacionadas aos ambientes, objetivos, conteúdos e formas de aprendizagem (GOHN, 2006).

A Educação Não-Formal e a Educação Popular são conceitos inter-relacionados que compartilham algumas semelhanças em suas abordagens educacionais, mas também têm algumas diferenças importantes.

A relação entre a Educação Não-Formal e a Educação Popular está na ênfase no compartilhamento horizontal, na flexibilidade e na personalização do aprendizado. Ambas as abordagens reconhecem que a educação não se limita apenas aos contextos formais e que o conhecimento pode ser adquirido de maneiras diversas e inclusivas (PAULA, 2007).

Uma das diferenças encontradas é que a Educação Não-Formal é um tipo de aprendizado estruturado que ocorre fora do sistema educacional formal. Por outro lado, a Educação Popular é uma abordagem educacional, que está diretamente relacionada com os movimentos populares. Outra característica que as distingue é que, embora possa ter impactos positivos, a Educação Não-Formal não necessariamente coloca a transformação social como objetivo central, ao contrário da Educação Popular (PAULA, 2007).

Vasconcelos e Oliveira (2009) apontam que a Educação Popular se diferencia da Educação Não-Formal por sua ênfase na participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo educativo, na construção coletiva do conhecimento e na transformação social. Enquanto a Educação Não Formal muitas vezes se concentra na transmissão de conhecimentos e habilidades específicas, a Educação Popular busca promover a conscientização crítica e a ação transformadora por meio da educação.

A Educação Popular pode utilizar diferentes modalidades educativas, incluindo a Educação Não Formal, mas sua ênfase na participação ativa, na construção coletiva do conhecimento e na transformação social a diferencia de outras modalidades educativas (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2009).

Gadotti (2003) coloca que: “A Educação Não-Formal e a Educação Popular são duas representações dessas concepções de educação.” (p. 2). Concepções essas que procuram romper com a educação tradicional.

Nas palavras de Arroyo (2003): “Todo processo educativo, formal ou informal tanto pode ignorar como incorporar as formas concretas de socialização, de aprendizado, de formação e deformação a que estão submetidos os educandos.” (p. 33).

Ou seja, a educação, independentemente de ser formal ou informal, pode tanto falhar em considerar as influências contextuais sobre os educandos, quanto integrar essas influências de maneira significativa.

Após a contextualização das teorias da educação e das modalidades de educação, fica estabelecido que, embora a Educação Popular possa ter alguns pontos de contato com a teoria da reprodução social, como ambas criticam o sistema educacional existente por sua tendência a reproduzir e perpetuar as desigualdades sociais e reconhecem que o sistema de ensino muitas vezes serve para manter as estruturas de poder e hierarquia da sociedade, seu diálogo mais substancial ocorre com a teoria crítica da sociedade e a teoria crítica da reprodução cultural, devido à ênfase na conscientização crítica, empoderamento comunitário e transformação social. Além disso, a Educação Popular dialoga com a educação não-formal e formal, dentro de uma abordagem desenvolvida pela pedagogia crítica, respeitando suas especificidades.

Adiante será abordado um breve histórico da Educação Popular na América Latina e no Brasil, suas principais características, com destaque para a Educação Popular Freiriana.

2.2 Breve histórico da Educação Popular na América Latina e no Brasil

Para conhecer o histórico da Educação Popular e discutir seus elementos, Brandão (2012) sugere revisar o sentido da educação. O autor coloca que a prática pedagógica esteve sempre presente durante toda a história da sociedade, mas dedica a outras práticas sociais.

Sobre uma primeira Educação Popular, Brandão (2012, p. 25) aponta que “Fora alguns poucos especialistas de artes e ofícios, como os da religião primitiva, em algumas tribos, com pequenas diferenças todos sabiam tudo e entre si se ensinavam-e-aprendiam [...]”.

Ou seja, na comunidade primitiva anterior à divisão social do saber, o conhecimento era compartilhado de forma coletiva e não havia uma separação entre quem ensinava e quem aprendia. Todos participavam do processo de aprendizagem, seja na rotina do trabalho ou em ritos sagrados. A educação era vista como uma prática coletiva e integrada à vida social da comunidade.

A partir do século XVIII, com o surgimento da escola moderna, a educação passou a ser vista como um direito universal e como um instrumento de formação de cidadãos críticos e conscientes. No entanto, mesmo com a universalização da educação, as desigualdades sociais e educacionais persistem até os dias atuais (BRANDÃO, 2012).

Dito isso, podemos avançar para o histórico da Educação Popular. De acordo com Vasconcelos e Oliveira (2009), podemos estabelecer alguns dos principais marcos da Educação Popular na América Latina, que incluem:

- Década de 1960: quando surgiram novos discursos pedagógicos que antagonizaram com o discurso pedagógico liberal positivista moderno, entre os quais os mais representativos foram a pedagogia socialista cubana e a pedagogia da libertação de Paulo Freire;
- Década de 1970: quando a Educação Popular se consolidou como uma prática educativa comprometida com a transformação social e a luta contra a opressão;
- Década de 1980: quando a Educação Popular se expandiu para outros países da América Latina, como: Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, e se tornou uma prática cada vez mais reconhecida e valorizada;
- Década de 1990: quando a Educação Popular enfrentou novos desafios, como a globalização e a privatização da educação, mas também se reinventou e se adaptou a novos contextos e demandas.

No Brasil, a Educação Popular teve grande impulso a partir da década de 1960, com o surgimento de movimentos sociais e populares que buscavam a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (GHIGGI, 2010).

Vasconcelos e Oliveira (2009) discorrem sobre as principais características da Educação Popular no Brasil, marcadas pelas décadas abaixo:

- Década de 1960: foi um período de intensa mobilização social e política no Brasil, com a emergência de movimentos sociais e políticos que lutavam por direitos civis, políticos e sociais. Esses movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), foram fundamentais para a consolidação da Educação Popular.

- Década de 1970: período de repressão política e restrições às liberdades civis devido ao regime militar. No entanto, a Educação Popular persistiu como uma ferramenta de resistência e de mobilização, capacitando as pessoas a compreenderem as questões sociais e políticas, apesar das dificuldades impostas pelo regime. A abordagem de conscientização crítica e diálogo participativo deixou um legado duradouro na Educação Popular brasileira.

- Década de 1980: testemunhou a continuação e a ampliação da Educação Popular como uma ferramenta para fortalecimento de comunidades, promover a conscientização crítica e participar ativamente nas lutas por direitos e mudanças sociais. A abordagem de Paulo Freire e a crescente mobilização social moldaram o cenário educacional e político desse período. A Educação Popular também se tornou uma importante ferramenta de resistência e de luta contra a ditadura militar, que governou o Brasil até 1985.

- Década de 1990: trouxe desafios e transformações para a Educação Popular no Brasil, à medida que o país enfrentava mudanças econômicas e políticas. Apesar disso, a abordagem da Educação Popular manteve sua relevância, com organizações e comunidades adaptando suas práticas para atender às novas condições e continuar promovendo a conscientização, a participação e a transformação social.

Quadro 2 – Conceitos-chaves do histórico da Educação Popular na América Latina e no Brasil ao decorrer das décadas

	América Latina	Brasil
Década de 1960	Novos discursos pedagógicos	Intensa mobilização social e política
Década de 1970	EP como prática educativa	Ferramenta de resistência e mobilização
Década de 1980	Reconhecimento e valorização da EP	Ferramenta de fortalecimento social
Década de 1990	Novos desafios, contextos e demandas	Desafios e adaptações práticas

Fonte: VASCONCELOS; OLIVEIRA (2009) adaptado por CORRÊA (2024).

Em síntese, a Educação Popular no Brasil tem suas raízes históricas na década de 1960, quando surgiram movimentos sociais e políticos que buscavam a transformação social por meio da educação crítica e participativa. Nesse contexto, destaca-se a figura de Paulo Freire, que desenvolveu uma pedagogia crítica e libertadora, baseada na conscientização e na participação ativa dos educandos.

2.3 Afinal, o que é a Educação Popular?

A Educação Popular é um conceito amplo que abrange diversas abordagens e práticas educacionais voltadas para a promoção da participação, conscientização e autoconfiança das pessoas, especialmente das camadas mais desfavorecidas da sociedade (PAULO; COSTA, 2022).

Brandão (2012) cita:

A educação é popular quando, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo. A educação popular pode ser entendida como uma atividade específica, ela, por outro lado, não requer ser realizada no interior do sistema educativo formal, separada no conjunto de práticas sociais dos indivíduos (p. 93).

Nesse sentido, a Educação Popular é uma concepção de educação que se opõe à lógica dominante, sendo um instrumento de resistência contra as desigualdades e as opressões, levando os educandos a construir o seu próprio pensamento crítico (PEREIRA; CLARO; SILVA, 2021).

De acordo com Brandão (2012):

Três tendências sucessivas podem ser reconhecidas: 1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de tratamento de conscientização etc.; 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político - em qualquer nível ou modo que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta - e constrói o seu próprio conhecimento. Nesse último caso, a educação popular realiza-se independentemente da presença do educador erudito (Brandão, 2012, p. 101).

Gerhardt e Frantz (2019) colocam que o desafio da Educação Popular é resistir ao modelo tradicional posto e lutar contra o pensamento hegemônico. Portanto, a Educação Popular é uma via, um caminho, uma possibilidade para

engajar os sujeitos envolvidos. Na palavra dos autores, “Pensar a educação popular no atual contexto é um ato de resistência.” (GERHARDT; FRANTZ, 2019, p. 100).

A Educação Popular emerge e se estabelece como uma proposta pedagógica, que não anula as instituições de ensino e seus conteúdos, mas que entende que a educação acontece além da sala de aula (STRECK, 2013).

A Educação Popular surge em meio aos processos de transformações sociais e entende que uma mudança econômica e política necessita também da emancipação dos sujeitos (BATISTA; FAGUNDES, 2022).

A Educação Popular procura tornar mais forte “a autonomia, o protagonismo popular, a esperança dos sujeitos visando sua libertação” (CARNEIRO; BEZ, 2011, p.57).

2.4 Contextos de desenvolvimento da Educação Popular

A Educação Popular Freiriana é denominada dessa forma por conta das contribuições de Paulo Freire. A Educação Popular não é categorizada ou subdividida, ela é adaptada conforme o contexto que será inserida, por exemplo, contexto da saúde, povos tradicionais, jovens e adultos, alfabetização, etc. Paulo Freire se baseou nos princípios da Educação Popular nas experiências de educação popular que surgiram na América Latina na década de 1960 para aplicá-la no contexto brasileiro (BATISTA; FAGUNDES, 2021). Nesse sentido, uma de suas contribuições, está descrita em “Pedagogia da autonomia”, publicada sua primeira edição em 1996.

Em um dos artigos pesquisados, como Batista e Fagundes (2021), os autores não apresentam uma lista explícita das abordagens da educação popular. No entanto, destacam que a Educação Popular tem como objetivo comum a promoção da emancipação humana por meio da educação crítica e participativa.

A Educação Popular é um campo plural e diverso, com múltiplas abordagens e perspectivas, que variam de acordo com o contexto histórico, social e político em que se inserem. Existem outras abordagens e práticas de Educação Popular em Gênero e Sexualidade, a Educação Popular em Agroecologia, entre outras. É importante destacar que essas abordagens não são excludentes e podem se complementar em diferentes contextos e práticas educativas (PAULO; COSTA, 2022).

Pini (2012), apresenta que os contextos da Educação Popular são diversos e incluem abordagem de rua, sistema prisional, educação no campo, alfabetização de adultos, defesa dos direitos, entre outros.

Além disso, a Educação Popular pode ser encontrada em movimentos sociais, sindicatos, sistemas públicos de educação e outros grupos e movimentos que resistem cotidianamente à dominação capitalista por meio de uma práxis da Educação Popular (PINI, 2012).

2.5 A Educação de Paulo Freire

Por meio de suas práticas e falas, Paulo Freire tornou-se uma grande referência para os estudos sobre Educação Popular. Anteriormente a ele, a Educação Popular já havia se manifestado por meio da igreja católica e dos movimentos sociais, com o Movimento de Educação de Base, as escolas radiofônicas no nordeste, e o Movimento de Cultura Popular (BATISTA; FAGUNDES, 2022).

Paulo Freire se destacou como um dos principais pensadores e educadores da Educação Popular, desenvolvendo uma pedagogia crítica e libertadora que valorizava a participação ativa dos educandos, a reflexão crítica sobre a realidade social e histórica e a transformação social (GHIGGI, 2010).

Paulo Freire (2022b), faz críticas à "educação bancária", termo usado para descrever um modelo tradicional de ensino em que os educadores são vistos como depositantes de conhecimento e os estudantes são vistos como recipientes passivos.

Nesse modelo, o conhecimento é transmitido de maneira unilateral, sem espaço para a participação ativa ou a reflexão crítica por parte dos educandos. Em outras palavras, os estudantes são considerados como "bancos vazios" nos quais os educadores depositam informações.

Em contraposição à educação bancária, Freire (2022b) propõe uma abordagem chamada de "educação problematizadora" ou "educação libertadora". Nesse modelo, os educandos são encorajados a se envolver ativamente na construção do conhecimento, a questionar, a refletir e a relacionar os conteúdos com suas próprias experiências e realidades.

Para tanto, o diálogo é fundamental, permitindo uma troca horizontal de ideias entre educadores e educandos, capacitando-os a compreenderem o mundo

de maneira crítica, (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016), a identificarem problemas sociais e a buscarem soluções para transformar suas próprias vidas e a sociedade como um todo.

Portanto, a produção do conhecimento é coletiva, isso quer dizer que toda relação educativa é uma relação que depende da existência de sujeitos, educadores e educandos (FREIRE, 2014).

A Educação Popular está presente em movimentos sociais e movimentos populares e teve grande impacto em grupos de alfabetização de jovens e adultos. Ela passou a ser organizada e compromissada com a sociedade, para romper com a educação bancária conhecida, conforme já dissemos, como aquela que apenas deposita o conhecimento no educando (FREIRE, 2014).

Alguns dos principais fundamentos do pensamento freireano são: conscientização, diálogo, cultura popular, contextualização, emancipação e participação.

Paulo Freire (2022b) defendia que a educação deve ser um processo de conscientização, que permita aos educandos compreender a realidade em que vivem e atuar de forma crítica e transformadora sobre ela.

A educação deve ser um processo dialógico, em que educadores e educandos sejam sujeitos aprendentes ativos do processo educativo, construindo juntos o conhecimento e a transformação social (FREIRE, 2022b).

Freire (2022b) valorizava a cultura popular como fonte de conhecimento e resistência, e argumentava que a educação deve estar em diálogo com as práticas e saberes populares. Manifestava que a educação deve estar contextualizada na realidade dos educandos, levando em conta suas experiências, saberes e demandas.

Freire (2022b) acreditava que a educação deve ser um processo de emancipação, que permita aos educandos superar a opressão e a alienação, e se tornarem sujeitos críticos e transformadores da realidade.

A pedagogia da autonomia, proposta por Freire (2022b) valoriza a formação dos educadores, incentivando-os a refletir criticamente sobre sua prática educativa e a buscar constantemente aprimoramento e atualização.

O livro "Educação como Prática da Liberdade", escrito por Paulo Freire e publicado em 1967⁹, é um dos primeiros trabalhos do autor e estabelece as bases conceituais e metodológicas para a abordagem da Educação Popular, desenvolvidas por Freire ao longo de sua carreira.

2.6 O educador popular Freiriano

O ato de ensinar não é simplesmente transferir conhecimentos, mas sim criar possibilidades para que o sujeito construa os saberes. Ensinar exige respeito aos saberes do educando, bem como, reconhecer a identidade cultural do grupo. Cada um aprende por si, ninguém é sujeito da autonomia de ninguém (FREIRE, 2014).

Freire (2014) cita que é essencial que o Educador Popular Freiriano apreenda a realidade, portanto “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a.” (FREIRE, 2014, p.76). A educação é uma forma de intervir no mundo, podendo atuar em diferentes áreas, como nas relações humanas.

Machado (2022) cita que, o papel do educador no contexto da Educação Popular Freiriana “não está restringido ao “ser professor”, está para além dessa característica, é ético, está presente e faz parte da realidade que o cerca, agindo de forma crítica frente ao que acontece, portanto, não é neutro.” (p. 17).

Nas palavras de Brandão (2012) a missão do educador popular é:

(...) participar do trabalho de produção e reprodução de um saber popular, aportando a ele, ao longo do trabalho social e/ou político de classe, a sua contribuição específica de educador: o seu saber erudito (o da ciência em que se profissionalizou, por exemplo) em função das necessidades e em adequação com as possibilidades de incorporação dele às práticas e à construção de um saber popular (Brandão, 2012, p. 92).

Machado (2022) menciona também que o Educador Popular Freiriano tem por fim a realização de uma educação para a humanização, direcionada às camadas sociais, sendo o seu perfil diretamente ligado a intervenções socioeducativas.

Para Brandão (2002) o Educador Popular Freiriano deve ter uma presença engajada, onde não raro a forma mais consequente de trabalhar é não ter um programa de trabalho, mas servir aos movimentos populares a que se destina.

⁹ Para essa pesquisa, utilizou-se o exemplar da 54ª edição, do ano de 2022.

O Educador Popular Freiriano deve estar comprometido com a transformação social e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e deve atuar em parceria com os movimentos populares e com a comunidade em que está inserido (BRANDÃO, 2002).

Nas palavras de Freire (2022b, p. 110):

O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isso reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político pedagógica.

O Educador Popular Freiriano deve ter uma postura ética e política coerente com os princípios da Educação Popular Freiriana, buscando sempre a construção coletiva do conhecimento e a promoção da autonomia dos sujeitos envolvidos (PINI, 2012). Nesse sentido, os princípios adotados pelo Educador Popular Freiriano, comentado no subcapítulo "2.5 A Educação de Paulo Freire", podem dialogar com a Economia Solidária.

2.7 Relação da Educação Popular com a Economia Solidária

Para Pereira, Claro e Silva (2021) a Educação Popular tem a sua intencionalidade e estimula a produção do conhecimento, sua prioridade é uma educação que seja para o povo, pelo povo e do povo. Pode-se dizer que ela surge da crítica e da luta contra os modos de produção capitalistas.

Arroyo, Arroyo e Freire (2023, p. 244) apontam que:

O futuro é produto das rotinas, não daquilo que é excepcional. O futuro só será novo se a rotina for nova. O futuro só será de liberdade e democracia se a rotina for de liberdade e democracia. O futuro só será de solidariedade se a rotina for de solidariedade (ARROYO, ARROYO, FREIRE, 2023, p. 244).

A Educação Popular como um projeto educacional libertador, representa uma diversidade de experiências pedagógicas que convergem com o desafio da emancipação e da formação humana e comunga com princípios e valores que são propostos pela Economia Solidária.

A formação permanente, utilizada como uma ferramenta pedagógica, parte do pressuposto que os envolvidos são educadores e formadores, bem como educandos e formandos.

De acordo com Ghiggi (2010), no contexto da Educação Popular, a formação permanente é um processo contínuo de aprendizagem e reflexão que ocorre ao longo da vida, permitindo que educadores e educandos aprimorem suas práticas e conhecimentos em conjunto, em um ambiente colaborativo e solidário.

De acordo com Freire (1993):

A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1993, p. 22-23).

A Educação Popular Freireana enfatiza a importância da consciência crítica, permitindo que os indivíduos não apenas adquiram conhecimento, mas também desenvolvam uma compreensão crítica do mundo ao seu redor. Esse enfoque reconhece a educação como um processo de constante transformação e crescimento, em que os educandos se tornam agentes ativos. Assim, a educação permanente, segundo Freire, não é apenas uma resposta à nossa finitude humana, mas um convite contínuo à emancipação e ao fortalecimento, fundamentos centrais da Educação Popular.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006 (p. 2), deixou evidente que:

A Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário (I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

Tanto a Educação Popular Freireana quanto a Economia Solidária destacam a importância da participação ativa e democrática dos envolvidos nos processos de tomada de decisão. Freire defendeu uma educação dialogada, onde educadores e educandos aprendem juntos e constroem conhecimento de forma colaborativa. Da mesma forma, a Economia Solidária é baseada em princípios de autogestão e cooperação, como veremos a seguir.

Vale ressaltar que as trocas de saberes no âmbito da educação não formal acontecem em diferentes espaços, respeitando as diferenças de aprendizagem, reforçando que o diálogo entre Educação Popular e ES é necessário. Portanto, a educação não formal, voltada aos trabalhadores e trabalhadoras da Economia

Solidária, necessita estar pautada em abordagens pedagógicas indicadas pela Educação Popular Freiriana.

No próximo capítulo será apresentada a Economia Solidária, seus princípios, alguns movimentos e suas relações com a Economia Solidária no Brasil.

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 O que é Economia Solidária

Antes de apresentar o que é a Economia Solidária, vamos esclarecer que não é. Como descreve a Carta de princípios (FBES, 2003):

- A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
- A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
- A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.
- A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
- A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
- A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
- A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
- A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
- A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.
- A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

Apresentado o que não é Economia Solidária, podemos iniciar a compreensão de suas definições. O documento orientador da VI Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2022) coloca a Economia Solidária como um movimento social, com estratégias de resistência, além de uma alternativa ao capitalismo, adotando fortemente uma postura democrática. Ela também pode ser vista como um modelo de desenvolvimento econômico, social e político que desenvolve-se no território, com ele e para ele.

A Economia Solidária pode ser entendida como uma estratégia de organização dos trabalhadores em volta do conceito de inclusão social e da gestão de trabalho. Esse modelo é contrário ao que está posto atualmente, o capitalismo. Dispõem de princípios, como: a solidariedade, a sustentabilidade, o trabalho coletivo, a autogestão, a cooperação (SANTIAGO; BEATRIZ, 2021).

Em uma entrevista realizada por Paulo de Salles Oliveira com Paul Singer, o entrevistador pede para Singer (2008) explicar o que é Economia Solidária, que responde:

Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central (SINGER, 2008, p. 289).

Segundo Singer (2008), a igualdade é uma característica central da Economia Solidária. Os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles e os empreendimentos são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, ou seja, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto.

Isso significa que todos os trabalhadores têm os mesmos direitos e poder de decisão, o que promove a igualdade de oportunidades e a distribuição mais justa dos benefícios gerados pelo empreendimento. Além disso, a igualdade também contribui para a construção de um ambiente de trabalho mais colaborativo e menos hierárquico (SINGER, 2008).

O Quadro 3 apresenta uma sistematização de algumas das definições apresentadas por Ciodaro e Mello (2018, p. 9)

Quadro 3 – Algumas Definições de Economia Solidária

Definições de Economia Solidária	Referência
“conjunto de iniciativas socioeconômicas de natureza associativa ou cooperativa, dentro de um dado contexto territorial, envolvendo certo número de habitantes que se empenham em resolver problemas públicos concretos”	Alves e Bursztyn (2009, p. 593)
“Suas formas de manifestação encontram-se na produção, comercialização e financiamento de produtos e serviços que apresentam como traços característicos o mutualismo, a cooperação e a autogestão (AG)”	Ribeiro e Müylder (2014, p.582)
“No caso da Economia Solidária que se manifesta por meio de uma pluralidade de atividades voltadas para a geração de trabalho e renda, envolvendo empreendimentos produtivos e de prestação de serviços,	Calbino (2016, p. 96).

esses empreendimentos assumem formas variadas de organização (cooperativas, associações, grupos não formalizados) e apresentam características marcantes que os distinguem da atividade econômica capitalista tradicional.”	
---	--

Fonte: CIODARO; MELLO (2018) adaptado por CORRÊA (2024).

No Brasil, as concepções sobre economia solidária têm evoluído ao longo do tempo, refletindo uma diversidade de abordagens teóricas e práticas. Inicialmente influenciada por movimentos cooperativistas e associativos do início do século XX, a economia solidária ganhou destaque nas últimas décadas como uma possibilidade de enfrentamento às desigualdades sociais e econômicas. Diferentes perspectivas surgiram, desde uma visão mais centrada na autogestão e na cooperação entre os trabalhadores até abordagens que incorporam valores de sustentabilidade ambiental e inclusão social. No contexto brasileiro, a economia solidária frequentemente se articula com políticas públicas de desenvolvimento local e regional, buscando fortalecer iniciativas comunitárias e promover a geração de renda de maneira mais equitativa.

Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) comentam que a Economia Solidária abarca diversas categorias sociais, que preocupam-se com a geração de bem estar social e uma sobrevivência digna, considerando as diversas formas de estar no mundo e reconhecendo quão importante e significativas são as diferenças.

Existe grande pluralidade de grupos dentro da Economia Solidária e pode-se dizer que o centro do debate não é apenas a questão de dinheiro e de renda, mas é também de aspirações para uma vida melhor (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

3.2 Princípios da Economia Solidária

De acordo com a "Carta de Princípios" do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2003), o ser humano é tido como o protagonista e sendo o principal objetivo da atividade econômica na Economia Solidária.

Esses princípios são fundamentais para a construção de uma Economia Solidária justa, solidária e sustentável, que valorize o trabalho humano e promova a inclusão social e econômica dos trabalhadores.

A FBES (2003) descreve, de maneira geral, os seguintes princípios da Economia Solidária:

1. a valorização social do trabalho humano;
2. a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
3. o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino em uma economia fundada na solidariedade;
4. a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
5. os valores da cooperação e da solidariedade.

Esses aspectos direcionam uma variedade de iniciativas sociais e empreendimentos voltados para a Economia Solidária. Em contraste com modelos econômicos tradicionais, onde o trabalho muitas vezes é visto apenas como um meio de produção e lucro, a economia solidária valoriza o trabalho como uma atividade que contribui para o desenvolvimento pessoal e coletivo dos indivíduos envolvidos. Além disso, enfatiza-se a importância de práticas de trabalho autogeridas e democráticas, que permitem aos trabalhadores participar ativamente das decisões relacionadas ao processo produtivo e à distribuição dos benefícios gerados (MAGNO; VASCONCELLOS; BARROS; ARROYO, 2022)

Ao priorizar o acesso universal a serviços essenciais como saúde, educação, moradia digna e segurança alimentar, a economia solidária é orientada para além do lucro, colocando o bem-estar humano no centro das suas metas, sendo esse, um dos princípios da Economia Solidária (MAGNO; VASCONCELLOS; BARROS; ARROYO, 2022).

De acordo com Oliveira (2008), as mulheres desempenham papéis essenciais na economia solidária, frequentemente liderando iniciativas comunitárias e cooperativas que promovem a inclusão social e econômica. Essa participação não se limita apenas à dimensão econômica, mas também influencia positivamente a governança e a sustentabilidade dessas organizações.

A economia solidária também se diferencia dos modelos econômicos convencionais ao integrar práticas que visam a sustentabilidade ambiental. Isso inclui a promoção de métodos de produção e consumo que respeitem os limites ecológicos, minimizando o impacto ambiental negativo e fomentando a conservação dos recursos naturais. Além disso, a economia solidária frequentemente adota tecnologias limpas e renováveis, valoriza a agroecologia e promove o uso responsável dos recursos naturais, garantindo a preservação da biodiversidade e a qualidade ambiental das comunidades onde está inserida (MAGNO; VASCONCELLOS; BARROS; ARROYO, 2022).

A economia solidária se baseia em princípios de colaboração entre seus membros, estimulando relações de trabalho e produção que priorizam o benefício coletivo sobre o individual. A cooperação é promovida por meio de estruturas organizacionais democráticas, onde as decisões são tomadas de forma participativa e inclusiva. Além disso, a solidariedade está presente na redistribuição equitativa dos resultados econômicos gerados, garantindo que todos os envolvidos recebam uma parte justa dos benefícios (MAGNO; VASCONCELLOS; BARROS; ARROYO, 2022).

O princípio da colaboração dialoga com a autogestão. A autogestão é um modelo de organização e gestão em que os trabalhadores têm controle e participação ativa nas decisões e na administração do empreendimento. Esse conceito se baseia na ideia de que os trabalhadores, ao se organizarem coletivamente, podem gerir suas atividades de forma democrática, promovendo a igualdade de direitos e responsabilidades entre todos os envolvidos. A autogestão pode se manifestar em cooperativas e associações (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

No contexto do Brasil, a autogestão ganhou destaque especialmente nos anos de 1990, quando trabalhadores de empresas em estado falimentar ou pré-falimentar se uniram para manter as operações de suas antigas empresas, muitas vezes formando cooperativas (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

Esse modelo permite que os trabalhadores não apenas preservem seus postos de trabalho, mas também desenvolvam uma gestão participativa que busca a solidariedade e a autonomia (TAUILE; RODRIGUES, 2004). Essa forma de organização não apenas fortalece a cooperação e a solidariedade entre os membros, mas também permite que as decisões reflitam melhor as necessidades e desejos de toda a comunidade envolvida.

3.3 Características da Economia Solidária

De acordo com o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo¹⁰, existem quatro grupos que desenvolvem a Economia Solidária no Brasil, são eles: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento, Organizações de Representação e Governos.

¹⁰ Disponível em <<https://ecosol.dieese.org.br/quem-sao-os-participantes.php>> Acesso em 30 de ago. 2023.

A Economia Solidária envolve um amplo conjunto de sujeitos, organizações econômicas, entidades representativas e organismos da sociedade civil e do Estado. Entre os atores sociais que compõem a Economia Solidária, podemos citar os trabalhadores(as) associados(as) em cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção, entre outros. Além disso, a Economia Solidária também envolve consumidores(as) conscientes, movimentos sociais, organizações não governamentais, universidades, governos e outras instituições que apoiam e promovem a Economia Solidária.

No Atlas da Economia Solidária (2006), apresenta a seguinte figura:

Figura 2 – Mapa conceitual Economia Solidária



Fonte: Atlas de Economia Solidária (2006).

A partir da figura 2, podemos compreender a organização da Economia Solidária, a partir de cinco principais atores, são eles: Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Fórum Brasileiro de Economia, Gestores Públicos, Entidades de Apoio e Fomento e Ligas ou Uniões.

Nas palavras de Santos (2011,p. 10), “o movimento da economia solidária não é unívoco e integra uma pluralidade de práticas e de atores sociais que, ao se movimentarem das mais diferentes formas, buscam legitimar a economia solidária.”

Comentar sobre cada um dos atores da economia solidária seria uma tarefa extensa e detalhada, pois existem muitos tipos diferentes de atores envolvidos nesse campo (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

Pode-se dizer que os trabalhadores são um dos principais atores da economia solidária, pois são eles que participam diretamente dos empreendimentos econômicos solidários, seja como produtores, prestadores de serviços ou consumidores (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

As cooperativas são uma forma jurídica comum para os empreendimentos econômicos solidários, e elas são geralmente compostas por trabalhadores que se unem para produzir bens ou serviços de forma autogestionária (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

As associações são outra forma jurídica comum para os empreendimentos econômicos solidários, e elas podem ser compostas por diferentes tipos de atores, como produtores rurais, artesãos, prestadores de serviços, entre outros (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

As empresas autogestionárias são outro tipo de empreendimento econômico solidário, em que os trabalhadores são os proprietários e tomam as decisões coletivamente (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

Mas a grande maioria dos EES está na informalidade e são chamados de grupos de trabalhos informais, por não existir ainda uma Lei Nacional que regule o trabalho cooperativo e associativo comuns à Economia Solidária.

Além dos empreendimentos econômicos solidários, a economia solidária também envolve outros atores, como organizações de apoio, que fornecem suporte técnico e financeiro aos empreendimentos, redes de cooperação, que promovem a troca de experiências e conhecimentos entre os empreendimentos, e instituições de ensino e pesquisa, que estudam e promovem a economia solidária (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

3.4 Alguns movimentos da Igreja Católica e suas relações com a Economia Solidária no Brasil

O objetivo da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, realizada entre os dias 24 de agosto e 06 de setembro de 1968, foi ler a realidade latino-americana de acordo com o Concílio Vaticano II. O Papa Paulo VI propôs que a conferência possibilitasse uma análise da situação da América Latina

em comparação com as diretrizes do Concílio, visando uma compreensão mais profunda e contextualizada dos desafios enfrentados pela Igreja na região (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018).

Os bispos interpretaram a realidade latino-americana tendo em vista o Concílio Vaticano II de uma maneira inovadora e transformadora. Em vez de simplesmente aplicar as diretrizes do Concílio à realidade latino-americana, eles leram o Concílio na perspectiva do sofrimento e da opressão vivida no continente. Assim, aproveitaram a abertura trazida pelo Vaticano II e a fizeram avançar, engajando a Igreja no processo libertador e assumindo uma postura de Igreja da libertação. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais profunda e contextualizada dos desafios enfrentados pela Igreja na América Latina, levando a uma identidade própria e à emergência da Teologia da Libertação (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018).

Durante a Conferência de Medellín, a Igreja posicionou-se de forma significativa em relação à educação e à juventude. A partir do evento, a educação assumiu para a Igreja latino-americana uma perspectiva ecumênica e libertadora, sendo considerada um fator básico e decisivo no desenvolvimento do continente. A abordagem da educação foi tratada como um campo ávido de profundas transformações, destacando a importância dos valores da justiça, paz, família, educação e juventude para a promoção humana e dos povos (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018).

A Economia de Francisco e Clara é um movimento global que busca promover reflexões e ações transformadoras na área econômica, inspirada nos ensinamentos e valores de São Francisco de Assis e Santa Clara. Este movimento foi impulsionado pelo Papa Francisco a partir de 2019 e tem como objetivo repensar o atual modelo econômico, buscando alternativas mais justas, solidárias e sustentáveis (GUIMARÃES; GUIDOTTI, 2023).

A Economia de Francisco e Clara propõe uma abordagem econômica baseada na fraternidade, na partilha, na solidariedade e no cuidado com a criação. Busca-se promover uma economia que coloque as pessoas e o planeta no centro das preocupações, em contraposição a um modelo econômico que muitas vezes prioriza o lucro em detrimento do bem-estar humano e ambiental (GUIMARÃES; GUIDOTTI, 2023).

A Cartilha “A economia de Francisco e Clara: denúncia as violências financeiras e anúncio de economias para o bem viver”¹¹ apresenta propostas e alternativas de economias mais sustentáveis, justas e voltadas para o bem-estar coletivo, alinhadas com os princípios da Economia de Francisco e Clara. Por sua vez, a Economia Solidária, impulsionada por Paul Singer (2002), enfatiza a autogestão, a cooperação e a distribuição equitativa de recursos. A costura entre essas duas abordagens econômicas pode gerar alternativas político-econômicas ao modelo hegemônico atual, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e solidária.

3.5 Origens do Cooperativismo e suas relações com a Economia Solidária

Singer (2002) comenta sobre as origens históricas da Economia Solidária em seu livro “Introdução à Economia Solidária”. O autor comenta sobre as experiências de cooperativismo na Inglaterra.

O cooperativismo na Inglaterra teve suas raízes no início do século XIX, quando o movimento operário começou a se organizar em sindicatos e cooperativas. A revogação dos “Combination Acts” em 1824 permitiu que os trabalhadores se organizassem livremente em sindicatos, o que levou à formação de cooperativas (SINGER, 2002).

A primeira cooperativa owenista foi criada em 1821 por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres para formar uma comunidade e viver dos ganhos de suas atividades profissionais. Embora a comunidade tenha se dissolvido após algum tempo, a ideia de cooperativas continuou a se espalhar e, em 1844, a Rochdale Society of Equitable Pioneers foi fundada, tornando-se o modelo para cooperativas em todo o mundo (SINGER, 2002).

O cooperativismo na Inglaterra foi uma resposta à exploração dos trabalhadores durante a Primeira Revolução Industrial e uma tentativa de criar uma alternativa ao capitalismo (SINGER, 2002).

Para Singer (2002, p. 35) “Esta é a origem histórica da economia solidária”, mas também cita a experiência do cooperativismo na França. O cooperativismo na França teve uma história diferente da Inglaterra. Enquanto na Inglaterra o cooperativismo surgiu como uma resposta à exploração dos trabalhadores, na

¹¹ Disponível <<https://anima.pucminas.br/wp-content/uploads/2023/03/Cartilha-Economia-de-Francisco-e-Clara.pdf>> Acesso em: 16 dez. 2023.

França ele foi influenciado pelo pensamento utópico de Charles Fourier. Embora Fourier não tenha conseguido realizar seu projeto, suas ideias influenciaram o movimento cooperativista na França. Em 1863, a primeira cooperativa francesa foi fundada em Lille, e em 1884 a lei de cooperativas foi aprovada, permitindo a criação de cooperativas em todo o país. O cooperativismo na França foi uma tentativa de criar uma alternativa ao capitalismo, mas também foi influenciado pelo pensamento utópico de Fourier e outros pensadores socialistas (SINGER, 2002).

Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) trazem alguns elementos históricos como no século XIX, a economia social estava em vigência, por conta de movimentos sociais contra os modelos de mercado que estavam postos. No século XX também existiu um movimento de economia social europeia. É de consenso que essas diversas lutas influenciaram no que encontramos hoje de Economia Solidária.

3.6 Origem e Linha do tempo da Economia Solidária no Brasil

De acordo com Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), as culturas dos povos originários foram oprimidas, desvirtuadas, silenciadas ou mesmo aniquiladas pela colonização predatória e pela exploração capitalista. Essas culturas são diversas e podem conter diferentes conteúdos e índoles, mas, em muitos casos, já tinham os germens do que iria se transformar em práticas econômicas solidárias.

As raízes da Economia Solidária, mesmo sem essa denominação específica, têm uma história que remonta às antigas sociedades humanas. Essas origens estão intrinsecamente ligadas à busca pela autodeterminação dos povos e ao conceito de bem-viver, manifestando-se nas resistências diárias das comunidades tradicionais contra a comercialização da vida em prol dos bens coletivos, da gestão comunitária e da reciprocidade (II Conferência Nacional de Economia Solidária, 2010).

Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) abordam o crescente conhecimento sobre a economia solidária por meio de estudos e mapeamentos nacionais. Conforme mais pesquisas são realizadas, a compreensão sobre as diferentes configurações e expressões desse campo se amplia. Nesse processo, surgem grupos que não se encaixam nos moldes tradicionais do cooperativismo, como os povos tradicionais, tais como quilombolas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e ribeirinhas, além de outros grupos como os de fundos de pasto e quebradeiras de coco. Essa diversidade de atores sociais ainda requer uma análise

mais detalhada por parte das pesquisas no campo da economia solidária, a fim de compreender suas particularidades e necessidades específicas.

A Economia Solidária no Brasil teve início na década de 1980, com a criação de cooperativas populares e outras iniciativas de autogestão por trabalhadores urbanos e rurais. Ressurgiu como uma resposta dos(as) trabalhadores(as) à crise social provocada pela estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista. No entanto, foi a partir da criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasil), em 2001, que os movimentos sociais em torno da proteção e do fortalecimento das iniciativas econômicas populares ganharam força (BEATRIZ, 2007). Desde então, a Economia Solidária tem sido organizada por diversos atores que contribuem para o seu fortalecimento, como organizações da sociedade civil, movimentos sociais e populares, bem como representantes do poder público. Ganhou visibilidade na década de 1990 ao se inserir no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora (SCHIOCHET, 2009).

Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) abordam algumas questões e contextos da economia social, como as associações e as cooperativas. Hoje, podemos encontrar diferentes tipos de cooperativas, que se diferem quanto às suas atividades e de sua natureza, como cooperativas de crédito, de produção, de consumo, de serviços.

Santiago e Beatriz (2021) comentam alguns elementos da trajetória da Economia Solidária, principalmente no Brasil. As políticas econômicas neoliberais colaboraram para ampliar a hegemonia de mercado, gerando uma massa de desempregados, especialmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

As desigualdades sociais aumentaram conforme se reduzia o número de empregados formais, além do movimento dos trabalhadores do campo para a cidade, provocando a “formação de bolsões de pobreza”. Nesse contexto, surgem então organizações, sindicatos, cooperativas, coletivos e outros movimentos sociais para sobreviver diante das desigualdades.

Santiago e Beatriz (2021) apresentam elementos históricos da Economia Solidária dentro de quatro momentos distintos: década de 80 com o contexto de surgimento da Economia Solidária, a década de 90 com vivências de Economia Solidária no Brasil, a década de 2000 e os movimentos para criação de políticas públicas, e por fim, o período de 2010 a 2019, com o cenário atual e mais recente.

Ainda nesse período, da década de 1980, surgiram diversas experiências de autogestão e cooperativismo popular, que buscavam a organização dos(as) trabalhadores(as) em torno da produção e da comercialização de bens e serviços (SCHIOCHET, 2009).

A partir da década de 1990, a Economia Solidária ganha visibilidade no país, sobretudo a partir das experiências de autogestão em empresas falidas ou em processo de falência, como a Cooperativa de Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco (Cootrao), a Cooperativa de Trabalhadores em Informática de São Paulo (Cootesp) e a Cooperativa de Trabalhadores em Saúde Mental de Campinas (Coopermota) (SCHIOCHET, 2009).

Na década seguinte, a Economia Solidária se insere no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora, ganhando apoio de movimentos sociais, sindicais, universidades e organizações populares. A partir da segunda metade da década de 2000, foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária, que ganharam maior relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos como Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém (SCHIOCHET, 2009).

A III Plenária do FBES, realizada em 2003, saiu com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país, em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas, aprovadas na oportunidade. A partir de então, os Fóruns Estaduais estavam presentes nos 27 estados do Brasil.

Na figura abaixo, consta uma síntese dos marcos de cada década a partir da literatura acima.

Figura 3 – Marcos da Economia Solidária no Brasil



Fonte: (SANTIAGO; BEATRIZ, 2021); (SCHIOCHET, 2009).

A partir do site do Fórum Brasileiro de ES¹² e levantamento e da coleta de dados no campo da Economia Solidária no Brasil, foi possível elaborar o quadro abaixo, contendo informações em ordem cronológica, com uma coluna dedicada ao governante brasileiro dentro de tal contexto e a fonte da informação:

Quadro 4 – Acontecimentos históricos da Economia Solidária no Brasil

ANO	GOVERNO	ACONTECIMENTO	Fonte
1998	Fernando Henrique Cardoso	Primeiro encontro de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs) - Ceará e Rio de Janeiro; Criação do Banco Palmas	Costa (2013)
2000	Fernando Henrique Cardoso	Surgimento da UNISOL Cooperativas (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários)	Unisol13
2001	Fernando Henrique Cardoso	I Fórum Social Mundial (FSM) que impulsiona o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2002	Fernando Henrique Cardoso	Solicitação dos trabalhadores para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ao candidato eleito Luís Inácio Lula da Silva; I Plenária Brasileira de Economia Solidária	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2003	Luiz Inácio Lula da Silva	II Plenária Nacional de Economia Solidária; III Plenária Brasileira de Economia Solidária; Criação dos fóruns estaduais e regionais; Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2004	Luiz Inácio	I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia	Fórum Brasileiro

¹² Disponível em <<https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>> Acesso em 29 ago 2023

¹³ Disponível em <<http://portal.unisolbrasil.org.br/historia/>> Acesso em 29 ago 2023

ANO	GOVERNO	ACONTECIMENTO	Fonte
	Lula da Silva	Solidária	de Economia Solidária
2006	Luiz Inácio Lula da Silva	I Conferência Nacional De Economia Solidária	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2008	Luiz Inácio Lula da Silva	Passaram a integrar o FBES os três segmentos do campo da Economia Solidária: empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2010	Luiz Inácio Lula da Silva	II Conferência Nacional de Economia Solidária; Sistema Nacional de Economia Solidária e Fundo Nacional de Economia Solidária	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2012	Dilma Rousseff	V Plenária Nacional de Economia Solidária	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2014	Dilma Rousseff	III Conferência Nacional de Economia Solidária	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2015	Dilma Rousseff	Construção do I Plano Nacional de Economia Solidária, decorrente da III CONAES, consolidando avanços e políticas públicas de incentivo à Economia Solidária no Brasil.	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2016	Dilma Rousseff/ Michel Temer	SENAES passa a ser uma subsecretaria, ainda vinculada ao MTE	Ministério do Trabalho e Emprego ¹⁴
2019	Jair Messias Bolsonaro	SENAES desvincula-se do MTE, sendo transferida para o Ministério da Cidadania, tornando-se um Departamento. O conselho Nacional de Economia Solidária foi desativado	Ministério do Trabalho e Emprego
2023	Luiz Inácio Lula da Silva	Reinstalação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)	Ministério do Trabalho e Emprego
2024	Luiz Inácio Lula da Silva	Iniciativas de Economia Solidária podem se inscrever no CADSOL ¹⁵ ; O MTE, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES), realizou o lançamento dos editais de Qualificação em Economia Popular e Solidária no âmbito do Programa Manuel Querino (PMQ)	Ministério do Trabalho e Emprego

Fonte: adaptado por CORRÊA (2024).

¹⁴ Disponível em <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>> Acesso em 29 de ago. de 2023.

¹⁵ Disponível em <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/janeiro/iniciativas-de-economia-solidaria-devem-se-inscrever-no-cadsol>> Acesso em jul. 2024. Nota: até o momento da conclusão da pesquisa, ainda não tinha sido implementado o CADSOL no estado do Paraná.

Diante do apresentado, podemos observar que, por conta do cenário político, econômico e social que se modificam de acordo com os governantes que assumem, as perspectivas para a Economia Solidária são oscilantes. Consolidada a Economia Solidária como uma política nacional poderá ficar menos suscetível às mudanças de mandatos políticos.

De acordo com o Diniz (2019), as possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo pautadas na colaboração e na reciprocidade ganham espaço nas novas formas urbanas, o que pode ser ilustrado pelo avanço em número e organização dos movimentos sociais em torno de pautas como: a produção agroecológica, o comércio justo, a conservação ambiental, a autoconstrução etc.

Além disso, o maior acesso às redes de comunicação e transportes, à escolarização formal, e mesmo à proteção conferida pela legislação se tornam substratos para a organização em torno da economia social e solidária (DINIZ, 2019).

3.7 A Economia Solidária no estado do Paraná

No Paraná, a história da Economia Solidária também apresenta um desenvolvimento significativo ao longo dos anos. Como sugere o PLAMSOL (Plano Municipal de Economia Solidária de Curitiba, RESOLUÇÃO Nº 5, 2021), algumas etapas importantes desse processo incluem:

- Aprovação da Lei de Economia Solidária do Estado do Paraná em 20 de dezembro de 2018, com o Decreto 3932 regulamentando a política em 17 de março de 2020. Essa legislação institui a Política Estadual de Economia Solidária, visando o desenvolvimento de empreendimentos e redes de Economia Solidária por meio de programas, projetos e convênios entre entidades da sociedade civil e órgãos do Poder Público.
- Diversos municípios paranaenses também adotaram leis específicas de Economia Solidária, demonstrando o engajamento local com essa temática. Alguns exemplos são Londrina (Lei nº 10.523, 2008), Irati (Lei nº 2.965, 2009), Paiçandu (Lei nº 1.951, 2009), São José dos Pinhais (Lei nº 1.591, 2010), Maringá (Lei nº 8.802, 2010), Ponta Grossa (Lei nº 11.046, 2012), Apucarana (Lei nº 161, 2015),

Cascavel (Lei nº 12.574, 2015), Jandaia do Sul (Lei nº 2.892, 2016) e Curitiba (Lei nº 14.786, 2016).

O Conselho Estadual de Economia Solidária - CEES é apresentado como um “órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, deliberativo e fiscalizador, e tem por finalidade estabelecer diretrizes e prioridades e formular a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Paraná.”

O Quadro 5 apresenta o resumo dos principais marcos da Economia Solidária no Paraná conforme descrito no website do Conselho Estadual de Economia Solidária - CEES¹⁶

Quadro 5 – Marcos da Economia Solidária no Paraná

Ano	Marco	Governador
2018	Instituição da Política Estadual de Economia Solidária, por meio do Decreto Estadual nº 19.784 de 20 de dezembro de 2018	Beto Richa
2020	Regulamentação da Lei nº 19.784, de 20 de Dezembro de 2018. Institui a Política Estadual de Economia Solidária	Carlos Roberto Massa Júnior
2021	Regulamentação da Política de Economia Solidária no Estado do Paraná. Nomeação de Representantes para compor o Conselho Estadual de Economia Solidária- CEES-PR.	Carlos Roberto Massa Júnior
2022	Secretaria de Justiça, Família e Trabalho cria Conselho Estadual de Economia Solidária e empossa seus primeiros membros. O Conselho teve sua primeira constituição.	Carlos Roberto Massa Júnior

Fonte: Conselho Estadual de Economia Solidária (2023).

Silva e Nagem (2011) colocam que a Economia Solidária no Paraná ainda demonstra uma situação de fragilidade institucional e competitiva, tornando-se ainda prematuro considerá-la uma alternativa plenamente estabelecida diante das contradições existentes no ambiente de trabalho dentro do sistema capitalista atual.

3.8 A Economia Solidária em Curitiba

O PLAMSOL (Plano Municipal de Economia Solidária de Curitiba) foi construído com a participação de diversos atores sociais, como: empreendimentos econômicos solidários, organizações da sociedade civil, universidades, poder público e outros.

O documento tem como objetivo encaminhar as demandas das 1ª e 2ª Conferências Municipais de Economia Solidária, bem como do diagnóstico da Economia Solidária de Curitiba realizado em 2019.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.trabalho.pr.gov.br/Pagina/Conselho-Estadual-de-Economia-Solidaria-CEES>>. Acesso em 30 ago. 2023.

A produção-comercialização-consumo da Economia Solidária de Curitiba e região têm encontrado referências inspiradoras, nas relações Campo-Cidade, em especial as Jornadas de Agroecologia e o Espaço COPASOL; Além disso, as Mostras de Economia Solidária realizadas pela TECSOL – Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; as feiras promovidas pela Rede Libersol – Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana; os coletivos de trabalhadoras da Economia Solidária que promovem a Feira Permanente de Economia Popular Solidária. As trabalhadoras das padarias comunitárias que atuam com a produção de pães e outros produtos vendidos em seus bairros. Já em termos de espaços políticos temos a atuação do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária-CMEPS para a implantação de políticas públicas em Curitiba e do Fórum Municipal da ES (FMES), como espaço de apoio, de formação e de diálogos (RESOLUÇÃO Nº 5, 2021).

O Conselho Municipal de Economia Popular Solidária (CMEPS) de Curitiba teve sua origem em 2016, quando a gestão municipal incorporou a discussão sobre Economia Solidária no contexto das políticas de desenvolvimento social e econômico da cidade. No entanto, já em 2013, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, em parceria com o movimento da Economia Solidária, foi realizada a I Conferência Municipal da Economia Popular Solidária em 27 de julho de 2013.

Após a conferência, foi eleita a Comissão Provisória Municipal da Economia Solidária, com o objetivo de promover o diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada, incluindo empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio e fomento à Economia Solidária. Essa comissão trabalhou em conjunto para fortalecer e implementar a política de Economia Solidária no município.

Em 23 de fevereiro de 2016, foi sancionada a Lei nº 14.786, que instituiu a política municipal de fomento à Economia Popular Solidária e criou o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária - CMEPS. Essa lei reconheceu a Economia Solidária como fonte de trabalho e renda, prevendo ações como qualificação, formalização de entidades, criação de espaços públicos para comercialização de produtos e o fomento de uma rede metropolitana.

No próximo capítulo será apresentado uma revisão bibliográfica acerca do termo tecnologia e seus caminhos, até chegarmos na Tecnociência Solidária, conceito que possui aproximações com a Economia Solidária.

4 CAMINHOS DA TECNOLOGIA CONVENCIONAL PARA A TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA

4.1 Conceitos de Tecnologia

Ao termo “ciência” são empregados diversos conceitos. De acordo com Varsavsky (1969), existe um arquétipo de ciência que é passada para a sociedade. Ou seja, existe um conceito já elaborado de que a ciência é infalível e universal e que os cientistas são pessoas que estão dentro de um laboratório fechado, realizando seus experimentos.

Quando Varsavsky (1969) questiona “Que necessidade tem de outro tipo de ciência quando essa tem apresentado tantos êxitos?”, ele mesmo responde que existe uma resposta comum, que vai dizer que esses problemas e desafios sociais, econômicos e culturais que não são adequadamente abordados pela ciência tradicional, não são problemas científicos, que a ciência dá instrumentos neutros e cabe às forças políticas utilizarem da maneira adequada, porém, essa é uma resposta desleal, pois a ciência não cria todos esses tipos de instrumentos, mas sim, somente aqueles que são estimulados a criar. Nesse processo de questionamento, inicia-se a desconstrução do arquétipo acerca da ciência.

Velho (2011) discorre que o conceito de ciências é modificado com o decorrer do tempo e que nos dias atuais, podemos conceber que os cientistas não são os únicos produtores de ciências, mas que é um processo com muitos autores e produtores. E, ainda, que esses conhecimentos podem acontecer em diferentes locais e de diversas maneiras, reforçando que o conhecimento não é linear.

Palacios *et. al.* (2003) compreendem que a Ciência pode ser considerado um processo social, que necessita ser vista, analisada e interpretada dentro de contextos históricos e sociais concretos.

Quanto ao termo “tecnologia”, no conceito geral existe uma crença que as tecnologias são responsáveis pelo avanço da sociedade. De acordo com Mumford *apud* Winner (1986), as tecnologias que concomitam são: autoritária e democrática. Winner (1986) apresenta a teoria de determinação social da tecnologia, a qual coloca que “O que importa não é a tecnologia em si, mas o sistema social ou econômico no qual ela está inserida” (p. 20). Ou seja, existe um determinismo tecnológico, indicando que a tecnologia é um meio e não o produto final. A tecnologia é vista como uma ferramenta que pode ser usada de diferentes maneiras

para alcançar objetivos específicos, e esses objetivos podem ser influenciados por uma série de outros fatores além da tecnologia em si.

Velho (2011) evidencia que é possível observar que diferentes países possuem uma organização similar em suas políticas públicas voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), pois há a crença de que um modelo comum, com dinheiro suficiente e uma massa crítica de pesquisadores de alto nível trabalhando sobre os novos avanços teóricos em disciplinas básicas, é possível resolver, em pouco tempo, o que antes eram problemas sem soluções. Entretanto, sabemos que cada país possui suas sociedades e suas culturas, no plural. Além disso, cada país tem a sua visão do que é ciência e tecnologia. A autora pontua que isso não significa que não possam compartilhar as experiências, mas que não se devem assumir esses conceitos como regra única.

Linsingen, Bazzo e Pereira (2003) abordam a ideia de que a tecnologia não é neutra, nem determinada e nem linear. Isso significa que a tecnologia não é neutra, sendo apenas um conjunto de ferramentas ou dispositivos que podem ser usados de forma positiva ou negativa, mas sim que ela é influenciada por valores e ideologias das sociedades e grupos que a geram.

A tecnologia não é determinada, ou seja, ela não segue um caminho predefinido e pode ser influenciada por diversos fatores, como interesses econômicos, políticos e culturais (LINSINGEN; BAZZO; PEREIRA, 2003).

Por fim, a tecnologia não é linear, ou seja, ela não segue uma trajetória única e pode ter diferentes desdobramentos e impactos em diferentes contextos. Essa visão mais complexa da tecnologia é importante para entendermos como ela afeta nossas vidas e como podemos lidar com seus impactos positivos e negativos (LINSINGEN; BAZZO; PEREIRA, 2003).

Fraga (2011) aponta que para pensar em tecnologia, precisa estar claro alguns conceitos complementares, como o de tecnologia convencional, a qual promove o pensamento linear, ou seja, quanto mais ciência, mais tecnologia, logo, mais efeitos positivos para a sociedade. Coube aos estudos sociais da ciência e da tecnologia questionar a neutralidade da ciência e da tecnologia.

O filósofo americano Andrew Feenberg, estudioso do tema filosofia da tecnologia, em conferência¹⁷, apresenta quatro perspectivas diante do conceito de tecnologia, sendo elas: determinismo, instrumentalismo, substantivismo e a teoria crítica. Como mostra o Quadro 6 abaixo:

Quadro 6 – Filosofia da Tecnologia

A Tecnologia é	Autônoma	Humanamente Controlada
Neutra	Determinismo	Instrumentalismo
Carregada de Valores	Substantivismo	Teoria Crítica

Fonte: FEENBERG (2003)

Segundo o quadro 6, a tecnologia poderá ser considerada como Neutra até Carregada de valores. Mas também como autônomas ou humanamente controladas (FEENBERG, 2003).

Nas interseções podemos encontrar: o determinismo, acredita que a tecnologia é quem controla os seres humanos, modelando a sociedade de acordo com as necessidades do processo; O instrumentalismo, possui uma forte crença no progresso e na neutralidade; O substantivismo, atribui significados para as tecnologias, portanto, é carregada de valores; Por fim, a teoria crítica coloca que devemos estender a democracia também para a tecnologia, os valores absorvidos pela tecnologia são socialmente definidos (FEENBERG, 2003).

O determinismo é uma teoria que afirma que a tecnologia é o servo neutro das necessidades humanas básicas. Essa teoria é otimista e progressiva, e acredita que a tecnologia é vista como neutra em si mesma (FEENBERG, 2003).

O instrumentalismo é uma teoria que acredita que a tecnologia é neutra e que pode ser usada para qualquer fim que as pessoas desejem. Essa teoria é otimista e progressiva, e acredita que a tecnologia é vista como um meio para atingir um fim, e não como um fim em si mesma (FEENBERG, 2003).

O substantivismo é uma posição mais complexa e interessante do que aquelas do instrumentalismo e do determinismo. Essa posição atribui valores substantivos à tecnologia, em contraste com as visões como a do instrumentalismo e a do determinismo, nas quais a tecnologia é vista como neutra em si mesma. O contraste aqui está realmente entre dois tipos de valores. A tese da neutralidade

¹⁷ Conferência realizada para os estudantes universitários de Komaba em junho de 2003, sob o título de "What is Philosophy of Technology?".

atribui um valor à tecnologia, mas é um valor meramente formal, a eficiência, que pode servir a diferentes concepções de uma vida boa (FEENBERG, 2003).

A Teoria Crítica da tecnologia é uma posição que defende que os seres humanos não precisam esperar um Deus para mudar a sua sociedade tecnológica em um lugar melhor para viver. Ela reconhece as consequências catastróficas do desenvolvimento tecnológico ressaltadas pelo substantivismo, mas ainda vê uma promessa de maior liberdade na tecnologia (FEENBERG, 2003).

4.2 Conceitos de Tecnologia Convencional

Linsingen, Bazzo e Pereira (2003) mencionam a ideia de "tecnologia convencional" ou "tecnologia capitalista", que se refere a uma visão tradicional da tecnologia como um conjunto de ferramentas e dispositivos que são desenvolvidos com o objetivo de produzir bens materiais e gerar lucro para as empresas que os produzem.

Essa visão da tecnologia é baseada em uma lógica capitalista de produção e de consumo, em que a tecnologia é vista como um meio para aumentar a eficiência e a produtividade das empresas, sem levar em conta os impactos sociais, culturais e ambientais mais amplos (LINSINGEN; BAZZO; PEREIRA, 2003; DAGNINO, 2014).

A tecnologia convencional é frequentemente associada a setores como: a indústria automobilística, a indústria de eletrônicos e a indústria de energia, que são caracterizados por altos níveis de poluição, consumo de recursos naturais e desigualdades socioeconômicas. A crítica à tecnologia convencional tem sido um tema importante em movimentos sociais e ambientais, que buscam promover uma visão mais crítica e transformadora da tecnologia, que leve em conta os interesses e necessidades das comunidades e do meio ambiente (LINSINGEN; BAZZO; PEREIRA, 2003).

Para Souza e Pozzebon (2020), essas tecnologias convencionais incorporam conhecimentos técnicos e recursos para intensificar o capitalismo, contribuindo para a exclusão e/ou o empobrecimento do trabalho humano.

A seguir, será apresentado um resgate histórico de como emergiram alguns conceitos de Tecnologia Apropriada e o seu uso ao longo da história.

4.3 Resgate histórico dos conceitos de Tecnologia Apropriada

Para compreender a Tecnologia Apropriada (TA), Dagnino, Brandão e Novaes (2010) apresentam uma retrospectiva histórica a partir da Índia, que utilizavam as tecnologias tradicionais como uma estratégia de luta e de resistência contra o domínio dos britânicos.

O conceito de TA tem suas raízes na Índia nos anos de 1920 e 1930, no contexto do movimento liderado por Gandhi para a libertação do país da colonização britânica. A ideia era desenvolver tecnologias simples e acessíveis que atendessem às necessidades das comunidades locais, sem depender de grandes investimentos financeiros ou de recursos externos. A partir daí, o conceito se espalhou pelo mundo e foi aplicado em diferentes contextos, incluindo o Brasil (CALDAS; ALVES, 2013).

Gandhi¹⁸ foi uma figura histórica, que contribuiu para esse momento, ele desejava um melhoramento das técnicas locais, uma adaptação da tecnologia moderna para o meio ambiente e de acordo com as condições da Índia e o incentivo de pesquisas científicas e tecnológicas. Existe uma variedade de termos usados para designar-se à Tecnologia Apropriada (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010), como Tecnologia Social, Tecnologia Adequada, Tecnologia Compatível, Tecnologia Participativa e Tecnologia Alternativa.

Embora Thomas S. Kuhn não tenha discutido a tecnologia apropriada especificamente, suas ideias sobre mudanças de paradigmas podem ser aplicadas para entender como a tecnologia apropriada surgiu como um novo paradigma em resposta às limitações do modelo de desenvolvimento tecnológico dominante (GARCIA, 1987).

A tecnologia apropriada pode ser vista como uma mudança de paradigma em relação ao desenvolvimento tecnológico. Na década de 1960, o paradigma dominante era centrado em tecnologias avançadas e complexas, muitas vezes concentradas em países europeus e baseadas em grandes investimentos. Essas tecnologias frequentemente não consideravam as realidades socioeconômicas e

¹⁸ Mahatma Gandhi foi um importante defensor da Tecnologia Apropriada e da utilização de tecnologias simples e acessíveis para promover o desenvolvimento econômico e social da Índia. Ele acreditava que a tecnologia deveria estar a serviço das pessoas e não o contrário. Gandhi defendia a utilização de tecnologias tradicionais e de baixo custo, como a roda de fiar e o tear manual, como forma de promover a independência econômica e a valorização do trabalho manual. Gandhi acreditava que a tecnologia deveria estar em harmonia com a natureza e que as comunidades locais deveriam ter controle sobre o desenvolvimento tecnológico em suas regiões (LORENZETTI; TRINDADE; PIRES; RAMOS, 2012)

culturais dos países em desenvolvimento, levando a resultados inadequados e insustentáveis (GARCIA, 1987).

O termo "Tecnologia Apropriada" foi popularizado pelo economista alemão E.F. Schumacher, em seu livro "*Small is Beautiful: Economics as if People Mattered*", publicado em 1973. Schumacher defendia que a TA deveria ser baseada em princípios como: a sustentabilidade, a eficiência energética, a utilização de recursos locais e a participação comunitária (GARCIA, 1987).

Durante a década de 1960, proliferaram diferentes abordagens teóricas sobre a conveniência de gerar, transferir e disseminar tecnologias ditas "apropriadas". As primeiras abordagens teóricas sobre tecnologias apropriadas enfatizaram a necessidade de produção de tecnologias em pequena escala (familiar ou comunitária), uso de tecnologias maduras, baixa complexidade de conhecimento científico e tecnológico, baixo conteúdo de conhecimento científico e tecnológico, baixo custo por unidade de produção, baixo consumo de energia e mão de obra (THOMAS, 2008).

No Brasil, as ideias de tecnologia apropriada foram adotadas em ambiente de contestação ao regime ditatorial da década de 1970. Experiências pioneiras foram realizadas em municípios como Lages, em Santa Catarina, e São Paulo, nos anos 80. A tecnologia apropriada foi utilizada tanto para o desenvolvimento de artefatos simples e acessíveis, quanto para a promoção da participação popular e a utilização alternativa dos recursos e ativos existentes nos territórios (CALDAS; ALVES, 2013).

No entanto, o conceito de TA tem sido objeto de debates e críticas, especialmente em relação à sua definição e aplicação prática. Alguns críticos argumentam que a TA pode ser limitante e impedir o desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e eficientes, enquanto outros defendem que a TA é uma abordagem essencial para promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social (GARCIA, 1987).

Apesar disso, houve um crescente questionamento sobre a aplicabilidade e da efetividade da TA, especialmente no que tange a manutenção da desigualdade social.

Neste sentido, abre espaço para o desenvolvimento da Tecnologia Social, a qual, será tratada no tópico a seguir.

4.4 O marco conceitual que influenciou o conceito de Tecnologia Social

O termo "tecnologia social" pode ser entendido de diversas maneiras dependendo do contexto e das áreas de aplicação. Existem de fato várias definições para esse conceito, e isso ocorre porque ele engloba diferentes abordagens e perspectivas. Vejamos abaixo alguns dos significados encontrados:

- A Tecnologia Social é compreendida como aquela que compreende produtos, técnicas e metodologias concebidas na interação dos saberes científico, populares e que refletem efetivas respostas de transformações sociais. (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004).
- Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, elaboradas e/ou empregadas na interação com a população e apropriadas por ela, que retratam soluções para inclusão social e reparo das condições de vida. (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, ano).

Para esta pesquisa nos concentraremos em explorar a concepção de Tecnologia Social apresentada por Renato Dagnino, em suas diferentes contribuições, tais como: livros, capítulos de livros, artigos, palestras e seminários. Tal escolha foi realizada pelo mesmo contribuir sobremaneira aos estudos sociais em Ciência e Tecnologia, os quais possuem uma vertente crítica sobre as mesmas frente a sociedade.

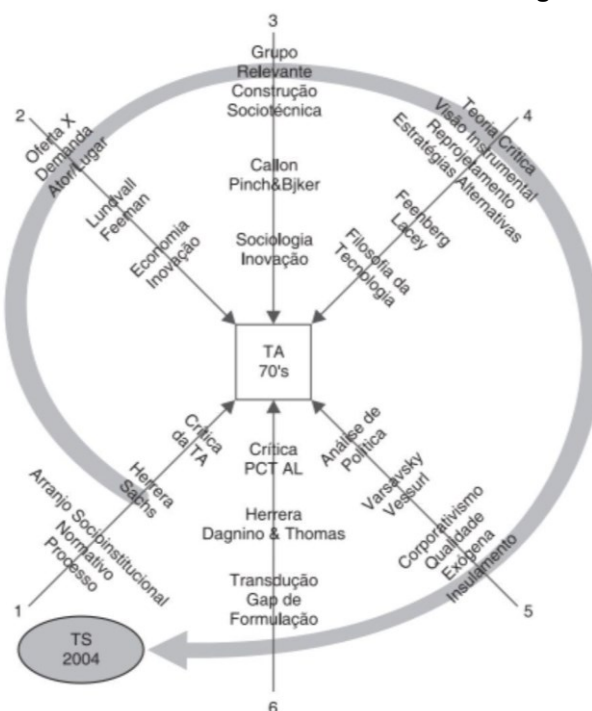
Dagnino (2014) não coloca uma conceituação para o termo, mas, apresenta sugestões de como a Tecnologia Social deveria ser:

- Adaptada a pequeno tamanho;
- Liberadora do potencial físico e financeiro; e da criatividade do produtor direto;
- Não discriminatória (patrão × empregado);
- Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas;
- Orientada para o mercado interno de massa;
- Ela deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não discriminatória; liberada da diferenciação – disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes autogestionários – entre patrão e empregado; orientada para um mercado interno de massa; libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. Resumindo, deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários. (DAGNINO, 2014, p. 23-24).

A Rede de Tecnologia Social¹⁹ se articula através de dois pontos principais: o marco analítico conceitual e seu caráter de rede (DAGNINO, 2019). Dentre as contribuições para o marco analítico conceitual de Tecnologia Social, podemos citar que em meados dos anos 1980 houve uma grande influência do pensamento neoliberal, além disso, a ação das redes de Economia Solidária e das ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) deram possibilidade de integração da Rede de Tecnologia Social (RTS).

A figura 4 demonstra a construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social (TS) até 2004. A figura mostra também uma espiral que representa um processo cumulativo de desenvolvimento de seu marco analítico-conceitual. No centro da espiral, está a visão predominante da TA nos anos 1970. Ao redor dessa visão, ao longo de seis setas convergentes, estão elementos considerados importantes na construção desse marco analítico-conceitual, os quais incluem: a crítica à TA, a economia da inovação, a sociologia da inovação, a filosofia da tecnologia, dentre outros.

¹⁹ A Rede de Tecnologia Social (RTS) é um sistema organizacional que reúne instituições públicas e privadas com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável por meio da difusão e reaplicação de tecnologias sociais (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004).

Figura 4 – Marco analítico-conceitual da Tecnologia Social

Fonte: DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES (2010).

A partir da figura 4, pode-se entender que a Tecnologia Social foi construída ao longo do tempo, incorporando críticas e contribuições de várias áreas, e como esse processo levou a um marco analítico-conceitual rico e complexo na compreensão das relações entre tecnologia e sociedade.

A Tecnologia Social (TS), possui um olhar multidisciplinar. Ela compreende que, a ciência e a tecnologia são construções sociais que incorporam os valores e os interesses do contexto do qual estão inseridas e que serão desenvolvidas. Essas tecnologias são soluções que têm surgido a partir das necessidades tecnológicas dos grupos populares, Fraga (2011) cita o exemplo da agroecologia. A TS parte da superação da tecnologia apropriada (FRAGA, 2011).

Portanto, a Tecnologia Social pode ser entendida como um processo, que é desenvolvido no lugar onde será usada pelos atores que vão utilizá-la, seu objetivo é integrar os atores e os movimentos sociais, visando a inclusão social (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010).

Dentre as características da Tecnologia Social, Dagnino (2014) aponta a orientação para a geração de trabalho e renda, foco nos segmentos sociais e econômicos, a participação ativa, a possibilidade de reaplicação de modo autônomo, ou seja, não apenas a reprodução, além disso, a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental.

4.5 As diferenças entre TC e TS

Em síntese, podemos dizer que a Tecnologia Convencional (TC) é caracterizada por ser desenvolvida em laboratórios e empresas, com o objetivo principal de gerar lucro e competitividade no mercado. A TC é frequentemente vista como uma solução para problemas técnicos, sem levar em consideração as dimensões sociais e ambientais do processo. Por outro lado, a Tecnologia Social (TS) é caracterizada por ser desenvolvida em parceria com as comunidades locais, com o objetivo principal de resolver problemas sociais e ambientais. Ela é frequentemente vista como uma solução para problemas sociais e ambientais, levando em consideração as dimensões sociais e ambientais do processo (GARCIA, 1987).

A TC difere-se da TS quanto às questões relativas aos seus efeitos sobre o trabalho, sua escala de produção, efeitos sobre o meio ambiente, ritmo de produção e controle sobre os trabalhadores. Verifica-se que a TC reforça a dualidade capitalista, sujeitando os trabalhadores aos detentores dos meios de produção, prolongando e estendendo as diferenças de poder dentro das relações sociais e políticas (DAGNINO, 2014).

Garcia (1987) aponta que a principal diferença entre a TC e a TS é que a TC é desenvolvida para gerar lucro e competitividade no mercado, sendo desenvolvidas principalmente com base em considerações técnico econômicas (THOMAS, 2008). Enquanto a TS é desenvolvida para resolver problemas sociais e ambientais e promover o bem-estar das comunidades locais. E que envolvem a participação ativa das mesmas em seu desenvolvimento e implementação (THOMAS, 2008). A TC é complexa e requer um alto nível de especialização técnica, enquanto a TS é simples e acessível às necessidades locais (GARCIA, 1987).

Thomas (2008) também argumenta que as tecnologias sociais podem levar a processos de inovação local, diversificação de produtos e processos e acumulação de oportunidades econômicas, enquanto as tecnologias convencionais podem levar à exclusão social e a desequilíbrios econômicos.

4.6 A adequação sócio técnica

Dagnino (2019) sugere uma adequação sociotécnica, na qual compreende que a tecnociência é uma construção social, que pode ser redefinida por meio da

politização nos espaços onde ela é produzida, como as universidades (DAGNINO, 2019).

A adequação sócio técnica é um conceito que se refere à compatibilidade entre as tecnologias e as condições sociais, culturais e econômicas em que são utilizadas. Trata-se de um processo de construção social em que as tecnologias são adaptadas e apropriadas pelos usuários, levando em conta suas necessidades, valores e práticas (THOMAS, 2008).

A adequação sócio técnica é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade das tecnologias, pois permite que elas sejam aceitas, utilizadas e mantidas ao longo do tempo. As tecnologias sociais são concebidas para participar ativamente em processos de mudança sócio-político, sócio-econômico e sócio-cultural, e sua adequação sócio-técnica é um dos critérios fundamentais para seu *design*, produção, implementação e avaliação (THOMAS, 2008).

Nas palavras de Dagnino, quando entrevistado por Cristofolletti (2022):

Nenhum país e nenhuma empresa vão desenvolver a tecnologia se puder roubar, copiar ou comprar. Comprar é mais fácil. Roubar, se você tiver sorte, pode ser uma boa opção. Copiar é difícil. É engenharia reversa, é tudo isso que a gente faz na América. Isso que eu chamei depois de adequação tecnoeconômica, se chamava tropicalização, para formular o conceito de adequação sócio técnica. Eu acho que é uma das contribuições importantes que eu dei para o pensamento latino-americano sobre CTS, é esse conceito de adequação sociotécnica (CRISTOFOLETTI; DAGNINO, 2022, p. 4).

A AST é um marco com uma dimensão processual. Caracterizada como uma busca em promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico, proporcionado pelo construtivismo (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010).

Podemos entender a AST como aquilo que se propõe a desconstruir e/ou reconstruir e/ou reprojeter os artefatos tecnológicos que contribuem de alguma forma para o movimento da autogestão (GUTIERREZ; ZANIN, 2013).

Dagnino, Novaes e Brandão (2010) trazem as modalidades de AST, que são: o seu uso, a apropriação, a revitalização ou o repotenciamento das máquinas e equipamentos, o ajuste do processo de trabalho, as alternativas tecnológicas, a incorporação de conhecimentos científicos-tecnológicos existentes e a incorporação de conhecimentos científicos-tecnológicos novos.

Pode-se entender que o termo "adequação sócio técnica" refere-se à ideia de que a tecnologia deve ser projetada e implementada levando em consideração não apenas os aspectos técnicos, mas também os aspectos sociais, culturais e

organizacionais do contexto em que será utilizada. Isso significa que a tecnologia deve ser adaptada às necessidades e características das pessoas e organizações que a utilizarão.

4.7 Tecnociência Solidária

Para Dagnino (2019) o primeiro passo para compreender a Tecnociência Solidária é observar que ela decorre da ação, em geral de trabalho, de um ator humano. Mas outros atores humanos também atuam sobre aquele artefato. De forma geral, visando a produção de bens ou serviços.

Podemos encontrar como conceito de Tecnociência Solidária:

Tecnociência solidária é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo resultado material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário). (DAGNINO, 2019, p. 61-62).

Portanto, a Tecnociência Solidária parte da teoria crítica, proposta por Feenberg (2003), como uma tecnologia que pode ser percebida por distintos atores sociais, podendo também ser projetada e reprojeta de acordo com os interesses dos atores sociais envolvidos.

Dagnino (2019) coloca ainda que, abandonou o conceito de tecnologia social e o trocou pelo conceito de tecnociência solidária. Ambas no singular, justamente por se tratar de um conceito. Logo, pode-se concluir que a Tecnociência Solidária é o novo termo adotado pelo autor para fazer referência ao movimento da Tecnologia Social em conjunto com os princípios e pilares da Economia Solidária e outros movimentos sociais e de trabalho, que transformam a sociedade.

Em uma entrevista, realizada por Cristofolletti com Dagnino, ao ser questionado sobre o tema Tecnociência Solidária, Dagnino responde:

(...) olhando o cenário internacional você tem mudança no perfil de consumo, mudança no perfil de produção, mudança da propriedade, mudança, ou seja, novos arranjos econômicos produtivos com propriedade coletiva dos meios de produção. Isso é muito importante. A gente não quer a propriedade privada da empresa, mas a gente também não quer a propriedade estatal do socialismo soviético. Por isso que a gente quer economia solidária. Então, nessa cadeia a gente chega na tecnociência solidária. Quer dizer, é a maneira como eu acho, a gente pode ajudar nesse processo. É como diz o Ailton Krenak, prolongar o nosso tempo de vida

nesse planeta. É isso, e a tecnologia, a tecnociência é um elemento fundamental dessa negociação.(CRISTOFOLETTI; DAGNINO, 2022, p. 9)

A Educação Popular, como sugere Freire (2023), em sua obra “Pedagogia do oprimido”, apresenta uma ação educativa-crítica, que a partir de mediações pedagógicas que compreendem, intervêm e transformam a sociedade, se materializam na categoria tecnociência solidária, abordagem esta que busca transcender uma visão puramente instrumental da tecnologia, considerando-a como uma força capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Através do diálogo de Freire com Álvaro Vieira Pinto (2005), descobrimos que a tecnologia não pode ser considerada revolucionária por si só, pois está em constante evolução e consiste na introdução de mediações puras que podem criar novas condições para a atividade social dos seres humanos. No entanto, quando entendida como composta por campos relacionais e não apenas como uma ferramenta instrumental, pode-se reconhecer seu potencial revolucionário. Isso ocorre quando ela reflete, de maneira clara, as contradições às quais o indivíduo está sujeito dentro do sistema de relações sociais.

Nas palavras do autor:

“A tecnologia não pode por si mesma fator revolucionário pela simples razão de estar sempre em modificação e consistir na introdução de puras mediações que irão criar condições novas para o desempenho da atividade social dos homens” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 672)

A Economia Solidária, por sua vez, proporciona o ambiente propício para a concretização dessas transformações, com ênfase em valores como propriedade coletiva dos meios de produção e autogestão.

A Educação Popular surge como um componente essencial nesse ciclo, fornecendo as bases educativas para os atores sociais envolvidos, promovendo a conscientização, a participação democrática e a disseminação de conhecimentos críticos.

Como sugere Dagnino (2019) trata-se de uma construção social. Dessa forma, a Tecnociência Solidária, em conjunto com a Economia Solidária e a Educação Popular, estabelece um ecossistema que visa não apenas à inovação social e tecnológica, mas também à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Após explorar os conceitos de Educação Popular, Economia Solidária, Tecnociência Solidária, e suas devidas correlações, o próximo capítulo detalha a metodologia adotada nesta pesquisa, descrevendo os procedimentos e técnicas utilizados.

5 METODOLOGIA

5.1 Metodologia da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como a formação permanente em Economia Solidária, por meio da Educação Popular, pode contribuir para a formação de educadores populares na Rede Mandala. E os objetivos específicos foram: Investigar o contexto atual da Educação Popular e da Economia Solidária, identificando as tendências, desafios e oportunidades que afetam a formação de educadores populares no contexto da Rede Mandala; Descrever o processo de Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala, considerando os métodos pedagógicos, conteúdos e estratégias utilizadas; Analisar as percepções dos educadores populares sobre a sua participação na Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala; e Verificar se a Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala pode ser considerada uma tecnociência solidária.

Este estudo apoiou-se na abordagem qualitativa. De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa emergiu da necessidade de novos estudos sobre a pluralidade das esferas da vida, ou seja, existem tantos movimentos novos acontecendo na sociedade, e os pesquisadores estão se deparando com esses novos contextos, portanto, é necessário que a metodologia da pesquisa também se atualize nesse sentido, para conseguir abarcar tais demandas.

“A pesquisa qualitativa leva em consideração que os pontos de vistas e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados” (FLICK, 2009, p. 25). Além disso, na pesquisa qualitativa, é possível também considerar a subjetividade do pesquisador.

Quanto à finalidade da pesquisa, é considerada uma pesquisa aplicada. Gil (2008) descreve a pesquisa aplicada como um tipo de investigação que visa resolver problemas concretos e específicos, com uma forte orientação prática. Ele enfatiza que a pesquisa aplicada está diretamente relacionada à aplicação do conhecimento para enfrentar desafios reais e melhorar a qualidade de vida na sociedade.

A pesquisa em questão se baseou na observação não participante, observação está em que o pesquisador permanece distante da comunidade, grupo ou situação que deseja estudar. Ele observa os eventos de forma espontânea, sem se envolver diretamente. Neste método, o pesquisador age mais como um

espectador do que como um participante ativo. Na observação não participante, o observador não se integra à comunidade que está sendo observada (FLICK, 2009).

Ela é considerada uma pesquisa de campo, pois foi realizada junto a Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala. De acordo com Flick (2009), uma pesquisa de campo é uma abordagem metodológica que envolve a coleta de dados diretamente no ambiente natural onde os fenômenos de interesse ocorrem. Essa metodologia permite aos pesquisadores observar e interagir com os sujeitos em seus contextos reais.

Sendo o tipo de pesquisa considerada descritiva, por meio de um estudo de caso. Segundo Flick (2019), um estudo de caso é uma abordagem metodológica em pesquisa qualitativa que se concentra em examinar detalhadamente um único caso ou um número limitado de casos dentro de um contexto real. Essa metodologia é utilizada para obter um entendimento aprofundado dos fenômenos complexos em suas circunstâncias naturais, permitindo uma exploração abrangente das variáveis e processos envolvidos. O tipo de pesquisa descritiva é “a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2008, p. 46), implicando em técnicas padronizadas, como entrevistas.

A metodologia apoiou-se também na pesquisa documental. A pesquisa documental usa fontes primárias para levantamento correto de informações. Fontes primárias são dados originais e diretos coletados pelo pesquisador para um estudo específico. Fontes secundárias são materiais que interpretam, analisam e sintetizam informações de fontes primárias. Elas são criadas após os eventos ou fenômenos e fornecem uma visão mediada ou discutida sobre os dados originais. Flick (2019) destaca que as fontes primárias são fundamentais para capturar dados originais, enquanto as secundárias ajudam a situar esses dados dentro de um contexto mais amplo e a entender como eles se relacionam com o conhecimento existente.

A principal diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental é que a segunda utiliza além dos textos científicos, jornais, revistas, vídeos, filmes, cartas, leis, entre outros (FLICK, 2009). Para a pesquisa em questão foram utilizados livros, revistas científicas, palestras e seminários documentados por meio de vídeos, leis e *websites*.

Considerando os principais elementos da metodologia, pode-se dizer que os participantes da pesquisa foram nove educadores e educadoras populares da Formação em Economia Solidária da Rede Mandala, os/as quais passaram por uma

entrevista semi-estruturada, baseada no roteiro de entrevista previamente elaborado (Apêndice nº 1). Triviños (1987) descreve a entrevista semi-estruturada como uma ferramenta que “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, 146).

Conforme já mencionado, foram realizadas nove entrevistas, sendo sete no formato *online* e duas presenciais. A escolha do formato foi feita para garantir a flexibilidade e a conveniência dos/as entrevistados/as, além de considerar as limitações e as possibilidades de acesso de cada participante. Antes do início de cada entrevista, a pesquisadora apresentou o tema da pesquisa e seus objetivos aos/as entrevistados/as. Após a apresentação do tema, foram fornecidos esclarecimentos detalhados sobre o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – vide Apêndice nº 2) enfatizando os direitos dos/as participantes, a garantia de confidencialidade e a liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento sem prejuízos. De maneira similar, o TCUISV (Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Som de Voz) foi apresentado para garantir que os/as entrevistados/as estivessem cientes e de acordo com a gravação de suas imagens e áudios e que seus dados pessoais serão preservados. Importante salientar que o quê será utilizado serão os conteúdos de cada entrevista, com a garantia de confidencialidade do autor ou da autora.

Com os consentimentos devidamente obtidos, as entrevistas foram efetivadas. As entrevistas presenciais ocorreram em ambientes previamente acordados, garantindo um espaço confortável e livre de distrações. As entrevistas *online* foram conduzidas por meio de plataformas de videoconferência. Em cada entrevista foi utilizado um roteiro de perguntas abertas previamente elaboradas conforme o Apêndice nº 1. O roteiro da entrevista semiestruturada foi composto por 3 blocos de perguntas: Educação, Economia Solidária e o Curso de Formação Básica em Economia Solidária da Rede Mandala. A duração das entrevistas variou de acordo com a disponibilidade e a disposição dos participantes, mas todas foram conduzidas de maneira a cobrir integralmente os tópicos relevantes para a pesquisa. As gravações das entrevistas no formato *online* foram registradas através da plataforma de vídeo chamada, enquanto as entrevistas presenciais foram registradas através de aplicativo de gravador de voz. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Cada entrevista durou em média 40 minutos e foi gravada para posterior transcrição e análise dos dados coletados. Após a realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas integralmente para facilitar a análise detalhada. Em seguida, foi realizada uma leitura minuciosa das transcrições, destacando-se trechos significativos que respondem aos objetivos da pesquisa. Esses trechos foram então codificados, utilizando categorias temáticas, que permitiram organizar e interpretar os dados qualitativamente. A codificação foi seguida de uma análise aprofundada das respostas dos entrevistados. Neste momento, foi aplicada a triangulação dos dados, cruzando as informações das entrevistas com outros dados coletados e com a literatura existente, como sugere Flick (2009).

Os critérios de inclusão adotados para as entrevistas foram: educadores/as populares que participaram da Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala, trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio e fomento integrantes da Rede Mandala.

Como sugere Flick (2009), é preciso que o pesquisador saiba que, pesquisa qualitativa é aberta e adaptável, esses procedimentos auxiliam o pesquisador a refletir sobre os dilemas éticos que surgem. Respeitando os princípios éticos dentro da pesquisa os dados pessoais dos participantes serão preservados, conforme já comentado. A identidade foi referenciada apenas pelo segmento de representação da Economia Solidária e um código numérico estabelecido de acordo com a ordem das pessoas entrevistadas, ou seja, se foi um representante de Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária será identificado como EAF01, por exemplo. E se foi um representante de Empreendimento Econômico Solidário, será identificado como EES02, por exemplo.

Para o tratamento dos dados, foi empregada a Análise de Conteúdo, pois trata-se de "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens" (BARDIN, 1977, p. 38).

A Análise de Conteúdo é uma abordagem amplamente utilizada na pesquisa qualitativa, visando explorar e interpretar o conteúdo de textos, documentos, entrevistas, ou qualquer forma de comunicação verbal ou escrita (FLICK, 2009).

A Análise de Conteúdo trabalha com mensagens que podem inferir sobre a realidade e também pode evidenciar os indicadores. Os conteúdos analisados serão apresentados a seguir em categorias temáticas (FLICK, 2009).

A análise dos conteúdos foi realizada em três grandes etapas, como sugere Bardin (1977): pré análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Sendo assim, a primeira etapa, de pré análise, tratou-se da organização do material a ser estudado. Para essa pesquisa, a pré análise aconteceu com entrevistas semi-estruturadas, sendo que os dados foram registrados a partir de gravação de voz e de vídeo. As entrevistas foram transcritas literalmente, de forma manual, e registradas no *software Microsoft Word*.

A segunda etapa, de exploração do material, se deu com a codificação dos dados coletados e a classificação das categorias. Como descrito anteriormente, as entrevistas foram direcionadas para perguntas com os seguintes temas: Educação; Economia Solidária e Curso de Formação Básica em Economia Solidária da Rede Mandala. Sendo assim, as categorias de análise foram aprofundadas a partir dos temas acima.

A terceira etapa proposta por Bardin (1977) é o tratamento dos resultados, na qual os dados já categorizados recebem a interpretação do pesquisador. Essa etapa será apresentada no capítulo 6, “Resultados e discussões - O caminho se faz ao caminhar”.

Minha aproximação do campo da Economia Solidária se deu por conta de meu viés como educadora e por meio da minha professora Orientadora do Programa de Pós graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR-CT). Estava motivada em conhecer o campo e pensar em suas possibilidades com a Educação Popular. Por conta disso, aceitei o convite de minha Professora Orientadora para participar da Oficina denominada de “Educadores Populares” que ocorreu dentro da programação da VI Mostra de Economia Solidária na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus Curitiba, promovida pela TECSOL (Incubadora de Economia Solidária desta mesma universidade) em outubro de 2022. Nesta oficina, foi discutida a proposta de uma formação permanente em Economia Solidária para a Rede Mandala. A partir desta oficina, decidi iniciar meus estudos envolvendo a Educação Popular, a Economia Solidária e a Tecnociência Solidária. A seguir passaremos a falar mais detalhadamente sobre o campo de pesquisa.

5.2 Campo de pesquisa

Antes de iniciar a descrição do campo de pesquisa com a apresentação da Rede Mandala, para então explicar mais detalhadamente a Formação Permanente em Economia Solidária desta rede, foco de nossa pesquisa, é importante salientar que a Rede Mandala, foi subsidiada financeiramente por um Edital Público, durante o período de 2017 a 2021.

Neste sentido, o CEFURIA²⁰ em conjunto com a TECSOL escreveram um projeto denominado Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade, cujo objetivo era “construir a organização da Rede Estadual de Cooperação Solidária constituída por redes e empreendimentos solidários do campo e da cidade, visando a criação e a ampliação de ações de fortalecimento da produção, comercialização e consumo sustentável e solidário.” (ASSOCIAÇÃO UTOPIA, 2022). O qual, foi um dos selecionados pela chamada Pública Nº 001/2017 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Entre as duas entidades de apoio e fomento de Economia Solidária ficou acordado que o CEFURIA assinaria o projeto, pois tinha mais documentos comprobatórios de trabalhos realizados envolvendo a Economia Solidária, tendo maiores chances de ser classificado e selecionado nesta chamada Pública. A partir da seleção, foi assinado um Termo de Convênio sob o Nº 857556/2017.

Já a Rede Mandala foi construída a partir da ideia de se estabelecer uma rede cooperativa que integrasse redes de grupos de trabalhadores/as informais, de cooperativas populares, de associações e de grupos de consumo já existentes em Curitiba e Região Metropolitana. Ela ganhou forma em 2017 durante a XVI Jornada da Agroecologia na Lapa-Paraná, onde as discussões cresceram e se alinharam com as necessidades das diferentes regiões do Paraná (urbano-rural) presentes no evento. Um marco importante foi o I Seminário de Integração Campo-Cidade, realizado em março de 2018, o qual permitiu um melhor conhecimento mútuo entre os integrantes de diversos grupos, cooperativas e associações, abrindo a possibilidade da criação de uma ampla rede. Dois outros seminários foram realizados em junho e setembro do mesmo ano, culminando no lançamento oficial da Rede Mandala - Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade -

²⁰ Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo

durante a V Mostra de Economia Solidária da UTFPR-Curitiba, em 11 de setembro de 2018.

É importante considerar as especificidades locais e regionais na implementação das práticas de Educação Popular Freiriana, Economia Solidária e Tecnologias Sociais. O projeto de Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala ocorreu tanto de forma presencial quanto virtual. Para os encontros presenciais, os espaços físicos disponibilizados pela própria Associação Utopia e por organizações parceiras foram adequados para atividades pedagógicas baseadas na Educação Popular, com capacidade para receber um público diverso, variando de 20 a 50 pessoas. Já para os encontros virtuais, foram utilizadas tecnologias de informação e comunicação, como plataformas de videoconferência, que permitiram abranger todos os municípios que fazem parte da Rede Mandala, dentre eles, Curitiba, com capacidade de até 60 pessoas. Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida na cidade de Curitiba - PR.

A Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade (Rede Mandala), é formada por “redinhas”, sendo consideradas pequenas redes de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que, juntos, compõem a Rede Mandala, como associações, cooperativas, grupos de trabalhos informais e/ou articulação informal de vários empreendimentos solidários de Curitiba e região metropolitana, conforme apresentadas na Figura 5. Além das Redinhas, a Rede Mandala também é composta por instituições de apoio e fomento à Economia Solidária, descritas na Figura 5 (REDE MANDALA, 2023).

A figura 5 apresenta a relação das “redinhas” e quantidade de EES que as compõem:

Figura 5: Relação de Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede Mandala²¹

NOME DA REDE	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS
Feira Permanente de Economia Popular Solidária	11
Rede Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver	20
Rede de Padarias Comunitárias Fermento na Massa	15
Rede de Segurança Alimentar	6
Rede Pinhão de Clubes de Troca	4
Cooperativa Central da Reforma Agrária	8
Núcleo Maria Rosa da Anunciação	27
Rede Copasol de Agricultura Familiar	4
Empreendimentos ainda sem rede	3
TOTAL	98
TOTAL APROXIMADO DE PESSOAS	950

Fonte: REDE MANDALA (2023)

A seguir, será apresentada brevemente cada uma das “redinhas”, de acordo com o *website* da Rede Mandala (2023):

- Feira Permanente de Economia Popular Solidária: tem suas raízes em um projeto da Petrobrás no bairro Sítio Cercado. Após o término do projeto, os feirantes enfrentaram dificuldades para manter suas atividades, levando-os a ocupar o pátio do MUMA em 2015, e formalizando-se como associação em 2017. As/os feirantes trabalham com os princípios da solidariedade, da democracia, da cooperação, e do comércio justo.
- Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver: oferece produtos e serviços que promovem a saúde integral e os princípios da economia solidária. Seus membros acreditam em um mundo melhor e veem a associação como uma ferramenta de luta e transformação social. Entre seus produtos estão cosméticos naturais, artesanatos, composteiras, confecções, e alimentos saudáveis, além de práticas terapêuticas integrativas.
- Rede de Padarias Comunitárias Fermento na Massa: formadas no final dos anos 1990, na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, as padarias comunitárias

²¹ No site da Rede Mandala, encontra-se uma lista relação das redes e a quantidade de “redinhas” que a compõem. A lista foi atualizada em 08 de janeiro de 2023. Disponível em <<https://redemandalapr.com/conheca-a-rede/#>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

da Fermento na Massa são empreendimentos econômicos solidários que produzem e comercializam alimentos. E tem como objetivo gerar trabalho e renda, promover a solidariedade, e fortalecer a economia solidária. Com reuniões mensais de autogestão, a associação organiza eventos e formações, contribuindo para a justiça social e a valorização do trabalho coletivo.

- Rede de Segurança Alimentar Campo Cidade: Formada por seis grupos filiados à Rede Mandala, em Curitiba, a Rede de Segurança Alimentar nasceu da necessidade de garantir alimentos saudáveis para famílias em situação de vulnerabilidade. Com a pandemia, surgiram novas iniciativas como o Programa Alô Comunidade, para manter a formação e articulação das famílias. A rede promove rodas de conversa e busca fortalecer a autonomia das famílias, especialmente das mulheres, garantindo o direito ao alimento e ao acesso a informações sobre programas sociais.

- Rede Pinhão de Clubes de Troca: os clubes de troca permitem que pessoas troquem bens e serviços, utilizando a moeda social Pinhão. A rede, que começou em 2001, promove a solidariedade e a troca de saberes, organizando encontros e publicando materiais

- Cooperativa Central da Reforma Agrária: é composta por 23 cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná, oferecendo suporte técnico e jurídico e promovendo a comercialização em grandes centros.

- Núcleo Maria Rosa de Anunciação de Certificação Orgânica Participativa: Este núcleo, parte da Rede Ecovida, promove a agroecologia na região dos Campos Gerais através de um sistema de certificação participativa. A rede é horizontal e descentralizada, focada na sustentabilidade ambiental, social e econômica. O núcleo Maria Rosa da Anunciação, com 27 grupos filiados, fomenta a troca e a valorização do saber popular.

- Rede Copasol de agricultura familiar: A Central Copasol, composta por núcleos em Agudos do Sul, Piraquara e Cerro Azul (Paraná), comercializa produtos da agricultura familiar e da economia solidária. Integrada à Unicafe, a cooperativa distribui produtos orgânicos e convencionais em Curitiba através do Empório Copasol. A cooperativa promove a intercooperação, fortalecendo a agricultura familiar e a economia solidária na região.

- Empreendimentos ainda sem rede.

A Rede Mandala reconheceu a diversidade de perfis dos participantes, considerando que a rede está presente em áreas rurais e urbanas de diversas regiões do Estado do Paraná.

De acordo com o Regimento Interno da Rede Mandala, em seu Art. 10º, a rede está organizada da seguinte forma:

I - COMITÊ GESTOR AMPLIADO (CGA): instância máxima de decisões; é ampliado e aberto a todas as pessoas integrantes da Rede Mandala. A participação permanente neste Comitê, de ao menos 02(dois) representantes de cada uma das redes, cooperativas e/ou associações que compõem a Rede Mandala, é critério para inclusão nas atividades de comercialização e/ou geração de renda.

II - O COMITÊ GESTOR AMPLIADO CONSTITUI-SE EM:

a) COORDENAÇÃO: é formada por pelo menos 01 (um) integrante de cada um dos GT's, com gestão de 02 (dois) anos. A composição da Coordenação é feita por indicação de cada um dos GT's. Tem como atribuição: organizar pautas da Rede Mandala; estimular a autogestão das reuniões nos papéis de coordenação, relatoria, infraestrutura e mística; representar a Rede sempre que necessário; articular as demandas dos GT's e aquelas externas à Rede Mandala.

b) GRUPOS DE TRABALHO (GT's): são formados, cada um deles, por pelo menos 01 (um) integrante de cada EES, rede, cooperativa e/ou associação que compõe a Mandala. Têm como atribuição o desenvolvimento das ações definidas pelo CGA, a fim de alcançar os objetivos da Rede.

Na figura 6, podemos observar como a Rede Mandala está organizada, conforme descrito acima.

Figura 6 – Forma de organização da Rede Mandala

COMO FUNCIONA A REDE



Fonte: REDE MANDALA (2023)

A Rede é formada pelos Grupos de Trabalho (GTs), sendo os GTs organizados em: Comunicação, Formação, Comercialização, Articulação política e Integração.

GT DE COMUNICAÇÃO: Responsável pela divulgação das atividades, produtos e serviços e pelo desenvolvimento de estratégias de promoção da Rede Mandala.

GT DE FORMAÇÃO: Responsável pelo desenvolvimento das ações de formação permanente em Economia Solidária e outros assuntos de interesse aos integrantes da Mandala.

GT DE COMERCIALIZAÇÃO: Responsável pelo desenvolvimento das ações de comercialização, feiras e eventos similares, e também pelas articulações para criação de novos espaços de comercialização.

GT DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INTEGRAÇÃO: Responsável por promover intercâmbio entre a Rede Mandala e todo e qualquer ente da Sociedade, integrar novos membros, resgatar pessoas/coletivos pouco participativos, encaminhar situações para a redinha ou coordenação para resolução de problema (REDE MANDALA, 2023).

O Grupo de Trabalho (GT) de formação tem a incumbência de coordenar as atividades relacionadas à educação continuada em Economia Solidária e demais temas de interesse para os membros da Rede Mandala.

O meu primeiro contato efetivo para fins desta pesquisa se deu na VI Mostra de Economia Solidária na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus Curitiba, em outubro de 2022, na oficina “Educadores Populares”, no qual foi discutido a proposta de uma formação permanente em Economia Solidária.

O projeto “Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala”, foi submetido pela Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver, para o Fundo Diocesano de Solidariedade da Arquidiocese de Curitiba, no ano de 2022²².

Sob a liderança da Cáritas Diocesana de Caetité, o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS) promove iniciativas sociais ao incentivar a colaboração entre pastorais, movimentos populares, coletivos, associações e grupos comunitários. Através de uma abordagem pastoral transformadora, são beneficiadas diversas áreas, como cultura, educação, agricultura familiar, empoderamento feminino e economia solidária.

O ano de 2022 teve como tema: Fraternidade e Educação, e o lema “Fala com sabedoria, ensina com amor” (Cf. Pr 31,36). Na data de 19 de setembro o

²² Disponível em: <<https://arquidiocesadecuritiba.org.br/fundo-diocesano-de-solidariedade-divulga-projetos-aprovados-no-edital-022022>>. Acesso em março de 2024.

projeto foi aprovado, efetivando a assinatura de contrato na data de 20 de outubro de 2022.

A iniciativa de se propor uma formação permanente em Economia Solidária foi da Associação Utopia, que sentiu esta necessidade, com o objetivo de atender principalmente as pessoas interessadas em conhecer, se aproximar e talvez se engajar na Economia Solidária por meio das Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que compõem a Rede Mandala ou não.

De acordo com o projeto submetido ao Fundo Diocesano (ASSOCIAÇÃO UTOPIA, 2022) identificou-se a necessidade de oferecer uma educação continuada em Economia Solidária que fosse capaz de incorporar as variadas realidades socioculturais, ambientais e econômicas presentes na Rede Mandala. Daí a relevância de uma formação contínua fundamentada nos princípios da educação popular e que fosse implementada de forma autogestionária, ou seja, promovendo o fortalecimento de alguns membros da Rede Mandala interessados/as em se tornar educadores/educadoras populares.

O referido projeto foi contemplado pelo Fundo Diocesano de Solidariedade, com um montante de recursos financeiros, os quais foram alocados envolvendo a remuneração dos/as educadores/as e demais envolvidos no projeto, e também a aquisição dos materiais didáticos.

O cronograma de atividades ocorreu de setembro de 2022 a fevereiro de 2023. Ao finalizar o recurso financeiro obtido, a Rede Mandala, por meio de discussões coletivas do GT de Formação, deferiu que o projeto continuasse mesmo sem recursos.

Após participar da oficina “Educadores Populares”, ingressei em um grupo de rede social, para discutir sobre o projeto. Vale dizer que o grupo foi criado em setembro de 2022 e eu ingressei em outubro de 2022. Sendo assim, o grupo era utilizado para organizar as reuniões semanais da equipe de formação permanente, fazendo um levantamento dos educadores/as disponíveis, possibilidades de mística, responsável por entrar em contato com os participantes, responsável pela divulgação e formulários de inscrição, organização do espaço e do café comunitário, relatório e registro.

As reuniões entre os membros do GT de formação, para organizar as formações, aconteceram às quartas-feiras, de forma remota, entre setembro de 2022 a abril de 2023, e os participantes foram os integrantes da equipe de formação

permanente. A partir delas, os membros do GT de formação deixavam registrados os relatos e os encaminhamentos, a cada reunião uma pessoa, de forma voluntária, ficava responsável por realizar esses registros e compartilhar no grupo, no qual, somente apenas as pessoas do grupo tinham acesso ao material.

Cada formação foi única e construída por várias mãos. Para que o projeto acontecesse de forma autogestionária e permanente foi promovida uma rotatividade de educadores/as envolvidos nos diferentes grupos que fazem parte da Rede Mandala. Apesar das formações terem conteúdos básicos (introdutórios) pré-fixados, buscou-se promover uma flexibilidade no formato dos encontros, de modo que os educadores/as pudessem adequar as experiências formativas de acordo com as suas vivências, permeado pelos princípios da Educação Popular.

Pude acompanhar a formação realizada em sete de outubro de 2023, a partir da minha observação e de anotações construí um relato, no qual descrevo as minhas observações como pesquisadora (Apêndice N° 2).

As formações aconteceram nas seguintes datas e locais, sistematizadas no Quadro nº 7, apresentando também o número de participantes:

Quadro 7 – Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala

	Data	Local	Número de participantes²³
1ª Formação	16/11/2022	Online	14
2ª Formação	17/12/2022	Museu Municipal de Arte	20
3ª Formação	21/01/2023	Pastoral Operária	22
4ª Formação	13/03/2023	CECOPAM	35
5ª Formação	05/05/2023	TECSOL/UTFPR	25
6ª Formação	29/08/2023	FAS Fazendinha	30
7ª Formação	07/10/2023	CEFURIA	22

Fonte: CORRÊA (2024).

A primeira formação aconteceu no formato *online*, essa opção foi adotada ainda por conta do cenário de pandemia e para dar possibilidades de estender a relação campo-cidade, assim, os 14 participantes não precisaram necessariamente estar em Curitiba.

²³ número de participantes condicionado ao preenchimento do formulário de avaliação.

A segunda formação aconteceu no formato presencial, no MUMA, Museu Municipal de Arte, no Bairro Portão (Curitiba-PR), ao lado de onde acontece a Feira Permanente de Economia Popular Solidária. A Feira Permanente em Curitiba é realizada desde 2014, duas vezes por semana, por iniciativas de Economia Solidária, de Curitiba e da região metropolitana. Desta formação participaram 20 pessoas.

A terceira formação, também no formato presencial, aconteceu na Pastoral Operária, que busca fomentar grupos de Economia Popular Solidária pelo Brasil, por exemplo a Padaria Comunitária Santo Dias e a Oficina de Costura Solidariedade, na Vila das Torres, ambas em Curitiba-PR. As Padarias Comunitárias são parte de um projeto de geração de renda pautadas nos princípios da Economia Solidária, além de promover a gestão coletiva, no qual os participantes dividem os custos e as sobras. Participaram 22 pessoas da formação.

A quarta formação, presencial, ocorreu no CECOPAM, Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Padre Miguel, que apoia-se na Economia Solidária como estratégia de inclusão social, e encontraram um espaço para as diversas formas de organização solidária como as feiras e o clube de trocas. Participaram 35 pessoas.

A quinta formação aconteceu na TECSOL, Incubadora de Economia Solidária da UTFPR - campus Curitiba, que surgiu em 2015 como um projeto e hoje é um Programa de Extensão. Participam docentes, técnicos, estudantes e voluntários da sociedade civil buscando desenvolver atividades de apoio à formação e consolidação de empreendimentos de Economia Solidária, nas áreas de gestão cooperativa, processos participativos, desenvolvimento de tecnologias sociais, e outras áreas específicas demandadas pelos grupos de Economia Solidária, com 35

A sexta formação foi realizada na FAS, Fundação de Ação Social, na rua da cidadania do Fazendinha, em Curitiba. Cabe à FAS garantir a proteção participantes.

A sétima formação, com 22 participantes, aconteceu no Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), cujo principal objetivo é colaborar com a capacitação política e a coordenação dos movimentos populares de Curitiba e da Região Metropolitana. Desde sua fundação em 1981, a instituição emprega a educação popular como meio de atuação junto aos grupos de base, promovendo cursos e debates, acompanhando grupos de base, fazendo o registro das lutas em

vídeos e impressos, disponibilizando subsídios temáticos para estudo e pesquisa, apoiando as mobilizações sociais.

Ao decorrer das formações, em questão, foi realizada uma construção coletiva de saberes, por meio do diálogo, dos relatos de experiência e das avaliações de cada formação, de forma a acolher os interesses e anseios, para a próxima formação. Vale citar que todas as formações aconteceram seguindo os princípios da Educação Popular.

A partir das formações, os/as participantes puderam contribuir, avaliando os seguintes aspectos: importância do conteúdo, compreensão do conteúdo, planejamento e uso do tempo disponível, duração da atividade, interação com as pessoas participantes e local do encontro. Além disso, foi disponibilizado um espaço para comentários, com sugestões, críticas, elogios e observações, e com a pergunta: a atividade atingiu o objetivo proposto?

As avaliações indicaram que as formações foram classificadas como “boas” e “muito boas” em todos os campos, atingindo o objetivo proposto (respostas abertas dos participantes). As dificuldades citadas foram relacionadas com o tempo de formação, poderia ser maior e com um maior controle de tempo.

5.3 Perfil dos participantes da pesquisa

Participaram desta pesquisa um total de nove pessoas. Para o contato inicial foi enviado, em outubro de 2023, um convite via aplicativo de mensagem instantânea. Após o convite aceito, foi combinada a melhor forma de realizar a entrevista, de acordo com a disponibilidade de ambas as partes.

Conforme já descrito anteriormente, foram realizadas entrevistas (Apêndice Nº 1) no formato *online* (7) e presencial (2), no período de outubro de 2023 a fevereiro de 2024, seguindo as etapas: apresentar o tema pesquisa e seus objetivos, esclarecimentos sobre o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Som de Voz (TCUISV) (Anexo 1), e efetivar a entrevista.

O Quadro nº 8, a seguir sistematiza o local, o mês e o ano da formação que cada participante atuou como educador(a) popular no Curso de Formação Básica em Economia Solidária da Rede Mandala.

Quadro 8 – Participação como Educador/a Popular

Participante	Local	Mês - Ano	Local	Mês - Ano
EAF01	TECSOL	Maio - 2023		
EES01	Online	Novembro- 2022	Rua da Cidadania	Agosto - 2023
EAF02	MuMA	Dezembro- 2022	Rua da Cidadania	Agosto - 2023
EES03	CEFURIA	Outubro - 2023		
EES04	Padaria Santo Dia	Janeiro- 2023		
EES05	MuMA	Dezembro- 2022		
EES06	CEFURIA	Outubro - 2023		
EAF03	TECSOL	Maio - 2023		
EAF04	Online	Novembro- 2022		

Fonte: CORRÊA (2024).

Além disso, foram coletadas informações sobre idade, sexo, estado civil, escolaridade, profissão, tempo de atuação na Economia Solidária, qual empreendimento ou entidade de apoio participa e a natureza deste empreendimento ou entidade de apoio.

Quadro 9 – Dados complementares

Participante	Idade	Sexo	Estado Civil	Profissão	Escolaridade	Tempo na ES
EAF01	22	Masculino	Solteiro	Estudante (Bolsista)	Superior Cursando	2 anos
EES01	20	Feminino	Solteira	Educadora Popular/Social	Superior Cursando	2 anos
EES02	63	Masculino	Casado	Artesão	Especialização	7 anos
EES03	48	Feminino	Casada	Assistente Social	Superior completo	14 anos
EES04	55	Masculino	Casado	Educador Popular	Superior completo	10 anos
EES05	64	Feminino	Solteira	Artesã	Médio completo	8 anos
EAF02	57	Masculino	Casado	Economista	Mestre	20 anos
EAF03	25	Masculino	Solteiro	Estudante	Superior Cursando	5 anos
EAF04	31	Masculino	Solteiro	Educador Popular	Mestre	6 anos

Fonte: CORRÊA (2024).

Foram entrevistados seis homens e três mulheres, com idades entre 20 a 65 anos, com escolaridades variadas, sendo uma pessoa ensino médio completo²⁴, três pessoas cursando a graduação, duas pessoas com a graduação completa e três pessoas com pós-graduação. Sobre a participação na Economia Solidária, quatro participam em entidades de apoio e cinco participam em empreendimentos solidários. Podemos observar as informações descritas acima sistematizadas no Quadro nº 9.

Os resultados foram sintetizados e interpretados e no próximo capítulo, serão apresentadas e analisadas quatro categorias essenciais que emergiram durante a pesquisa sobre as práticas educativas na Economia Solidária. As categorias encontradas foram: A Construção coletiva; Formação Constante; Uma formação, um processo; e a experiência de cada educador(a).

²⁴ A pessoa participante, relatou que considera ter o ensino superior, pois frequentou todas as aulas presenciais durante a graduação, entretanto não fez o trabalho de conclusão de curso, portanto, não tem o diploma.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES - O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR

Conforme já exposto anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender como a formação permanente em Economia Solidária, por meio da Educação Popular, pode contribuir para a formação de educadores populares na Rede Mandala.

Este capítulo refere-se ao levantamento das categorias de análise encontradas a partir do estudo do conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas com nove membros de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFES) que construíram a Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala.

As categorias e subcategorias de análise foram organizadas da seguinte forma, conforme demonstrado no Quadro 10:

Quadro 10 – Categorias e subcategorias de Análise

Momentos	Categorias de Análise	Subcategorias de Análise
1º momento	A Construção coletiva	• Demanda por formação: um processo participativo;
	Formação Constante	• Aprender Economia Solidária na Prática; • Demandas por formações permanentes; • Formação para quem?
2º momento	Uma formação, um processo	• A construção - Pré formação; • A metodologia das formações - Durante a formação; • Pós formação/A intenção; • A construção de uma tecnociência solidária.
3º momento	A experiência de cada educador(a)	• Liberdade para atuar; • Busca pelo conhecimento; • Desafios: Encontrados, superados, para superar; • Perspectivas para as formações.

Fonte: Entrevistas com EAF01, EES01, EES02, EES03, EES04, EES05, EAF02, EAF03 e EAF04 (2023).

A categoria de análise denominada de “Construção Coletiva” possibilitou o levantamento da subcategoria “Demanda por formação: um processo participativo”. A segunda categoria de análise intitulada “Formação Permanente” levantou as seguintes subcategorias, a saber: “Aprender Economia Solidária na Prática”, “Demandas por formações permanentes” e “Formação para quem?”. Já a terceira categoria de análise, chamada de “Uma formação, um processo” permitiu levantar as seguintes subcategorias: “A construção - Pré formação”, “A metodologia das formações - Durante a formação”, “Pós formação/A intenção” e “A construção de

uma tecnociência solidária”. Por fim, a quarta categoria de análise nomeada como “A experiência de cada educador(a)” tornou possível encontrar as subcategorias: “Liberdade para atuar”, “Busca pelo conhecimento”, “Desafios: Encontrados, superados, para superar” e “Perspectivas para as formações”.

A fim de facilitar a compreensão das categorias, organizei-as a partir de três grandes momentos.

1º momento: antes de iniciar de fato as formações em Economia Solidária, em outubro de 2022, quando aconteceu a VI Mostra de Economia Solidária na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), nela educadores e educadoras populares se reuniram em uma oficina para discutir e pensar um projeto de formação permanente em Economia Solidária.

Na “Oficina: Educadores Populares”, dentro da VI Mostra de Economia Solidária na UTFPR, a proposta foi intitulada de “Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala”, a qual teve como objetivo: apresentar a Economia Solidária de forma introdutória, ou seja, quais são seus princípios, como acontece na prática e demais assuntos.

2º momento: vamos considerar as formações permanentes, que aconteceram entre novembro de 2022 a novembro de 2023. Vale lembrar que, entre os meses de outubro (2022) a janeiro (2023), o projeto recebeu subsídio do Fundo Diocesano de Solidariedade de Curitiba. Além disso, para cada formação existiu a possibilidade de receber dois educadores(as) populares para “conduzi-las”. Sendo assim, cada formação foi pensada por diferentes atores, tornando-a única e singular.

O modo como foram organizadas as formações, quais as metodologias ou técnicas usadas, as principais intenções, a habilidade do trabalho coletivo para construir os conceitos e a percepção imediata sobre a formação.

E o 3º momento pode ser entendido como o momento pós formação. Esse momento, de forma geral, foi utilizado para fazer uma avaliação das formações, trazendo a perspectiva dos(as) educadores(as) sobre quais foram as possibilidades e as limitações referentes às formações, e os obstáculos vencidos.

De agora em diante vamos verificar as categorias e as respectivas subcategorias levantadas a partir da análise das entrevistas.

6.1 A construção coletiva

Este tópico aborda a percepção dos(as) entrevistados(as) em relação à Formação Permanente em Economia Solidária ofertada pela Rede Mandala, a partir de seus relatos. Por meio das experiências e perspectivas compartilhadas pelos(as) entrevistados(as), buscou-se compreender como essa formação é percebida, suas demandas, como foi construída e seus objetivos.

Primeiro eu quero trazer o contexto, a partir de onde começou isso, né? Esse nome e esse, vamos dizer assim, esse processo de fazer rodas de conversa, com o título de formação básica em Economia Solidária, pela Rede Mandala, veio de um projeto escrito à algumas mãos. (EAF02)

A Economia Solidária entende a construção coletiva de um projeto como um processo participativo e colaborativo, onde os envolvidos têm a oportunidade de contribuir ativamente com suas ideias, habilidades e conhecimentos para o desenvolvimento e implementação de iniciativas. Nesse contexto, a construção coletiva de um projeto na Economia Solidária valoriza a autogestão, a cooperação, a democracia e a igualdade de participação entre os membros envolvidos. Todos têm voz nas decisões, desde o planejamento até a execução e a avaliação do projeto, promovendo a horizontalidade nas relações e a distribuição equitativa dos benefícios gerados (ALVES; CALVO, 2016).

Antes de apresentar a formação, é importante trazer uma contextualização sobre a Rede Mandala, já apresentada em outros momentos.

A Rede Paranaense de Economia Solidária Campo - Cidade, Rede Mandala, é uma rede cooperativa que busca fortalecer empreendimentos de Economia Solidária no Paraná, nas diferentes regiões do campo e da cidade. A Rede foi criada em 2018, e atualmente é formada por cerca de 98 empreendimentos²⁵, que são distribuídos em oito sub-redes, chamadas de “redinhas”, além de entidades de apoio e fomento à Economia Solidária. O projeto integrou o Termo de Fomento nº 857556/2017, em parceria com o Ministério da Cidadania, e teve uma vigência de 5 anos, de 2018 a 2022.

O projeto Rede Mandala, que é um projeto com esse nome, escrito em 2016, ou final de 2016, e, contemplado com recurso federal da SENAES, da Secretaria Nacional, onde teve a participação lá atrás, em 2016, da TECSOL, do CEFURIA, e de outras pessoas que escreveram esse projeto,

²⁵ Dados atualizados em 08 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://redemandalapr.com/conheca-a-rede/>> . Acesso em abril de 2024.

e que gerou, a, o recebimento de recurso. Então, através da Rede Mandala, que é uma rede pra fortalecer campo e cidade, os empreendimentos econômicos solidários, as trabalhadoras e os trabalhadores, houveram alguns processos de formação específica. (EAF02)

A Rede Mandala possui: o seu Comitê Gestor, a instância máxima de decisões; a Coordenação, responsável por organizar e articular as demandas da Rede, estimular a autogestão das reuniões e representar a Rede; e Grupos de trabalho (GT), responsáveis por desenvolverem as ações definidas pelo Comitê Gestor. Um dos GTs, é o GT de Formação, cuja responsabilidade é o desenvolvimento das ações de formação permanente em Economia Solidária. Além do GT de Formação, a Rede Mandala conta com o GT de Comunicação, GT de Comercialização e GT de Articulação Política. Neste sentido, a entrevistada comentou:

Uma das tarefas, né, da, do GT de formação da Rede Mandala seria preparar essas pessoas para estarem atuando nesses outros espaços, né. (EES03)

Dessa forma, ao preparar as pessoas para atuarem em diversos espaços, o GT de formação contribui para o fortalecimento e a expansão da Rede Mandala, ampliando sua influência e impacto na promoção de uma economia mais justa, solidária e sustentável.

O trecho a seguir destaca uma experiência significativa em que um projeto foi desenvolvido e implementado:

Com essa vivência ou melhor, no final de 2022, com essa vivência e com a possibilidade de escrever um projeto, com recursos financeiros disponibilizados pelo fundo diocesano de solidariedade da arquidiocese de Curitiba, da igreja católica, fez uma troca de informações com várias pessoas, eu, inclusive uma delas, e ele escreveu esse projeto e o projeto foi contemplado e passou a receber um pequeno recurso e o projeto teve uma escolha, um cronograma de 4 meses se não tô enganado, novembro, dezembro de 2022, janeiro e fevereiro de 2023 e o recurso foi suficiente pra esse projeto de educação básica em economia solidária pra Rede Mandala, mas ele não é exclusivo para as pessoas da Rede Mandala. (EAF02)

A Economia Solidária promove valores como autogestão, relações solidárias, coletividade no trabalho e justiça social, que podem proporcionar uma experiência de trabalho e convivência diferenciada em comparação com modelos econômicos tradicionais (MAZARO; MATSUKURA; LUSSI, 2020).

6.1.1 Demanda por formação: um processo participativo

A demanda por uma formação básica e introdutória em Economia Solidária surgiu da necessidade de tornar esse conceito acessível e compreensível para um público mais amplo. Embora existam programas de formação mais extensos, percebeu-se que era necessário oferecer uma opção mais simples e direta, que pudesse ser apresentada em um único encontro. O trecho a seguir da entrevista proporciona uma visão da dinâmica por trás da demanda por formação permanente:

A demanda surgiu porque a gente tinha, é, meio que um critério, a gente têm, sempre teve a escolinha também que é um mais longo, que são cinco módulos e daí a gente se baseia um pouco nisso, né, mas a gente pensou, não, precisamos de alguma coisa básica, simples, que as pessoas vão entender o que é economia solidária em um encontro porque a gente sabe que é muito mais complexo do que a gente consegue trabalhar em um encontro, né, mas a gente, né, optou por fazer uma coisa básica, mas por ser introdutória mesmo, né, então nossas expectativas assim, né, são tanto aproximar outras pessoas da economia solidária e da Rede Mandala quanto disseminar essa ideia, é isso. (EES01)

A fala a seguir, também relata as motivações para o desenvolvimento desse projeto de formação permanente:

Então assim, a gente sempre vê pessoas querendo entrar na economia solidária, mas falta uma formação básica, né, uma apresentação introdutória do que são os princípios, quais são os grupos que fazem a economia solidária, né, onde a gente tá também, porque não adianta falar muito só sobre, tipo a economia solidária é fábricas recuperadas por trabalhadores, mas assim, para nós dentro da nossa realidade isso não é presente. Então é importante a gente falar sobre economia solidária, mas falar sobre economia solidária sendo feita, né, e quem tá fazendo ela, para que essas pessoas que estão interessadas em se envolver, elas possam ter um local para ir, né, então é uma coisa muito do palpável mesmo, é, de ter um local para ir, de serem acolhidas, né, e também de saberem onde elas estão indo assim, também não ser uma coisa romantizada de realmente tentar trazer o que que é economia solidária, quem faz, como que acontece forma introdutória, rápida assim, né, curta, e também serve, eu entendo, né, que ela serve como uma formação continuada para quem já faz economia solidária, mas que é sempre bom estar revivendo, né, revendo os princípios né, os grupos que fazem parte de uma visão mais do todo, né, quando você vai para o empreendimento é uma visão bem, às vezes, muito, dependendo da pessoa que não tem muita participação em outros espaços é uma visão muito fragmentada daquele empreendimento e é normal isso acontecer, então essa formação viria, né, ela não tá sendo continuada nesse momento, mas ela viria para também trazer uma visão um pouco mais do todo, né, da cidade, da Rede Paranaense, é isso. (EAF04)

Nessa fala, é destacada a necessidade de uma formação básica e introdutória em Economia Solidária para aqueles que desejam ingressar nesse campo. O entrevistado ressalta que muitas pessoas interessadas em participar da Economia Solidária carecem desse conhecimento inicial sobre os princípios

fundamentais e os grupos envolvidos nesse movimento. Além disso, enfatiza a importância de apresentar a Economia Solidária de forma concreta e tangível, mostrando exemplos reais de empreendimentos e práticas existentes na comunidade local.

As falas dos(as) entrevistados(as) apresentadas acima demonstram a natureza da cooperação na economia solidária, resultado desse processo participativo. De acordo com o dicionário, cooperação significa: Ação de cooperar, de auxiliar e colaborar, prestando ajuda ou auxílio; dar contribuição para; colaboração ou contribuição. Na Economia Solidária, a cooperação busca promover relações econômicas mais justas e solidárias, baseadas na colaboração e na valorização do trabalho coletivo (BEATRIZ, 2012).

O entrevistado a seguir destaca a essência da economia solidária e seu processo de educação e formação, evidenciando a importância da cooperação como um elemento central.

Penso que na economia solidária e no processo de educação e formação da economia solidária, esse é, essa é uma realidade onde muitas coisas que pensamos ou que sonhamos não temos uma referência concreta e precisamos nos fortalecer e encorajar juntos e juntas a realizar, então vai pra um processo de planejamento, vai para uma realização e vai aprender fazendo mesmo, porque aquilo que se deseja construir e não está posto, não está construído, precisa começar de alguma forma, então é o processo. (EAF02)

6.2 Formação Constante

Singer (2002) evidencia em seu livro "Introdução à Economia Solidária" como os valores capitalistas estão profundamente enraizados em nossa consciência e moldam quase todos os aspectos de nossa vida: na família, na escola, no trabalho, na economia, no lazer e na forma de consumo. Este enraizamento dos valores capitalistas cria uma barreira quase invisível, mas poderosa, que dificulta a compreensão e adoção de valores alternativos, como os propostos pela Economia Solidária. Pensar e aprender valores diferentes daqueles em que estamos imersos desde o nascimento no sistema capitalista para os da Economia Solidária representa um desafio significativo.

Dada a profundidade com que os valores capitalistas estão incrustados em nossas vidas, é necessária uma formação constante e permanente em Economia Solidária. Essa formação deve ser crítica e libertadora, conforme os princípios da educação propostos por Paulo Freire. Freire (2023) enfatiza a importância de uma

educação que vá além da mera transmissão de conhecimento, buscando desenvolver uma consciência crítica nos indivíduos. Essa educação crítica permite que as pessoas questionem as estruturas de poder e as normas sociais que sustentam o sistema capitalista, ao mesmo tempo em que fomenta a capacidade de imaginar e construir alternativas.

Além disso, uma educação libertadora promove a autonomia e a emancipação dos indivíduos, encorajando-os a se tornarem agentes ativos na transformação de sua realidade. No contexto da Economia Solidária, isso significa possibilitar às pessoas participarem ativamente em empreendimentos econômicos que sejam democráticos. Essa formação deve ocorrer em diversos espaços (formais e informais) e ser contínua (FREIRE, 2023).

6.2.1 Aprender economia solidária na prática

Gadotti (2009) destaca a importância de aprender na prática, enfatizando que a Economia Solidária é uma práxis pedagógica, onde a aprendizagem ocorre por meio da vivência e da participação ativa dos agentes envolvidos. Gadotti (2009) apresenta o exemplo da autogestão, que não pode ser ensinada apenas por meio de lições teóricas, mas sim através do exemplo e da prática.

O depoimento do entrevistado a seguir demonstra como a vivência dos princípios da Economia Solidária ajuda a pessoa a se apropriar dos mesmos:

A gente quer criar um outro mundo possível e a gente só vai criar se nós souber lidar com, de forma diferente, né, souber se portar e se relacionar de forma diferente e a gente só aprende isso fazendo, tipo, não tem outra forma não, vou aprender a ser solidária lendo um livro, sabe? Tipo, é na prática mesmo e entrando em contradição e é isso aí. (EES01)

Na Economia Solidária as pessoas que trabalham são convidadas a participar e a contribuir em diferentes funções nos empreendimentos e grupos de trabalho. Importa perseguir uma visão ampliada do empreendimento, inclusive no que se refere ao planejamento e a gestão dos recursos financeiros. Ou seja, uma gestão compartilhada no real sentido da palavra: feita por todos(as) e com todos(as). Porém, poucas são as pessoas que possuem formação para lidar com tamanha responsabilidade (BEATRIZ *et. al.*, 2023).

A entrevistada, a seguir, ressalta a importância de os militantes e os novos participantes estarem em constante formação, tanto para fortalecer o movimento quanto para se desenvolverem enquanto agentes de transformação social.

Hoje eu atuo mais enquanto educadora popular, assim né, de nesses espaços, onde a gente tá é na construção, não seria muito teórica, né, mas no debate mesmo na construção, né, nos pontos porque, uma das facetas da luta né, da bandeira do movimento da Economia Solidária é a formação continuada né, então a gente precisa tá sempre em formação, nós mesmos, né, os militantes da economia solidária, e com os as pessoas que vão se aproximando, assim né. (EES03)

A fala reconhece que a construção da Economia Solidária não é apenas teórica, mas sim um processo prático e participativo, que envolve debates e reflexões coletivas.

"A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo" (Freire, 2023, p.52). Esta citação reforça a ideia de que a educação é um processo contínuo e coletivo, onde os participantes estão constantemente aprendendo e ensinando uns aos outros, com o objetivo de transformar a realidade social. Freire (2023) argumenta que a educação não pode ser vista como uma mera transferência de conhecimentos de um educador para um educando, mas deve ser uma prática que envolva a participação ativa e crítica de todos os envolvidos.

6.2.2 Demandas por formações permanentes

Ao enfatizar a ideia de rede, a citação abaixo destaca que a formação é um componente vital para fortalecer os laços entre os empreendimentos e os participantes da Rede. Essa conexão entre os membros da Rede é descrita como uma "trama", na qual cada parte está entrelaçada com as outras, criando um tecido coeso e interdependente. Esse entendimento ressalta a importância da formação não apenas para o desenvolvimento individual dos participantes, mas também para o fortalecimento e a coesão da própria Rede Mandala como um todo.

O próprio nome diz, per-ma-nen-te, não importa se é neste mês, mês que vem, no ano que vem ou no século que vem, permanente com todos nós que hoje estamos vivendo essa Rede Mandala, que é um aglomerado de empreendimentos, se fortalecendo, como Rede, porque se não não tinha sentido, Rede é justamente isso, uma trama entre um que se entrelaça com outro pra aquilo que eu não sei. (EES04)

A gente sempre precisa tá em formação, a gente sempre precisa tá revendo os princípios da economia solidária. (EAF03)

As falas de EES04 e EAF03 destacam a importância da formação contínua dentro do contexto da Economia Solidária, enquanto a primeira fala destaca a natureza contínua e perene da formação dentro da Rede Mandala, a segunda fala ressalta a importância de estar em constante revisão e reflexão sobre os princípios

da Economia Solidária, independentemente do nível de envolvimento no movimento. Juntas, essas perspectivas destacam a importância da formação contínua e reflexiva para o fortalecimento e o desenvolvimento do movimento da Economia Solidária.

A educação, então, transcende a mera transmissão de conhecimento estático e se torna um processo contínuo de aprendizado e de desenvolvimento ao longo da vida.

As práticas educacionais que habilitem o indivíduo a realizar essas funções na medida em que sejam redefinidas por eles próprios, de acordo com os requisitos em mudança dos quais eles são agentes ativos. A educação, nesse sentido, é verdadeiramente uma *educação continuada* (MÉSZÁROS, 2008, p. 74-75)

Em seu livro "Educação como Prática da Liberdade" (2022a), Freire explora sua visão de educação como um processo contínuo de conscientização e libertação, enfatizando a importância da aprendizagem ao longo da vida para o desenvolvimento individual e social. Ele argumenta que a educação não deve ser limitada a instituições formais, mas sim incorporada em todas as esferas da vida, promovendo a reflexão crítica e a transformação das estruturas opressivas.

Acho que essa formação específico né, permanente, básica, né, tem uma importância singular porque dá esse parâmetro geral do que é economia solidária, aproximar pessoas, né, que estão interessadas e tudo mais, mas ela não supre a nossa demanda de outras formações específicas porque daí abre lequeção, né? (EES01)

A fala de EES01 converge na ideia de que a rede da Economia Solidária se mantém e se fortalece por meio da colaboração e do engajamento contínuo de seus membros. As diferentes perspectivas destacam a importância da participação ativa, do aprendizado constante e do trabalho conjunto para o avanço e o fortalecimento da Economia Solidária enquanto movimento de transformação social.

A base da Economia Solidária é a cooperação voluntária entre os participantes, que se apóiam mutuamente em redes de solidariedade e corresponsabilidade. Essa colaboração é essencial para o funcionamento e a sustentabilidade desse modelo econômico (GADOTTI, 2009).

O engajamento ativo dos membros é essencial para o fortalecimento da rede da Economia Solidária. Isso envolve a troca de experiências, o diálogo entre os envolvidos, a realização de atividades formativas e a construção de uma identidade coletiva em torno dos princípios da Economia Solidária (SCHIOCHET, 2009).

6.2.2 Formação para quem?

A formação permanente é essencial tanto para aqueles que já estão envolvidos na Economia Solidária, como uma forma de relembrar, discutir e fortalecer os princípios fundamentais, quanto para as pessoas novas que estão chegando nesse contexto.

É preciso que exista tanto a educação permanente pra quem tá na economia solidária, pra relembrar e lembrar e discutir os princípios, né, pra tá sempre ali, sabendo e avivando, né, fazendo uma reciclagem daquilo tudo, e é pras pessoas novas que vão chegando, pra que a gente fique apta a falar, olha a economia solidária é isso. (EES05)

As formações permanentes não são apenas para aqueles que desejam se engajar como trabalhadores e trabalhadoras na Economia Solidária, mas também é um espaço para todos aqueles que desejam se aproximar e se envolver com a Economia Solidária, seja como consumidores conscientes, trabalhadores engajados ou educadores comprometidos.

Mostrar o que é a Rede Mandala, o que é Economia Solidária, e como isso pode beneficiar as pessoas, e quem quiser se aproximar, e quem quiser atuar, como consumidor e consumidora consciente, quem quiser se aproximar como trabalhador e trabalhadora, quem quiser se aproximar como educador e educadora, então tem vários espaços dentro da Rede e várias possibilidades de atuação. (EAF02)

Na obra "Pedagogia do Oprimido" de Paulo Freire (2023)²⁶, a categoria da práxis é fundamental e está associada a diversos conceitos essenciais para a compreensão da educação libertadora. Alguns dos principais conceitos associados à práxis na Pedagogia do Oprimido estão relacionados à conscientização, a ação-reflexão, a luta pela libertação, a transformação da realidade e a educação como prática de liberdade.

A práxis está relacionada à conscientização dos oprimidos sobre sua condição de opressão e a necessidade de transformação. Freire (2023), destaca a importância da ação associada à reflexão, ou seja, a práxis não se resume apenas à prática, mas também à reflexão crítica sobre a realidade. A práxis é vista como a busca ativa pela libertação dos oprimidos, envolvendo o conhecimento e reconhecimento da necessidade de se lutar por ela.

Trata-se de um instrumento de transformação da realidade, permitindo que os oprimidos se organizem e ajam para superar a opressão. Freire (2023), defende

²⁶ Utilizou-se como referência a 85ª edição.

que a educação deve ser uma práxis libertadora, voltada para a formação humana, a certificação da liberdade e a capacidade de transformar e criar.

Isto não quer dizer que este caminho é linear. Pelo contrário, ele é construído por descontinuidades, ascensões, oposições e conflitos. Melhor, o funcionamento dos processos educativos se dá de forma argumentativa (PEREIRA; LOCKS, 2019).

Na Economia Solidária os métodos educativos são tidos como emancipatórios, abrangendo uma série de práticas educativas, teoria da educação, trabalho popular, emancipação dos sujeitos, lutas por mudanças sociais, democratização, justiça social, tendo como pilar uma leitura questionadora dos fatos e as práticas educativas são fundamentadas na valorização dos conhecimentos e trocas de experiência, traçada na crítica das disparidades sociais, os processos de exploração e opressão social, com objetivo de alcançar a transformação dessas relações (RAUTENBERG *et. al.*, 2021).

A Educação Popular, por sua vez, traz a proposta de conscientizar e o entender de algumas causas desses ‘margeamentos’, sem desconsiderar o convívio nem a sociabilidade, porém com criticidade desses níveis, compreendendo a realidade em que se está e buscando por algo inédito que se mostra viável, um ser mais. Sem excluir a experiência local, a educação popular propõe um movimento em direção a uma outra realidade elaborada em conjunto.

Através dessa educação (popular) seria realizável ao ser humano aprender a ousar, a comunicar, a dialogar, a enfrentar, a superar a ingenuidade da consciência, de maneira a direcionar-se no sentido da edificação de um conhecimento que seja libertador, que otimize a criação de projetos que fomentam a autonomia do ser humano.

6.3 Uma formação, um processo

Neste momento, o intuito é apresentar como as formações eram construídas e como o processo de formação foi percebido pelos entrevistados. Cada formação é uma experiência única e individual para cada pessoa.

Explorar a construção das formações e a percepção dos/as entrevistados/as sobre o processo das formações é essencial para entender a diversidade de experiências e perspectivas dentro da Rede Mandala.

6.3.1 A construção - Pré formação

De acordo com a proposta do projeto de Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala, a ideia era promover a rotatividade de educadores/as envolvidos/as nos distintos grupos que compõem a Rede. Isso significa que a responsabilidade de “ministrar” a formação deveria ser compartilhada entre os diferentes membros da Rede Mandala, permitindo que cada grupo ou “redinha” tivesse a oportunidade de liderar e contribuir para a formação em diferentes momentos.

Essa abordagem visou promover a diversidade de experiências e de conhecimentos dentro da Rede, fortalecendo a autogestão e a participação de todos os envolvidos no projeto.

O sistema da formação é rotativo, então, a cada dois meses em teoria, deveria ser uma redinha ou um grupo responsável por ministrar a formação, né. (EAF01)

As formações foram construídas de forma colaborativa e participativa, envolvendo membros da Associação Utopia e do Grupo de Trabalho (GT) de Formação da Rede Mandala. A proposta inicial surgiu a partir de discussões entre pessoas envolvidas no GT, identificando a necessidade de um espaço próprio na Rede para realizar uma formação permanente em Economia Solidária. Após a apresentação da proposta nos encontros do GT, houve grande participação dos demais membros, permitindo a construção coletiva do projeto. As reuniões do GT de Formação e do Comitê Gestor da Rede Mandala foram momentos importantes para o planejamento, avaliação e distribuição de responsabilidades.

O processo de construção foi bem horizontal, bem coletivo, pelo que eu me lembro. A gente se reunia, acho que foi uns três encontros, pelo menos, fora da reunião, só pra gente pensar no formato, então nesse sentido a gente teve bastante liberdade pra pensar como fazer e tal, é, e aí basicamente, a gente se dividiu entre essas pessoas, acho que estávamos em cinco pessoas, assim, e tanto os mais velhos quanto os mais novos participaram da mesma forma, sabe, e daí, é legal que rola essa troca, né, de tipo, ah, vamos falar disso, mas, e daí, nessa conversa, a gente já vai fazendo nesse processo de construção da formação, a gente já vai fazendo uma formação anterior também, né, um aprendendo com o outro. (EAF03)

É interessante notar que tanto os membros mais experientes quanto os mais novos tiveram as mesmas oportunidades para contribuir com o processo. A fala acima destaca uma construção coletiva e horizontal, evidenciando um espaço onde

os diferentes pontos de vista são valorizados e considerados no desenvolvimento da formação.

Aconteceram umas quatro ou cinco reuniões pra gente ir meio que se alinhando, a primeira sobre quais temas a gente abordaria, como a gente faria isso, a gente teve o auxílio também de pessoa que já participaram de outras formações, então, a gente não teve esse, a gente não ficou desamparado, nem por outros formadores e nem pelos professores. A gente alinhou os temas que a gente abordaria, começou a pensar em dinâmicas para, porque, muito das reuniões da economia solidária acontecem as dinâmicas e as místicas. (EAF01)

Um projeto que a Rede Mandala tem, né, de sempre convidar pessoas, né, pra fazer oficina, fazer oficinas, e eles tinham me convidado, eu e a Rosa,²⁷ pra fazer essa oficina, eu e Rosa nunca tínhamos trabalhado juntos assim, de fazer uma oficina juntos, e foi, a gente se sentou rapidamente lá, conversamos, bolamos, como é que a gente vai fazer a metodologia e deu super certo. (EES06)

Esses relatos ressaltam a abordagem colaborativa e inclusiva da Rede Mandala, que valoriza a diversidade de experiências e perspectivas ao convidar diferentes pessoas para contribuírem com seus conhecimentos e habilidades por meio de oficinas e atividades formativas.

Os princípios da Economia Solidária colaboram para um processo de construção coletiva e horizontal ao valorizarem a participação ativa de todos os envolvidos, promovendo a igualdade de direitos e deveres, e incentivando a cooperação e a solidariedade. Nesse contexto, a Economia Solidária se apresenta como um espaço onde os diferentes pontos de vista são valorizados e considerados no desenvolvimento da formação, permitindo a expressão da diversidade e a construção de consensos de forma democrática e participativa (CABRAL, 2016).

Essa abordagem contribui para a criação de ambientes inclusivos e colaborativos, nos quais a pluralidade de ideias e perspectivas é reconhecida e respeitada, fortalecendo a coletividade e a horizontalidade nas relações interpessoais e de trabalho (CABRAL, 2016).

Destaco aqui o princípio da autogestão. A autogestão é um elemento-chave para a construção coletiva e horizontal na Economia Solidária, criando um espaço onde os diferentes pontos de vista são valorizados e considerados, e onde a diversidade é reconhecida como um fator enriquecedor no processo de formação e desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

²⁷ Nome fictício.

A gente teve um tempo de planejamento, já baseado naquilo que foi feito por outros educadores dentro do projeto formação básica em economia solidária, por outros educadores, então já havia uma linha de trabalho. (EAF02)

Essa abordagem também sugere uma cultura de colaboração e compartilhamento de conhecimento dentro da Rede Mandala, onde os educadores se apóiam mutuamente e constroem sobre o trabalho uns dos outros para promover o desenvolvimento e o aprimoramento contínuo das formações em Economia Solidária.

A formação primeiro que teve foi virtual lá, foi nós dois a primeira e em todas elas daí a gente se propõe, uma eu acho que não fui ajudar a pensar, né, mas as outras assim sempre tô tentando, né, contribuir na facilitação, na organização, né, pegando tarefa em alguma coisa ali nem que seja arrumar o espaço, né, que também é uma tarefa importante, né, mas nunca tô de fora. (EES01)

Essa abordagem é um dos princípios da Economia Solidária, a cooperação. Na economia solidária, a cooperação se traduz na prática de compartilhar conhecimentos, recursos e responsabilidades entre os membros de uma organização ou empreendimento solidário. Essa colaboração mútua permite a superação de desafios, a otimização de resultados e a promoção do desenvolvimento comunitário de forma sustentável e inclusiva (CABRAL, 2016).

6.3.2 A metodologia das formações - Durante a formação

Durante as formações, algumas estratégias foram adotadas para promover o debate e a troca de saberes.

A formação permanente, ela, ela tem às vezes um jeito de ser, é, chamado de roda de conversa, onde as pessoas vêm para esse espaço, se apresentam, falam de sua vida, e nesta vida, depois a gente vai inserindo, você já viveu solidariedade? viveu princípios como cooperação? Através da vida, da história, da trajetória da Gabriela, eu vou perguntando a ela, onde que ela viveu, aí depois eu faço a síntese (...) Tá vendo como você já vive alguns elementos da economia solidária, portanto você não é uma pessoa estranha a economia solidária, talvez você nunca viu com esse nome, mas todos nós na sociedade precisamos da cooperação, da solidariedade, e, da troca de saberes, quer dizer, não é novidade, a gente sempre viveu isso, só que fragmentadamente esse é, essa sim, é a novidade, como é fragmentada você vive pontualmente e não se compromete, e na Economia Solidária tem que viver tudo isso junto e coeso. (EES04)

Esse relato evidencia uma abordagem de formação permanente que valoriza a experiência e a vivência dos participantes, utilizando a metodologia de roda de conversa como ferramenta principal.

As rodas de conversa se efetivam como uma metodologia da Educação Popular ao proporcionarem um espaço de diálogo horizontal, participativo e reflexivo, onde os participantes têm a oportunidade de compartilhar experiências, saberes e vivências, construindo coletivamente conhecimentos contextualizados e críticos.

As rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes. Sua escolha se baseia na horizontalização das relações de poder. Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade (SAMPAIO *et. al.*, 2014).

Por meio das rodas de conversa, os indivíduos são estimulados a problematizar questões do seu cotidiano, a refletir sobre suas realidades e a buscar soluções coletivas para os desafios enfrentados, favorecendo a construção de saberes críticos e emancipatórios. Além da roda de conversa, usaram dinâmica e momentos de mística.

A gente alinhou os temas que a gente abordaria, começou a pensar em dinâmicas para, porque, muito das reuniões da economia solidária acontecem as dinâmicas e as místicas. (EAF01)

As dinâmicas no contexto da educação popular podem ser consideradas um instrumental técnico-didático. Essa técnica de dinâmicas pode ser usada para momentos de interação, apresentação e socialização (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006).

O entrevistado comenta como foram as duas dinâmicas realizadas na formação que atuou como educador popular.

Foram duas dinâmicas. Uma em que a gente se apresentou, foi formado um círculo aqui na sala, que consistia num novelo de barbante e que a gente se apresentava, falava o que era economia solidária e jogava o barbante para uma pessoa num outro ponto, de acordo com o que a gente quisesse, podia ser pro lado, podia ser sei lá. Aí, a pessoa repetia isso e depois que todo mundo tivesse se apresentado, a gente mostrava que o que tinha sido formado era uma mandala, em que a gente tinha realizado, esqueci a palavra, conexões, e que quanto mais conexões essa mandala tivesse, mais forte a mandala estaria. (EAF01)

Depois a gente passou por uma outra dinâmica que era uma dinâmica do balão. (...) A dinâmica consistia em cada um receber um balão e um palito de dente. Foi passado uma regra pra eles, só uma regra, nada além disso, que era: vai ser estipulado um tempo de trinta segundos, quem ficar com um

balão inteiro após esse tempo, ganha o jogo. Não foi falado nada além disso, é, quando foi iniciado o tempo, contagem, o pessoal já começou a ficar doido querendo furar o balão ali e passou um tempo teve um grupo, sei lá, dos trinta que estavam na sala, uns cinco ficaram com o balão inteiro, teve pessoal se escondendo, tudo, e depois foi passado o porquê dessa dinâmica que seria, que a única regra fosse continuar com o balão, que o balão não poderia ter ser estourado, você não teria porque, então, não foi dito nada que você teria que estourar o balão do outro ou que só haveria um vencedor e que a gente naturalmente, por instinto tende a agir com competição e que o fato de você ter um balão inteiro e outro também ou então, se fosse o caso, os trinta, não mudaria o fato de você ter ganho o jogo também. Então era pra gente desconstruir um pouco essa ideia, da, de que só pode ter uma, um vencedor ou então um pequeno grupo. (EAF01)

Uma "mística" em um contexto de formação ou encontro geralmente se refere a uma prática que visa criar um momento de conexão, reflexão ou inspiração coletiva. Essa prática pode incluir elementos simbólicos, rituais, músicas, poesias, meditações ou qualquer outra atividade que ajude a criar um ambiente de significado compartilhado entre os participantes.

Você começa com a mística, a mística é uma formação também, então você começa com a mística. (EES06)

A mística tem suas raízes principalmente nas vivências dos movimentos de resistência pela terra, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), os quais buscam resgatar as representações e os símbolos que dão significado às suas lutas. Dessa forma, a mística tem o propósito de fortalecer e inspirar a ação coletiva. Ela levanta questões e reconstrói o papel da subjetividade, refletindo-se nas diversas práticas educacionais, na configuração dos espaços, nos laços interpessoais, nos cuidados mútuos e nas relações afetivas (VILAÇA; DUBEUX, 2018).

Nas palavras de Hulyk (2021):

As místicas são um tipo de atividade a serviço da interação, identificação como um grupo e preparação das e dos envolvidos para as atividades que se seguem. É uma introdução à vivência e busca fortalecer vínculos entre quem participa (HULYK, 2021, p.29)

A mística pode ser entendida então como um instrumento de cuidar e partilhar.

O entrevistado relatou como foi a dinâmica realizada na mística durante a formação que participou como educador popular.

Essa dinâmica foi sucedida pela por uma outra mística, que daí, é, a gente distribuiu o pão, pela questão simbólica que o pão tem, e dividiu a sala em três grupos. Um grupo, supondo que tivesse trinta, um grupo com quinze,

outro grupo com dez pessoas, outro grupo com cinco e aí o grupo de cinco pessoas recebeu pelo menos 50% das migalhas de pão e o grupo com dez recebeu 25% e o grupo com quinze recebeu 25%, é, recebeu 15%, não 25%, desculpe. Aí essa mística tinha uma ideia de trazer a ideia de como as riquezas estão distribuídas na população, seja brasileira ou mundial, em que uma pequena parte da população detém a maior parte das riquezas, enquanto um pequeno grupo mal tem o que comer, que seria representado pelo pão, né, a maior parte. E, que talvez, se todas aquelas migalhas tivessem sido distribuídas ou pelo menos ter algum mecanismo em que pudesse tornar aquela partilha mais igualitária todos saciaram suas vontades, e que inclusive o pessoal que tenha, os cinco que, receberam 50% dos pães poderia satisfazer suas vontades com muito menos do que eles tinham e aí depois desses três momentos aconteceu de fato a formação, a nossa foi bem carregada de dinâmica e mística, né? (EAF01)

A mística é considerada então, um momento que busca promover uma reflexão individual, dentro de um momento coletivo. Outro momento de mística foi descrito no Relato da Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala (Apêndice 3)²⁸.

A metodologia desenvolvida nas formações permanentes em Economia Solidária da Rede Mandala, caracterizou-se por uma abordagem participativa e dialógica, frequentemente organizada no formato de rodas de conversa. Nessas formações, os participantes foram incentivados a compartilhar suas histórias de vida e experiências pessoais. A partir dessas narrativas, os/as educadores/as identificavam e destacavam elementos de solidariedade, cooperação e troca de saberes que os participantes já vivenciaram, mesmo que de forma fragmentada ou sem uma denominação específica. Essa prática permitiu que os participantes pudessem reconhecer e se identificar com os princípios da Economia Solidária, percebendo que, embora possam não estar familiarizados com o termo, alguns já praticam esses valores em seu cotidiano.

6.3.3 Pós-formação - A intenção

O depoimento a seguir enfatiza que esses espaços se tornam formativos não apenas pela estrutura física ou pelas atividades realizadas, mas principalmente pela presença e ação desses agentes educativos.

Sua intencionalidade em transformar o ambiente em um espaço de aprendizado enriquece a experiência dos participantes, elevando o nível de qualidade e contribuindo para um processo educacional mais significativo e profundo.

²⁸ Ver quarto parágrafo.

Então o que foi muito importante pra mim e é ainda, são essas pessoas referências que eu tenho, hoje eu consigo ver com mais clareza o papel diferenciado que elas têm nos espaços, mesmo que não seja espaços necessariamente voltados para uma formação, mas que daí tudo vira espaço formativo, né, por conta desses olhares, dessas posturas de educadores populares dentro desses espaços que levam uma intencionalidade para esses espaços, uma intencionalidade de tipo, vamos fazer desse espaço realmente um espaço formativo, né, os espaços podem ser formativos por si só, mas quando vem alguém com uma intencionalidade, é, traz outro grau de qualidade. (EAF04)

De acordo com Arroyo, Arroyo e Freire (2023), a educação não se limita à escola. Virgínio (2012) destaca a importância de compreender a educação para além do ambiente escolar, reconhecendo que o processo educativo ocorre em diversos espaços e contextos, como nas comunidades, nos movimentos sociais e nas práticas cotidianas dos povos. Essa compreensão ampliada da educação é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e para a valorização dos diferentes saberes e formas de conhecimento presentes nas comunidades.

A educação pode ser considerada, ao olhar de Vieira Pinto (2020), um encontro de consciências livres, envolvendo todos os agentes desse processo, educadores e educandos, o espaço, os materiais usados, etc. O conteúdo da educação está submetido ao processo em que ela consiste, algo fundamentalmente histórico, portanto, dinâmico e variável (VIEIRA PINTO, 2020).

A gente não faz só educação popular quando a gente tá numa formação, numa roda de conversa, né, mas todos os momentos. (EES01)

A gente participou de uma roda de conversa, onde a gente foi passar os nossos saberes, e como a gente pratica a economia solidária. (EES05)

No diálogo com os princípios da Educação Popular, a Economia Solidária desenvolve sua abordagem educacional, integrando a autogestão em sua orientação pedagógica. Isso visa fortalecer os valores de igualdade e liberdade, além de promover a participação ativa na construção dos processos educacionais. São elaboradas estratégias para compartilhar responsabilidades no ensino e aprendizagem, tanto em relação aos conteúdos quanto às metodologias pedagógicas e à elaboração das conclusões resultantes das reflexões realizadas. Na pedagogia da autogestão, os próprios participantes se comprometem com o processo educativo de forma diferenciada, demonstrando uma intencionalidade política e pedagógica clara e explícita (VILAÇA; DUBEUX, 2018).

Então num primeiro momento foi isso assim que eu tive como, que eu considerei, né, para preparar para as formações, então sempre tendo esse olhar, tipo, qual é o objetivo da formação, o que a gente tá querendo passar, ou qual que é o público, eram sempre questões que a gente tava em mente na hora de fazer as formações. (EAF04)

O conteúdo destacado reflete uma abordagem consciente e estratégica para o planejamento das formações. A pessoa entrevistada enfatiza a importância de ter um olhar atento aos objetivos da formação, ao que se deseja trocar e ao público envolvido.

Nas palavras de Freire (2022a):

“O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isso reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político pedagógica.” (FREIRE, p. 110).

Essa citação destaca a importância do papel do educador e da educadora críticos na sociedade. Eles não devem ter a ilusão de que podem transformar o país apenas com um curso ou um seminário, mas podem mostrar que a mudança é possível. Essa consciência reforça a importância da sua missão político-pedagógica, que vai além do simples ato de transmitir conhecimento. Ao demonstrar que é possível mudar e agir de forma crítica e reflexiva, os educadores contribuem para inspirar e mobilizar outros indivíduos a se engajarem em processos de transformação social.

A formação em Economia Solidária da Rede Mandala, conforme relatos dos/as participantes, apresenta que os espaços formativos não são constituídos apenas pela estrutura física ou nas atividades realizadas, mas principalmente na presença e ação intencional de educadores/as populares. Esses educadores/as transformam qualquer espaço em um ambiente de trocas e de formação.

6.3.4 A construção de uma tecnociência solidária

Nos tópicos anteriores foi possível observar a metodologia das formações em Economia Solidária da Rede Mandala, como ela foi realizada, praticada, avaliada, refletida, etc.

Dagnino (2024b) aponta que, povos originários no Brasil, antes da experiência do capitalismo, não faziam nenhuma separação entre ciência, tecnologia

e religião, sendo que os saberes faziam parte de uma mesma cosmogonia.²⁹ Onde todo esse conhecimento pertencia, era dominado, compartilhado entre as pessoas, sobretudo nas sociedades onde não havia propriedade privada da terra, nem dos meios de produção. Portanto, o conhecimento não precisava ser monopolizado, nem codificado de uma forma que impedisse o seu uso ou aplicação. Uma das características do capitalismo é a expropriação do conhecimento do produtor direto, a sua posterior codificação e o impedimento que a classe trabalhadora possa acessar esse conhecimento. O conhecimento é codificado, privatizado e depositado em instituições de ensino.

A Tecnociência Solidária envolve a organização da produção e construção de artefatos sociotécnicos (DAGNINO, 2024b). As formações em Economia Solidária envolvem a participação ativa dos educandos e educadores, criando um espaço de co-criação de conhecimento. Isso se alinha com a ideia de Tecnociência Solidária, onde o conhecimento é co-construído para abrir a possibilidade de viabilizar a propriedade coletiva.

Assim, como a Tecnociência Solidária valoriza os conhecimentos tradicionais e locais, as formações em Economia Solidária reconhecem e incorporam as experiências e saberes dos participantes, criando uma integração entre o conhecimento científico e o popular.

A Tecnociência Solidária busca integrar conhecimento científico e tecnológico com práticas sociais que promovam a inclusão e a sustentabilidade, por meio de uma abordagem participativa e colaborativa (DAGNINO, 2019).

A citação a seguir de Freire (2023) reflete a importância de valorizar o conhecimento popular e integrá-lo com o conhecimento científico, promovendo uma educação verdadeiramente emancipadora e democrática.

"Não se pode realizar com os homens pela "metade". E, quando o tentamos, realizamos a sua deformação. Mas, deformados já estando, enquanto oprimidos, não pode a ação de sua libertação usar o mesmo procedimento empregado para sua deformação. O caminho, por isto mesmo, para um trabalho de libertação a ser realizado pela liderança revolucionário não é a "propaganda libertadora". Não está no mero ato de "depositar" a crença da liberdade nos oprimidos, pensando conquistar a sua confiança, mas no dialogar com eles. Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização" (FREIRE, 2023, p. 74)

²⁹ Dagnino (2024b) utiliza o conceito de "cosmologia" para se referir ao conjunto de crenças, valores e visões de mundo.

Logo, não há saber mais, nem saber menos: há saberes diferentes. A educação, no entanto, tem de ser essa dialética entre os saberes acumulados pela humanidade (ciência) e os saberes que o povo já possui. Nesse encontro de saberes é que se dará a superação dos diferentes preconceitos.

Nesse contexto, a ideia de Tecnociência Solidária proposta por Dagnino (2019) é a construção de uma ciência e tecnologia incentivada pelas necessidades e saberes das comunidades, promovendo diálogos entre os conhecimentos tradicionais e científicos.

O diálogo entre Tecnociência Solidária e Educação Popular cria ambientes de aprendizagens onde o conhecimento é co-criado e compartilhado, reconhecendo a importância dos saberes locais e científicos em um processo contínuo de troca e construção coletiva. A Tecnociência solidária, neste contexto, não é apenas uma ferramenta, mas um processo educativo e emancipador. Freire (2023), em seu livro "Pedagogia do Oprimido", descreve como a educação deve ser um ato de liberdade, em que os educandos são protagonistas de sua própria aprendizagem. Nesse sentido, a aplicação da Tecnociência solidária na educação deve sempre buscar a integração dos diversos conhecimentos e respeitando as especificidades culturais e sociais dos educandos.

6.4 A experiência de cada educador(a)

Por fim, serão apresentados relatos de experiências relacionadas à experiência da formação em Economia Solidária, os desafios já superados, os que ainda precisam superar e as perspectivas para as formações básicas em Economia Solidária da Rede Mandala.

6.4.1 Liberdade para atuar

O relato a seguir ressalta uma experiência enriquecedora e desafiadora:

Foi uma experiência única, eu tenho uma certa dificuldade, por exemplo, se vem procurar do que eu faço eu sei responder, mas quando você vai falar pra pessoas, e fazer como se tivesse em uma sala de aula, com outro, com acadêmicos ali junto, então foi uma coisa única assim e aí foi maravilhoso descobrir que a gente pode, que a gente pode passar algum saber, né, que tem o outro lá pra saber então a vivência foi boa, foi muito bom, mesmo sem ser acadêmica. (EES05)

Freire (2022a) acreditava que todos têm algo a contribuir com o processo educativo, pois cada pessoa traz consigo sua própria experiência de vida, sua visão de mundo e suas perspectivas únicas. E essa liberdade na atuação contribui para uma formação mais dinâmica.

Ao permitir que todos participem ativamente do processo de aprendizagem, independentemente de sua formação acadêmica, a educação se torna mais significativa. Essa abordagem, conhecida como Educação Popular enfatiza a importância da valorização do conhecimento prático e da sabedoria cotidiana, complementando o conhecimento teórico e acadêmico.

A formação, nesse sentido, além de conscientizar as pessoas do que, das regras do jogo da Economia Solidária, mostra o porquê que isso é importante e também, faz com que as pessoas numa próxima vez, consigam atuar também como formadores e isso achei muito legal também porque cada formador tem a sua, tem a liberdade de atuar de acordo com o que ele quer falar da Economia Solidária. (EAF01)

Essa fala traz um aspecto fundamental, porque reconhece que cada formador traz consigo suas próprias experiências, perspectivas e abordagens, o que enriquece a diversidade de aprendizado.

6.4.2 Busca pelo conhecimento

Ao colocar as pessoas em uma postura conscientemente crítica diante de seus problemas, Freire (2022a) defendeu uma abordagem educacional que valorizasse a reflexão, o diálogo e a ação transformadora, como sugere a entrevistada EAF01, sobre as formações permanentes em Economia Solidária.

“O que importa, realmente, ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se. (E aos povos também.) É fazê-lo agente de sua própria recuperação. É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas” (FREIRE, 2022a, p. 79)

Eu acho que essa experiência acabou me ajudando bastante a entender o todo da economia solidária, o fato de participar dessa formação como ministrante da, foram eu e outras pessoas né, mas o fato de falar na frente de um certo público me fez correr atrás de algumas coisas que eu ainda não saberia explicar, é, então foi um processo de enriquecimento meu na economia solidária, na educação popular bem grande. (EAF01)

A Educação Popular foi o eixo central da ação educativa no processo formativo em Economia Solidária. Através de práticas político-pedagógicas, as formações permanentes em Economia Solidária podem ser vistas como

emancipatórias, contemplando um conjunto de práticas educativas, teoria da educação, trabalho popular, emancipação dos sujeitos, lutas por transformações sociais, democratização, justiça social, tendo como base uma leitura crítica da realidade.

A principal proposta da Educação Popular para a sociedade é contribuir para a construção de processos de resistência e de emancipação humana, buscando uma ordem societária que não seja regida pelo capital. Ela visa vincular explicitamente a educação e a política, promovendo uma educação que esteja articulada aos interesses dos trabalhadores e à construção de outra ordem societária. Dessa forma, a Educação Popular busca ser uma ferramenta para a resistência e a transformação radical do sistema vigente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (PALUDO, 2015).

Vale destacar que a Educação Popular reconhece a importância da educação formal, mas também valoriza e promove outros espaços de aprendizagem e construção de conhecimento, buscando uma abordagem mais ampla e inclusiva da educação (PALUDO, 2015).

Paulo Freire (2023) defendia a importância do aprender fazendo como parte de seu método de ensino. Ele acreditava que a educação deveria ser um processo ativo, no qual os alunos não apenas absorvem conhecimento, mas também o constroem por meio de experiências práticas e reflexão crítica.

6.4.3 Desafios: encontrados, superados, para superar

No 1º Seminário Tecnociência Solidária para a Economia Solidária, realizado em 13 de Agosto de 2021, o professor Renato Dagnino diz que: "Não é possível pensar em ajustes pontuais aqui e ali, é necessária uma outra forma de organizar a produção e o consumo. Não é apenas uma questão de como consumir, mas sim uma questão de como produzir."

Sendo assim, existem alguns desafios relacionados à formação que foram citados pelos entrevistados. No trecho a seguir observa-se que as ações de formação permanente são essenciais, mas que é um campo que necessita de incentivo.

Gabriela, o que a gente percebe assim, existe interesse para aproximação, mas os educadores acabam não tendo, é, na maioria das vezes oportunidades de geração de renda, ou seja, não existe o reconhecimento

do trabalho, existe uma demanda para o trabalho, como foi da fundação de assistência social da prefeitura dizendo, olha, nós temos interesse, nós temos espaço, nós temos infraestrutura e nós temos público, o que nós não temos é dinheiro para pagar, não temos rubrica pra pagar isso, né, então é ruim pra Economia Solidária ser percebida ou ser vista como uma parceria, onde a remuneração não é prioritária. (EAF02).

Essa situação destaca a necessidade de encontrar formas de valorizar e apoiar financeiramente o trabalho dos educadores dentro do contexto da Economia Solidária, de modo a garantir seu reconhecimento adequado pelo seu importante papel na promoção do desenvolvimento comunitário e da educação popular.

A Economia Solidária como ela tem pouco recurso financeiro como receita, ela não é atrativa pro homem que se sente, e a gente não pode ficar nessa, nesse paradoxo, tem que ir superando isso pra que aquele homem, eu sou exemplo de que eu já sustentei minha família sem ser empregado, por dois, dois anos a fio ali, eu trabalhei, é, sem ser empregado, hoje eu tenho um trabalho remunerado, que me dá sustentação, e ainda sim eu faço as outras coisas da economia solidária, mas é possível viver da economia solidária fazendo coisas dentro dela, e temos vários exemplos de companheiros nossos que vivem da economia solidária, literalmente, homens e mulheres, não é complemento de renda, é renda principal, porém ainda, não é uma máxima de todos trabalhadores e todas trabalhadoras da economia solidária, ainda pra maior, pra uma boa parte delas é uma complementação de renda, e isso é um desafio de ser superado. (EES04)

A partir da pesquisa realizada por Dantas *et. al.* (2020) é possível inferir que a falta de recursos financeiros pode ser um obstáculo para a implementação de práticas educativas transformadoras e para a continuidade da formação e educação permanente dos educadores populares.

Eu espero que ela continue, né, antes de tudo eu espero que ela continue, é, que ela continue assim, que a gente arrume formas dela continuar e eu acho que uma das, o que a gente precisa fazer pra isso, além de ter recurso, é claro, é que isso vire uma motivação, é um trabalho, né, é, a gente precisa agregar mais pessoas que se entendem também como educadores. (EAF04)

A formação é essencial, não apenas garantir recursos financeiros, mas também para motivar e envolver um número crescente de pessoas interessadas em atuar como educadores populares. Ao agregar mais pessoas que compartilham a visão e o compromisso com a Educação Popular e a Economia Solidária, é possível fortalecer a continuidade do programa de formação.

6.4.4 Perspectivas para as formações

Dentre as perspectivas para a formação permanente, para a Rede Mandala e até mesmo para a Economia Solidária foram encontrados os temas: aproximar as

peessoas da Economia Solidária e da Rede Mandala através das formações permanentes, a ideia de ampliar/difundir os conceitos e as vivências em Economia Solidária, e qualificar o debate.

A necessidade de formação continuada é um desafio constante na Rede Mandala, uma vez que a Rede está aberta para receber e aproximar as pessoas da Economia Solidária.

Essa questão da necessidade de tá em formação continuada né, e aí a gente precisa pensar em níveis de formação, porque sempre vai ter pessoas novas, e aí você precisa trabalhar com o básico, né, com elementos básicos, mas vai ter aquele que tá lá algum tempo que também precisa de formação, que não é de uma formação básica que você toma conhecimento de toda dimensão o que é uma economia solidária, então é, são dimensões que a gente precisa, a gente não encontrou ainda esse método dentro da Rede Mandala, né, estamos experimentando esse, essa formação desse ano agora, né, de novembro até agora, ela foi pra grupos diferentes, então algumas das pessoas, elas participaram de vários momentos, alguns eu acho que todos, talvez tenha alguém que tenha participado de todos, mas era sempre uma uma formação inicial, né, pra gente se aproximar do tema junto com aquele grupo que tava junto ali, né, então é, no nosso horizonte tá continuar com esse método. (EES03)

O que eu espero realmente desse processo de formação permanente, começando com a formação básica em economia solidária é que possa ser mais acessível a outros trabalhadores e trabalhadoras, não só aqueles que estão em vulnerabilidade social, não só aqueles que já conhecem ou tiveram algum acesso à economia solidária, mas todos aqueles que estão na nossa sociedade. (EAF02)

Essas citações destacam a importância da formação continuada em Economia Solidária e a necessidade de considerar diferentes conhecimentos e experiências dos participantes. Por um lado, é crucial oferecer uma formação básica que introduza os conceitos fundamentais da economia solidária, especialmente para aqueles que estão ingressando no tema pela primeira vez. Por outro lado, também é essencial proporcionar oportunidades de aprendizado mais avançadas para aqueles que já possuem algum conhecimento prévio e desejam aprofundar sua compreensão e habilidades.

O desafio está em desenvolver métodos de formação que atendam às necessidades e expectativas de ambos os grupos, garantindo que o conteúdo seja acessível e relevante para todos. A abordagem de oferecer diferentes formações e adaptar o conteúdo às demandas específicas de cada grupo demonstra um compromisso com a democratização do conhecimento em Economia Solidária.

Além disso, a expectativa é que esse processo de formação permanente não apenas beneficie os trabalhadores e as trabalhadoras diretamente envolvidos/as na

economia solidária, mas também seja acessível a um público mais amplo, incluindo aqueles que podem estar em situação de vulnerabilidade social ou que ainda não tiveram contato com esse modelo econômico. Isso reflete um desejo de democratizar o acesso ao conhecimento e fortalecer uma variedade maior de pessoas para participarem ativamente na construção de uma sociedade justa e solidária.

A Educação Popular destaca-se como uma abordagem educacional que se alinha perfeitamente com esses princípios. Entende-se por Educação Popular um conceito que se refere a uma abordagem educacional que visa promover a participação ativa das comunidades na busca por conhecimento e na transformação social. Ela se baseia na ideia de que a educação deve ser acessível a todos e que o conhecimento deve ser construído de forma coletiva, levando em consideração as experiências e realidades das pessoas envolvidas (GADOTTI, 2000).

A principal proposta da Educação Popular para a sociedade é contribuir para a construção de processos de resistência e emancipação humana, buscando uma ordem societária que não seja regida pelo capital. Ela visa vincular explicitamente a educação e a política, promovendo uma educação que esteja articulada aos interesses dos trabalhadores e à construção de outra ordem societária. Dessa forma, a Educação Popular busca ser uma ferramenta para a resistência e a transformação radical do sistema vigente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (PALUDO, 2015).

Os entrevistados a seguir destacam a importância de aproximar mais pessoas da economia solidária e disseminar seus princípios e práticas, tanto dentro da Rede Mandala quanto em um contexto mais amplo. Há um reconhecimento do potencial da economia solidária para contribuir positivamente para o cenário econômico do Brasil e para promover formas mais justas e sustentáveis de produção, distribuição e consumo.

Então nossas expectativas assim, né, são tanto aproximar outras pessoas da economia solidária e da Rede Mandala quanto disseminar essa ideia, é isso. (EES01)

Eu acho que a economia solidária, ela tem um potencial e ela tem uma importância no cenário econômico do Brasil, é, que eu vejo que outras pessoas precisam saber o que é economia solidária e ter um contato de economia solidária, porque eu acho que é uma prática muito, como que eu posso dizer, acho que é uma prática necessária. (EAF03)

Eu espero assim, como até um desejo futuro, em que a economia solidária, pelo menos as pessoas tenham conhecimento do que se trata, porque eu acho que é uma coisa muito grande e que poucas pessoas sabem do que se trata, é, as pessoas vêem os feirantes e pensam que é uma feira comum, as pessoas vêem o trabalho das costureiras e pensam que são costureiras entre aspas comuns, as pessoas do campo são pessoas comuns, não entendem ou então, não que não entendem porque têm dificuldade do entendimento, mas simplesmente por não conhecer a ideia da economia solidária como, minha esperança que a economia solidária fosse mais difundida. (EAF01)

Além disso, as citações acima refletem um desejo compartilhado de que mais pessoas tenham conhecimento sobre o que é economia solidária e como ela funciona. Isso é crucial para combater estereótipos e mal-entendidos sobre essa forma de organização econômica e reconhecer o valor e a importância do trabalho realizado por empreendimentos solidários e cooperativas. Ao aumentar a conscientização e a compreensão do que é economia solidária, mais pessoas podem se engajar ativamente nesse modelo econômico e contribuir para seu crescimento e fortalecimento.

Os principais desafios para a sobrevivência e crescimento da Economia Solidária no Brasil envolve a criação de redes solidárias para promover a comercialização de produtos entre empreendimentos econômicos solidários, a conscientização e mobilização da sociedade para o consumo solidário, e a possibilidade de desenvolver certificações para identificar esses empreendimentos. Além disso, necessita garantir que os princípios ideológicos da Economia Solidária sejam preservados, mesmo diante das diversas formas de suporte e esforços de entidades apoiadoras do movimento (ADDOR, 2006).

Outro desafio envolve incluir a Economia Solidária nas políticas de desenvolvimento nacional, interferindo nas políticas públicas do país e buscando apoio governamental, além de considerar a formulação de todas as políticas governamentais (ADDOR, 2006).

Então a formação, o processo de formação continuada precisa ajudar essa pessoa a perceber, né, quais são os atores, com quem ele tá conversando, como que se identifica o quadro né, do que tá colocado ali, quais são as forças digamos assim, né, mas o que que tá sendo debatido, então isso tudo precisa de bastante formação, né, a gente não chega pra uma reunião de um fórum ou de um conselho, é, sabendo de tudo, entendendo tudo, então a gente precisa tá aprendendo. (EES03)

Em ambientes como reuniões de fóruns ou conselhos, é comum que haja uma diversidade de perspectivas, interesses e agendas, e a capacidade de compreender e analisar esses elementos é fundamental para uma participação

eficaz e significativa. A formação contínua ajuda a desenvolver habilidades de análise, reflexão e diálogo que são essenciais para navegar por esses contextos complexos. Portanto, ao reconhecer que ninguém pode estar completamente informado ou entender todos os aspectos de uma situação de uma só vez, a formação continuada se torna um processo contínuo de aprendizado coletivo, permitindo que as pessoas se tornem agentes engajados em suas comunidades e na sociedade em geral.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando objetivo geral da pesquisa, compreender como a formação permanente em Economia Solidária, por meio da Educação Popular, pode contribuir para a formação de educadores populares na Rede Mandala, pode-se afirmar que a formação permanente, enraizada nos princípios da Educação Popular, é um pilar essencial para o fortalecimento da Economia Solidária na Rede Mandala. Uma vez que permite que os membros da Rede Mandala compartilhem seus conhecimentos, fortaleçam os laços comunitários e promovam a participação democrática.

A Educação é um processo social, que se encaixa em uma determinada perspectiva de mundo, perspectiva esta que determina os objetivos a serem alcançados pelo processo educacional em conformidade com os pensamentos predominantes em uma sociedade específica. Portanto, a educação não pode ser interpretada de forma desarticulada, ou como uma generalização aplicável a qualquer momento e local, mas, sim, como uma atividade social, contextualizada historicamente, em uma realidade específica (DIAS, PINTO, 2019).

Nesse contexto, a Educação pode ser reconhecida como uma prática social que tem como meta o aperfeiçoamento do ser humano, das suas habilidades. Também pode ser considerada como um processo, um processo isolado de aprendizado relacionado à escola, à família e à sociedade. A Educação é o método social que faz com que o ser humano a consiga reconhecer, buscar, instituir, relacionar os valores de maneira a aperfeiçoar-se como sujeito que compõe a sociedade (DIAS, 2023).

As formações permanentes em Economia Solidária da Rede Mandala, que aconteceram na cidade de Curitiba (PR), no período de outubro de 2022 a novembro de 2023, são exemplos concretos da prática social da educação. Prática essa que apoiou-se na vertente da Educação Popular.

A principal proposta da Educação Popular para a sociedade é contribuir para a construção de processos de resistência e emancipação humana, buscando uma ordem societária que não seja regida pelo capital. Ela visa vincular explicitamente a educação e a política, promovendo uma educação que esteja articulada aos interesses dos trabalhadores e à construção de outra ordem societária. Dessa forma, a Educação Popular busca ser uma ferramenta para a resistência e a transformação

radical do sistema vigente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (PALUDO, 2015).

A pesquisa destacou a educação não formal em espaços alternativos, como associações de bairro, movimentos sociais, organizações não governamentais e outros locais comunitários. Isso está em sintonia com a ideia de que a educação não formal se desenvolve em diversos contextos, respeitando a diversidade e a flexibilidade do processo de ensino-aprendizagem.

A Rede Mandala pode ser caracterizada como utilizando a educação não formal. Essa forma de educação é definida por ela como processos educativos que ocorrem fora do sistema escolar formal, é caracterizada pela intencionalidade das ações, pelo foco em objetivos específicos e pela organização de ambientes e situações interativos, onde a aprendizagem ocorre coletivamente.

A educação informal, por outro lado, ocorre de maneira espontânea e sem sistematização, sendo transmitida por meio de experiências de vida e valores do grupo social. Embora a Rede Mandala também possa incorporar elementos da educação informal em suas práticas, o enfoque principal está na educação não formal, onde os resultados são observados através de processos contínuos de leitura e interpretação do mundo, visando a transformação social e o fortalecimento de práticas solidárias.

Até o momento, pode-se concluir que as formações permanentes em Economia Solidária da Rede Mandala foram importantes para que possamos criar novos conceitos.

A Educação Popular, aliada à Economia Solidária, pode ser uma ferramenta para promover a conscientização, a autonomia e a solidariedade entre os participantes, contribuindo para a construção de uma sociedade justa.

Tratando da Economia Solidária, a mesma, em cada tempo e lugar, ou mesmo em cada empreendimento, recebe vários aspectos, pois não se encaixa em um padrão específico, visto que ela desponta da dinâmica dos processos socioeconômicos e culturais singulares, nos quais estão incluindo seus protagonistas. Porém, alguns determinantes são identificadores da existência desta “outra economia” (PEREIRA; LOCKS, 2019).

Isso significa que, as formações foram pensadas e realizadas de acordo com o contexto e com a demanda de cada grupo que passou pela formação, nenhuma formação foi igual a outra. A proposta era de que ela fosse flexível e adaptável.

A Economia Solidária é uma teia com diversas possibilidades, para quem quer se aproximar e para quem está envolvido nela. Compreender o percurso dos/as educandos/as dentro dessa teia pode ajudar a identificar as motivações, os desafios e os suportes necessários para fortalecer ainda mais a Rede Mandala.

A abordagem crítica usada nas formações permanentes pode levar à desconstrução de valores e estruturas tradicionais, incluindo os padrões capitalistas, promovendo alternativas mais justas e sustentáveis. Assim, a abordagem da Educação popular pode ser considerada a mais adequada para as formações permanentes em economia solidária da Rede Mandala.

A pesquisa realizou uma análise detalhada do contexto em que a Educação Popular e a Economia Solidária estão inseridas, destacando as principais tendências, desafios e oportunidades que impactam a formação de educadores populares na Rede Mandala. Foram identificadas tendências como o crescente reconhecimento da Educação Popular como um método eficaz para a transformação social e a valorização das práticas econômicas solidárias como alternativas ao modelo econômico tradicional. Os desafios incluem a precarização do trabalho educacional e a falta de financiamento estável para as iniciativas solidárias.

A pesquisa mapeou detalhadamente o processo de formação, descrevendo os métodos pedagógicos empregados, que são fundamentados na Educação Popular freireana, com enfoque na prática dialógica, na problematização e na participação ativa dos envolvidos. Os conteúdos abordados foram relacionados aos princípios e práticas da Economia Solidária, integrando saberes técnicos e políticos, como gestão coletiva, autogestão, sustentabilidade e direitos sociais. As estratégias utilizadas incluíram oficinas, rodas de conversa, intercâmbios de experiências, e vivências em grupos de trabalho, reforçando a construção coletiva do conhecimento. A flexibilidade no processo de ensino-aprendizagem foi destacada, permitindo adaptações conforme as necessidades dos participantes, o que é uma característica central da educação não formal.

Foram coletados relatos dos educadores populares participantes da formação, o que possibilitou uma compreensão das suas percepções sobre a relevância e os impactos do processo formativo em suas práticas e na vida cotidiana. As percepções analisadas indicaram que a formação não apenas amplia os conhecimentos sobre a Economia Solidária, mas também fortalece a identidade dos educadores como agentes de transformação social. Os educadores relataram

maior engajamento e fortalecimento para atuar em suas comunidades, evidenciando os efeitos emancipatórios da Educação Popular. Os desafios mencionados incluíram a necessidade de uma maior articulação entre os diferentes coletivos e um tempo mais longo para a formação, dado o caráter contínuo e permanente da educação.

A pesquisa verificou se a Formação Permanente em Economia Solidária pode ser considerada uma tecnociência solidária, analisando o uso e a produção de conhecimentos técnico-científicos de forma colaborativa e voltada para o bem comum. Concluiu-se que o processo formativo na Rede Mandala se alinha aos princípios da tecnociência solidária, pois promove a co-produção de conhecimentos com os participantes, valoriza saberes locais e práticos, e orienta-se por objetivos que priorizam a solidariedade e a sustentabilidade. A formação não se limita a reproduzir conhecimentos, mas envolve a criação de novos saberes e práticas que respondem às demandas concretas da comunidade, caracterizando-se como uma prática de tecnociência solidária.

Diante do exposto, conclui-se também que a vivência é importante para as pessoas irem se descobrindo dentro da economia solidária e irem compreendendo e agregando as formas de trabalho e os conceitos da ES.

Sugere-se aprofundar a continuidade dos educandos dentro da Rede Mandala, investigando se aqueles que participaram da formação permaneceram na economia solidária e continuaram envolvidos com a rede.

Dessa forma, a Educação Popular não apenas apoia o desenvolvimento individual dos membros da Rede, mas também constrói uma Rede mais forte, coesa e resiliente, capaz de promover alternativas econômicas justas e solidárias em contraste com os padrões capitalistas tradicionais.

No contexto da Rede Mandala, a formação permanente em Economia Solidária, pode avançar e possibilitar o desenvolvimento de Tecnociência Solidária.

O conceito de Tecnociência Solidária ainda está em construção. Todavia, Dagnino (2009) sugere que a ciência e a tecnologia devem ser utilizadas de forma a promover a equidade, a justiça social e a sustentabilidade ambiental, especialmente no contexto latino-americano. A partir da perspectiva descrita acima, entende-se que a tecnociência não deve ser vista como uma ferramenta neutra, mas sim como algo que deve ser orientado por princípios democráticos e que atenda às necessidades da população. A participação ativa do povo na produção do conhecimento é fundamental para garantir que as inovações tecnológicas sejam relevantes e

benéficas para a sociedade como um todo, em vez de serem apenas instrumentos de lucro ou controle. Assim, a Tecnociência Solidária poderia ser entendida como uma abordagem que busca integrar a ciência e a tecnologia com os valores de solidariedade, participação e justiça social, promovendo um desenvolvimento que realmente atenda às demandas e interesses da população.

Pensando na Educação Popular, como um processo tecnológico, e não um artefato tecnológico, entende-se que não é neutro. Diante da não neutralidade do conhecimento tecnocientífico, pode-se dizer que as Formações em Economia Solidária da Rede Mandala são processos de Tecnociência Solidária.

8 REFERÊNCIAS

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2006.

ADDOR, Felipe. Desafio da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente. Artigo acadêmico. 12 f. **SOLTEC/UFRJ**, Rio de Janeiro, 2006.

ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel. Raízes e prática de economia solidária: articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste (REN)**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 587-603, jul./set. 2009.

ALVES, Thayna Eloyza Peixoto; CALVO, Emanuel Alvares. A autogestão e a heterogestão: abordagem de duas formas de gestão na contemporaneidade. **Encontro de Iniciação Científica**, Prudente, v. 12, n. 12, p. 1-10, 2016.

ARAÚJO, Adrielle Silva. **Economia solidária e educação: Experiências pedagógicas com educação de jovens e adultos**. 2012. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ARAÚJO, Elaine Sampaio; MOURA, Manoel Oriosvaldo de. **Contribuições da teoria histórico-cultural à pesquisa qualitativa sobre formação docente**. In: PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (orgs.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ARROYO, João Claudio Tupinambá; ARROYO, Maria Betânia de Carvalho Fidalgo; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. Educação Popular e Economia Solidária: Por uma pedagogia da solidariedade. In: BORDALO, Carlos Alberto Barros; BORDALO, Carlos Alberto Barros; ANTUNES, Ângela Biz; MOTA NETO, João Colares da; GADOTTI, Moacir; SOUZA, Priscila Herondina Reis de. **Educação Popular Na Amazônia Paraense**: Paulo Freire Vive! Belém: Editora da UEPA, 2023. p. 243-255.

ARROYO, Miguel G. PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

ASSOCIAÇÃO UTOPIA. Projeto ao Fundo Diocesano de Solidariedade da Arquidiocese de Curitiba. Curitiba, 2022.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Ândrea Francine; FAGUNDES, Maurício César Vitória. Educação popular e processos de emancipação. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 1, p. 23-37, jan. 2022.

BATISTA, Ândrea Francine; FAGUNDES, Maurício. O pensamento de Paulo Freire: gênese e consolidação da educação popular no Brasil. **Research, Society And Development**, v. 10, n. 15, p. 1-12, 29 nov. 2021.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Economia Solidária: os caminhos da autonomia coletiva**. Curitiba: Juruá, 2012. 180 p.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa**. 2007. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Puc-Sp, São Paulo, 2007.

BEATRIZ, Marilene Zazula; *et. al* (org.). **Rede Mandala: Economia Solidária Entrelaçando Campo e Cidade**. Curitiba: InVerso Editora, 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002. 117 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 89-106, set. 2016.

CABRAL, S. M. Economia Solidária: um processo educativo. **Revista Práxis**, v. 1, p. 27-32, 2016.

CALBINO, Daniel. O Estado da Arte da Produção Científica em Economia Solidária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 1, n. 2, p. 95-103, 27 abr. 2016.

CALBINO, Daniel. A educação na Economia Solidária: Possibilidades para um novo paradigma social. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 2, n. 9, p. 301-324, ago. 2013.

CALDAS, Eduardo de Lima e ALVES, Mario Aquino. Tecnologia apropriada: uma modesta apresentação de pequenos casos. **Revista NAU Social**, v. 4, n. 7, p. 16-26, 2013.

CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antonio Carlos. **Clubes de Troca: Rompendo o silêncio, construindo outra história**. 2. ed. Curitiba: Editora Popular: Cefuria, 2011.

CIODARO, Adriane Drummond de Almeida; MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. Um arranjo formativo em economia solidária para alunos do fundamental. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 13, n. 4, p. 1-21, dez. 2018.

Conselho Nacional de Economia Solidária. **Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável**. In: II Conferência Nacional De Economia Solidária - CONAES, 2010, Brasília. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_I/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

COSTA, B. A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, v. 2, n. 2. Viçosa, MG, 25 ago. 2013.

COSTA, R. P. Perguntas e Respostas sobre Incubadora Tecnológica de Economia Solidária no Brasil. **Ciência & Tecnologia Social**, v. 4, n. 1, p. 132–142, 2021.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; DAGNINO, Renato. “Não estão percebendo a importância da *policy* e da *politics* de ciência e tecnologia para mudar o mundo”. **Trilogía Ciencia Tecnología Sociedad**, v. 14, n. 28, p. 1-14, 30 set. 2022.

CUNHA, Eduardo Vivian da; SOUSA, Washington Jose de. O bem viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 321-332, ago. 2023.

CUPANI, Alberto. A questão do determinismo tecnológico. *In*: Filosofia da Tecnologia: um convite (3a edição). Editora da UFSC, 2011, p. 201-226.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. 1º Plano Municipal de Economia Solidária de Curitiba. Curitiba: Prefeitura Municipal, 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Lei nº 14.786, de 23 de fevereiro de 2016. Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária e Cria o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária. Curitiba, 23 fev. 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Fórum de Economia Solidária propõe fundo e participação em licitações.** 2023. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/forum-da-economia-solidaria-propoe-fundo-e-participacao-em-licitacoes>. Acesso em: 17 jul. 2023.

DAGNINO, Renato. 1º Seminário Tecnociência Solidária para a Economia Solidária. Online. Setorial de Ciência & Tecnologia e TI - PT SP, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TLJINm0RBzk> Acesso em 19 maio 2024.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária e plataformação da sociedade.** 2024a. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/tecnociencia-solidaria-e-plataformizacao-da-sociedade/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

DAGNINO, Renato. CONFERÊNCIA Livre - Tecnociência Solidária e Plataformação da Sociedade - 5ª CNCTI. Online: Cut-Df, 2024b. (146 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GhxJGyKXXe8>. Acesso em: 19 maio 2024.

DAGNINO, Renato. O marco analítico-conceitual da Tecnociência Solidária. *In*: DAGNINO, Renato. **Tecnociência Solidária: um manual estratégico.** Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 37-67.

DAGNINO, R. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. *In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas* [online]. Campina Grande: **EDUEPB**, 2014.

DAGNINO, Renato. "Ciência e tecnologia para a cidadania" ou adequação sócio-técnica com o povo? **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 1-23, 13 jun. 2009.

DAGNINO, Renato. BRANDÃO, Flávio Cruvinel. NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. *In: DAGNINO, Renato. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. 2. ed. Campinas, SP: Komedi, 2010 (pp. 71 a 111).

DANTAS, Mayana de Azevedo; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da; CASTRO JÚNIOR, André Ribeiro de; OLIVEIRA, Lúcia Conde de. 'Uma semente abrindo a terra para germinar': o processo formativo com educadores/as populares do edpopsus. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 125, p. 322-334, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104202012503>.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. Educação e Sociedade. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 27, n. 104, p. 449-454, set. 2019.

DIAS, Érika. A Educação e a escola. Para que servem as escolas? Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 120, p. 621-629, jul. 2023.

DINIZ, Sibelle Cornélio. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia**, v. 29, n. 3, p. 963-985, dez. 2019.

Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento, Brasília: 2006.

Documento Base da II Conferência Nacional de Economia Solidária: Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável, Brasília: 2010.

FEENBERG, Andrew. O que é Filosofia da Tecnologia? Trad. Agustín Apaza [Título original: "What is Philosophy of Technology?"]. S.l. n., 2003, p. 01-11.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa: por que e como fazê-la. *In: FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Linha de Tempo**. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Documento Orientador da VI Plenária Nacional de Economia Solidária**. Economia Solidária: autogestão como estratégia de resistência e alternativa à crise do capitalismo, na luta pela radicalização da democracia, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Documento-base**

da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: FBES, 2012a.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). II **Boletim** Nacional da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: FBES, 2012b.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Carta de princípios da Economia Solidária**. 2003. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Relatório da III** Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: FBES, 2003.

FRAGA, Laís; SILVEIRA, Ricardo; VASCONCELLOS, Bruna. O engenheiro educador”. *In*: UNICAMP. **Coletiva - reflexões sobre incubação e autogestão**. Campinas: Unicamp, 2011. p. 197- 220.

FRAGA, Laís S. Autogestão e Tecnologia Social: utopia e engajamento. *In*: BENINI; Édi. A. FARIA; Maurício Sardá de. NOVAES; Henrique T. DAGNINO; Renato. (Org.) **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 101-123.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 85 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2022a, ed. 54ª.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2022b, ed. 74ª.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Prefácio de Moacir Gadotti. Tradução de Lilian Lopes Martin. 36. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum.. *In*: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL** , 4., 2012, São Paulo. Proceedings online. Associação Brasileira de Educadores Sociais.

GADOTTI, Moacir. Economia Solidária como práxis pedagógica. São Paulo: **Editora e Livraria Instituto Paulo Freire**, 2009.

GADOTTI, Moacir. Dimensão política do projeto pedagógico da escola. **Abceducatio**, v. 4, n. 24, 2003.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 03-11, jun. 2000.

GARCIA, Ramon M.. Tecnologia apropriada: amiga ou inimiga oculta?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 27, n. 3, p. 26-38, set. 1987.

GERHARDT, Milton César; FRANTZ, Walter. Educação popular e movimentos sociais. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 92-104, 13 jun. 2019.

GHIGGI, Gomercindo. Paulo Freire e a revivificação da Educação Popular. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 111-118, mai./ago. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 27-38, mar. 2006.

GONTIJO, F. M. C.; PAULA, A. P. P. de. Os sentidos da Economia Solidária: reflexões sobre um curso de formação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

GONZÁLEZ REY, F. O compromisso ontológico na Pesquisa Qualitativa. In: González Rey, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: Os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p 01- 28.

GUIMARÃES, F. A. de S.; GUIDOTTI, J. V. M. T. Contribuições possíveis da Economia Solidária de Paul Singer à economia de Francisco e Clara. **P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. esp, p. 55–67, 2023.

GUTIERREZ, Rafaela Francisconi; ZANIN, Maria. A relação entre tecnologias sociais e Economia Solidária: um estudo de caso em uma cooperativa de catadores de resíduos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 129-148, abr. 2013.

HIGA, Willian. As redes de economia solidária: Convergências e divergências entre a cidadania e a inovação tecnológica. In: I Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, 2005, Londrina. Londrina: UEL, 2005. p. 1-29.

HULYK, Luciane de Carvalho. **Design Participativo e Economia Solidária**: o papel da designer em um projeto editorial participativo. 2021. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design Gráfico) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS). **Tecnologia Social no Brasil**. Plataforma Online. Disponível em: <https://www.itsbrasil.org.br/>.

LISBOA, Flávio Gomes da Silva. Produção de software livre por uma empresa estatal de tecnologia da informação: um estudo de caso sob a perspectiva da tecnologia social. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LINSINGEN, Irlan von; BAZZO, Walter A.; PEREIRA, Luiz T. V. O que é ciência, tecnologia e sociedade? *In*: LINSINGEN, Irlan von; BAZZO, Walter A.; PEREIRA, Luiz T. V. Introdução aos estudos CTS: ciência, tecnologia e sociedade. Espanha: OEI, 2003. p. 119-156 (Cadernos de Ibero-América).

LORENZETTI, Jorge; TRINDADE, Letícia de Lima; PIRES, Denise Elvira Pires de; RAMOS, Flávia Regina Souza. Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 432-439, jun. 2012.

MACHADO, Guilherme Sousa. **O papel e as funções do educador popular e sua professoralidade**. 2022. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade de Uberaba, Uberaba, 2022.

MAGNO, Thaissa Souza do Carmo; VASCONCELLOS, Ana Maria Albuquerque; BARROS, Jones Nogueira; ARROYO, João Cláudio Tupinambá. Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento local. **P2P e Inovação**, v. 8, n. 2, p. 15-34, 29 mar. 2022.

MAZARO, Lisabelle Manente; MATSUKURA, Thelma Simões; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira. Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, p. 127-146, 2020.

MEDEIROS, Alzira Josefa de Siqueira; DUBEUX, Ana; SILVA, José Nunes da; VILAÇA, Mônica. **Economia Solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**. Olinda: MXM, 2018.(Educação popular e Economia Solidária no Nordeste).

MELLO NETO, José Francisco de. Educação popular em Economia Solidária. *In*: 29ª Reunião anual da ANPEd, Rio Janeiro: Anped, 2006. p. 1-14.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária: documento final. – Brasília: MTE, Senaes, SPPE, DEQ, 2006.

MÉSZÁRIOS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 124 p.

NASCIMENTO, Daniel Teotonio do; KREMER, Andréia Maria; BENINI, Elcio Gustavo. Economia Solidária e Tecnologia Social: potenciais alternativas. **Otra Economía**, v. 11, n. 20, p. 101-118, dez. 2018.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na Economia Solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 325-332, 19 dez. 2008. Universidade Federal de Goiás.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (org.). **Doença do coronavírus (COVID-19)**. 2024. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1. Acesso em: 19 jul. 2024

PALACIOS, E. M. García; LINSINGEN, I. von; GALBARTE, J.C.. González; CEREZO, J. A. López; LUJÁN, J. L.; PEREIRA, L. T. V.; GORDILLO, M. Martín; OSORIO, C.; VALDÉS, C.; BAZZO, W. A. Introdução aos estudos CTS (Ciência, tecnologia e sociedade). **Caderno de Ibero-América**. 2003.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, ago. 2015.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. Dilemas e contradições de projetos de educação não formal com a educação popular: reflexões sobre práticas e saberes. *In*: 30ª Reunião anual da ANPEd, Rio Janeiro: ANPEd, 2007. p. 1-16.

PAULO, Fernanda dos Santos; COSTA, Daianny Madalena. Educação Popular. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 36, p. 737-755, 22 dez. 2022.

PEREIRA, Josilaine Antunes; LOCKS, Geraldo Augusto. Economia solidária: espaço de educação popular e empoderamento feminino. *In*: 39ª Reunião Nacional Da ANPEd, 2019, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: ANPEd, 2019. p. 1-7.

PEREIRA, L. C. B.; FREITAS, C. C. Educação na tecnologia social: análise de experiências. **Revista Tecnologia e Sociedade**. v. 14, n. 30, p. 105-120, jan./abr. 2018.

PEREIRA, R. A.; CLARO, L.; SILVA, R. S. da. Saberes populares e educação informal: diálogos com a Educação Popular. **Anais do seminário formação docente: intersecção entre universidade e escola**, v. 4, n. 4, p. p. 1–10, 2021.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo. *In*: IV Congresso internacional de pedagogia social, 2012, São Paulo.

RAUTENBERG, Roberto Rivelino *et. al.* Uma experiência de formação em Economia Solidária com usuários/as da Política de Assistência Social em Blumenau/SC. **Revista das ITCs**, v. 1, n. 1, dez. 2021.

REDE MANDALA. **Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade**. Disponível em: <https://redemandalapr.com/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

Resolução Nº 05 de 09 de Dezembro de 2021 nº 5, de 2021. **I Plano Municipal de Economia Popular Solidária – I Plamsol Curitiba**. Curitiba, 2021.

RIBEIRO, S. D.; DE MÜYLDER, C. F.. Economia Solidária - Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 581–613, out. 2014.

ROCKWELL, Elsie e EZPELETA, Justa. A escola: relato de um processo inacabado de construção. **Currículo sem Fronteiras**, v.7, n.2, p. 131-147, Jul/Dez 2007.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). **Caderno de Debate**: Tecnologia Social no Brasil – direito à ciência e ciência para a cidadania. São Paulo: RTS, 2004.

SAMPAIO, Juliana et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. 2, p. 1299-1311, dez. 2014.

SANTIAGO, L.; BEATRIZ, Marilene Zazula. Economia Solidária: trajetória histórica e questões conceituais. *In*: Paniagua, Cleiseano Emanuel da Silva. (Org.). **Ciência, tecnologia e inovação: a nova produção do conhecimento**. 1ed. Ponta Grossa: Atena, 2021, v. 1, p. 291-304.

SANTOS, Aline Mendonça dos. **Sobre os atores do movimento de Economia Solidária no Brasil: qual o sujeito? qual reconhecimento? qual lugar?** *In*: XV Congresso Luso Afro Brasileiro De Ciências Sociais, 2011, Salvador, p. 1-14.

SANTOS, Thaynara Maria Almeida dos; SANTOS, Sanádia Gama dos. Práticas educativas de tecnologias sociais em uma escola do campo no município de Arapiraca/AL. **Revista Interseção**, Palmeira dos Índios, v. 2, n. 1, p. 197-214, 18 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. 2007, vol.12, n.34, p. 152-165.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios. **Mercado de Trabalho**, n. 40, p. 55-59, ago. 2009.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. Economia Solidária no Estado do Paraná: limites e potencialidades das formas associativas. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 1, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária *versus* economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, dez. 2001.

SINGER, Paul. Economia Solidária. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, abr. 2008.

SIQUEIRA, G. DO P.; BAPTISTA, P. A. N.; TEODORO-SILVA, W. A Conferência de Medellín: contexto político-ecclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 16, n. 50, p. 648-676, 31 ago. 2018.

SOFFNER, R. K. Tecnologias sociais e práxis educativa. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 19, n. 1, 2014.

SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de; POZZEBON, Marlei. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 93, p. 231-254, jun. 2020.

STRECK, Danilo R. A pesquisa em educação popular e a Educação Básica. **Praxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 111-132, jun. 2013.

TAUILE, J.R.; RODRIGUES, H. Economia solidária e autogestão: a criação e recreação de trabalho e renda. **IPEA mercado de trabalho**, nº 24, ago, 2004, p. 35 a 43.

THOMAS, Herman. Tecnologías para la inclusión social y políticas públicas en América Latina. 2008.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, v. 26, n. 1, p. 69-94, 22 abr. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: à pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARSAVSKY, Oscar. Ciencia, Política y Cientificismo. Centro Editor de América Latina, 1969.

VASCONCELOS, Valéria; OLIVEIRA, Maria Waldenez. Educação Popular: uma história, um que-fazer. **Educação Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 135-146, 30 ago. 2009.

VELHO, Léa. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 128-153, jan. 2011.

VERONESE, M.; GAIGER, L.; FERRARINI, A. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno CRH**, Salvador, n. 30, v. 79, p. 89-104, jan.-abr. 2017.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e Realidade Nacional** [VOLUME 1: A Consciência Ingênua]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VILAÇA, Mônica; DUBEUX, Ana. A pedagogia da autogestão na experiência do CFES-NE. In: MEDEIROS, Alzira Josefa de Siqueira; DUBEUX, Ana; SILVA, José Nunes da; VILAÇA, Mônica (org.). **Economia Solidária, Educação Popular e Pedagogia da autogestão: reaprendendo a aprender pelas veredas da descolonização do saber no nordeste**. Olinda: Mxm Gráf. e Ed, 2018. p. 59-100.

VIRGÍNIO, A. S.. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. **Sociologias**, v. 14, n. 29, p. 176–212, jan. 2012.

WINNER, Langdon. “Do Artifacts Have Politics?” In: WINNER, L. “The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology”. Chicago: The University of Chicago Press, 1986 p. 19-39.

WIRTH, Ioli Gewehr; CHABES, Marcos Lourenço; PAVAN, Tessy Priscila. Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para metodologia de incubação. *In*: UNICAMP. **Coletiva - reflexões sobre incubação e autogestão**. Campinas: Unicamp, 2011. p. 19-40.

ZAZULA BEATRIZ, Marilene. Análise dos conceitos de Tecnologia Social utilizados pelo Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil, pelo Instituto de Tecnologia Social, pela Rede de Tecnologia Social e por Renato Dagnino (pp. 166-174). VIII Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade, 2019, Belo Horizonte. Anais do VIII Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade. Belo Horizonte, 2019, 1741p.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista

Perfil do entrevistado/a

Nome:		
Idade:	Sexo:	Estado civil:
Profissão:		Escolaridade:
Quanto tempo na Economia Solidária?		
Qual é a sua atuação dentro da Economia Solidária?		

Educação

- Para você, quais são as formas de educação?
- O que você entende que é a Educação Popular?
- Você já vivenciou a Educação Popular? Se sim, poderia citar um exemplo de vivência relacionada à Educação Popular?

Economia Solidária

- Pode descrever a sua relação com a Economia Solidária?
- Os princípios da Economia Solidária refletem em sua vida? De que maneira?
- Como soube da formação permanente em Economia Solidária?

Formação permanente em Economia Solidária da Rede Mandala

- O que pensa sobre a formação permanente em Economia Solidária da Rede Mandala?
- Comente sobre a sua participação na formação permanente em Economia Solidária da Rede Mandala?
- O que você espera da formação permanente em Economia Solidária da Rede Mandala?
- A frase “aprender fazendo” traz algum significado para você? Se sim, qual?

**APÊNDICE B - TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO E TCUIV - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE
IMAGEM E SOM DE VOZ**

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TCUISV - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Título da pesquisa: "Educação Popular E Economia Solidária: A Formação De Educadores Populares"

Pesquisadores responsáveis pela pesquisa, com Endereços e Telefones:

Professora Dra. Marilene Zazula Beatriz, endereço: Avenida Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, CEP 80230-901. Curitiba-PR, Brasil. Telefone: (41) 3310-4545.

Mestranda Gabriela Fernanda Rocha Corrêa, endereço: Rua Doutor Motta Júnior, 2075, Aristocrata CEP 86025-030, São José dos Pinhais -PR, Brasil. Telefone: (41) 98850-1585

Local de realização da pesquisa: Esta pesquisa será realizada em locais seguros definidos pelos/as entrevistados/as ou em modo remoto, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, se assim o/a entrevistado/a desejar.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE.

1. Apresentação da pesquisa.

Olá! Gostaríamos de te convidar para participar de uma pesquisa! A pesquisa é sobre Educação Popular e Economia Solidária e suas possibilidades com a Tecnologia Social.

Se você está se perguntando “mas, o que é uma pesquisa?” informamos a pesquisa é um tipo de investigação, uma forma de adquirir conhecimento. Se você está curioso/a sobre algo ou quer resolver problemas específicos, você pode investigar para saber mais, avaliar ou buscar soluções. Existem várias maneiras de pesquisar, que vai desde acessar a internet, ler livros e revistas e até fazer perguntas as pessoas. No caso da pesquisa a qual você está sendo convidado/a, ela será realizada através de entrevista semiestruturada, ou seja, ao invés de realizarmos várias perguntas, vamos levantar alguns pontos que possam ser discutidos.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa em questão é analisar as percepções dos educadores populares sobre a sua participação no curso de Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala em Curitiba – PR.

Em caso de qualquer dúvida sobre o que estiver escrito aqui ou qualquer outra coisa relacionada à pesquisa, é só perguntar para a pesquisadora Gabriela Corrêa, que ela vai te responder. Tudo certo? E não se esqueçam: você só participa se quiser! Você também pode deixar de participar da pesquisa, em qualquer

momento; perguntar e ter respostas sobre qualquer assunto relacionado à pesquisa e ver todos os resultados da pesquisa.

Se você aceitar participar, precisa assinar este documento para provar que aceitou.

2. Objetivos da pesquisa.

Analisar as percepções dos educadores populares sobre a sua participação no curso de Formação Permanente em Economia Solidária da Rede Mandala em Curitiba – PR.

3. Participação na pesquisa.

A entrevista será realizada presencialmente e gravaremos a sua voz. É prevista para durar aproximadamente uma hora (01 hora). Será agendado previamente a entrevista mediante contato telefônico ou via aplicativo de mensagens em dia e horário de sua disponibilidade, assim como, ocorrerá em local definido pelo/a participante.

Caso seja de seu interesse, você pode solicitar acesso aos tópicos que serão abordados na entrevista. Mas fique tranquilo/a, não existem respostas certas ou erradas. Além disso, você poderá se recusar a responder qualquer uma das perguntas que lhe cause algum tipo de constrangimento, interromper a entrevista a qualquer momento ou mesmo desistir de participar na pesquisa.

4. Confidencialidade.

As informações dessa pesquisa, desde a coleta até a análise de dados, ficarão guardadas sob a responsabilidade dos pesquisadores. Os dados relevantes serão publicados após o devido tratamento e respeitando o sigilo ético. A identidade dos/as participantes será referenciada apenas pelo segmento de representação da Economia Solidária e um código numérico estabelecido de acordo com a ordem das pessoas entrevistadas (exemplo: EAF01; EES02). Como informado anteriormente, as entrevistas terão o áudio e/ou vídeo gravadas, mas as gravações também não serão divulgadas. Elas ajudarão os pesquisadores a não perderem nenhuma informação importante que tenha sido dita durante a ação.

É muito importante que você, como participante, guarde em seus arquivos pessoais uma cópia dos registros que serão entregues no dia da entrevista. Ter este documento em mãos é uma forma de assegurar seus direitos quanto à participação na pesquisa.

5. Riscos e Benefícios.

5a) Riscos: Em entrevistas presenciais, não há riscos iminentes

Em caso de entrevistas não presenciais, existem riscos característicos do ambiente virtual e dos meios eletrônicos em função das limitações dos pesquisadores para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do/da participante da pesquisa em caso de um ataque virtual.

Além dos riscos supracitados, há também riscos presentes nas duas modalidades de pesquisa (presencial ou virtual) relacionados a possíveis constrangimentos e desconfortos com as perguntas. Nesses casos as medidas tomadas serão:

- Todas as entrevistas serão iniciadas com ênfase na responsabilidade e disponibilidade do pesquisador em responder qualquer tipo de dúvida relacionada à pesquisa;
- Será constantemente enfatizado que toda e qualquer participação na pesquisa é voluntária, não obrigatória e possível de desistência, sem qualquer tipo de penalidade ou de descontentamento por parte da pesquisadora;

5b) Benefícios: Esta pesquisa pode colaborar com o processo de autoanálise sobre a realidade vivida no recorte histórico pesquisado. Com relação aos processos individuais, ela poderá propiciar uma autorreflexão sobre a participação em espaços de decisão de uma política pública. Já na perspectiva coletiva, poderá desvendar tópicos debatidos dentro do movimento da Economia Solidária sobre a participação popular em arenas políticas.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: Pessoas com mais de 18 anos, membros de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio e Fomento que participaram do Curso de Formação Básica em Economia Solidária da Rede Mandala.

6b) Exclusão: Pessoas de Empreendimento Econômicos Solidários e Entidades de Apoio e Fomento que não estavam presentes no recorte histórico da pesquisa.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

Sua participação é voluntária e protegida sob sigilo, sendo assim tem o direito de sair da pesquisa a qualquer momento, assim como, tem a liberdade de recusar ou retirar o consentimento sem nenhum tipo de penalização.

Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

() quero receber os resultados da pesquisa (e-mail para envio : _____
 () não quero receber os resultados da pesquisa

8. Ressarcimento.

A participação nessa pesquisa não terá nenhum custo e nem ganho financeiro, por isso não haverá ressarcimento. Ou seja, você não vai nem ganhar dinheiro, nem perder dinheiro por conta dela.

B) CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas nítidas às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores responsáveis obtenham, **filmagem ou gravação de voz** de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Os vídeos e gravações de voz ficarão sob guarda e propriedade dos pesquisadores responsáveis pelo estudo. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome	Completo:		
RG: _____	Data	de	
Nascimento: ____/____/____			
Telefone: _____			
Endereço: _____			
CEP: _____	Cidade: _____	Estado: _____	
Assinatura: _____	Data:	_____	

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Marilene Zazula Beatriz

Assinatura _____ da
pesquisadora: _____
Data: 04/09/2023

Pesquisador colaborador: Gabriela Fernanda Rocha Corrêa

Assinatura _____ do
pesquisador: _____
Data: 04/09/2023

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Gabriela Fernanda Rocha Corrêa, via e-mail: gabrielacorrea@alunos.utfpr.edu.br ou telefone: (41) 98850-1585

**APÊNDICE C - RELATO: FORMAÇÃO BÁSICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA
DA REDE MANDALA**

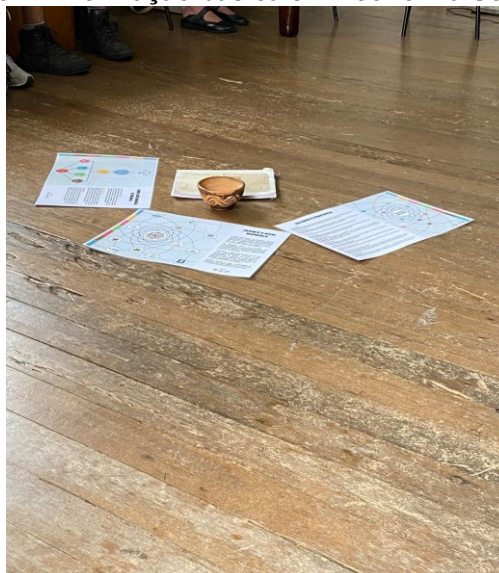
RELATO: FORMAÇÃO BÁSICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REDE MANDALA

Para atingir o objetivo específico, “descrever o processo de formação permanente em Economia Solidária, considerando os métodos pedagógicos, conteúdos e estratégias utilizadas”, participei como observadora da formação básica em Economia Solidária, que aconteceu sete de outubro de 2023, sábado, na modalidade presencial, na sede do CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo).

Haviam 24 participantes, sendo que dois eram os educadores populares e trabalhadores/as da Economia Solidária que conduziram a formação e 22 pessoas eram participantes como educandos. A formação deu início por volta das 14 horas e se encerrou às 16 horas.

A sala estava disposta com cadeiras e bancos, em formato de semicírculo, com um quadro branco disposto em frente aos participantes. Ao centro do semicírculo estava um pote com grãos (feijão, arroz e lentilha) e folhetos informativos sobre Economia Solidária e Rede Mandala.

Figura 7 – Formação básica em Economia Solidária



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

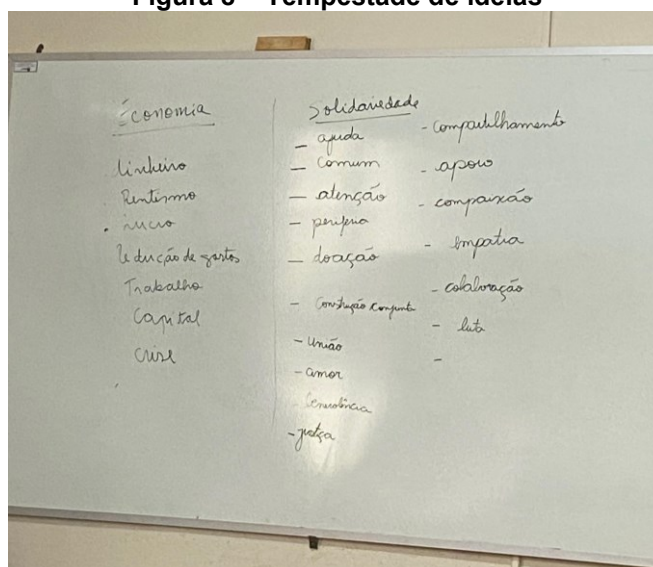
A formação iniciou com a mística. A mística é um momento dentro da formação usado para sensibilizar os participantes, no sentido de envolver-se no processo educativo que ali será desenvolvido intencionalmente. A mística aconteceu a partir de uma fala sobre as sementes que germinam em nosso mundo, provocando

algumas indagações: quais sementes queremos plantar? Quais sementes estão sendo plantadas? Foi entregue diferentes grãos (feijão, arroz e lentilha) para os participantes e para encerrar o momento da mística, realizou-se a leitura da poesia de Ademar Bogo, cartas de amor.

Dando sequência a formação, o segundo momento foi de apresentação dos participantes. Cada um poderia sentir-se à vontade para participar do momento e dizer algumas informações, como nome, se participa de algum movimento da Economia Solidária, como chegou até a formação, e outras informações que gostaria de compartilhar. As pessoas que chegaram depois do momento de apresentação também se apresentaram, assim que encerrasse a fala da pessoa inscrita.

O próximo momento foi a tempestade de ideias, com o objetivo dos educadores realizarem um reconhecimento das ideias e perspectivas do grupo. Foram realizadas suas perguntas e os participantes podiam dizer palavras que respondem e representam a pergunta. A primeira pergunta foi “o que é economia?” E a segunda pergunta “O que é solidariedade?”. As respostas dadas pelos participantes foram registradas no quadro branco, como mostra a imagem abaixo:

Figura 8 – Tempestade de ideias



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

As respostas sobre economia foram: dinheiro, rentismo, lucro, redução de gastos, trabalho, capital e crise. As respostas sobre solidariedade foram: ajuda, comum, atenção, periferia, doação, construção conjunta, união, amor, benevolência, justiça, compartilhamento, apoio, compaixão, empatia, colaboração e luta.

A partir dessas informações, os educadores questionam: A economia e a solidariedade podem andar juntas? A partir de diversas falas, as ideias convergem para a Economia Solidária. Nessa perspectiva, os educadores propuseram uma questão para reflexão: como estamos inseridos no mundo do trabalho? E um questionamento para partilhar e debater: o que mais te indigna na sociedade capitalista? Nesse momento, cada participante pôde contribuir a partir de suas perspectiva, respeitando os que não desejaram falar.

O próximo momento foi da apresentação da Economia Solidária e seus princípios, assim, os participantes realizaram a leitura do panfleto que estava ao centro do semicírculo. Na sequência, os educadores colocaram como a Economia Solidária e seus empreendimentos se organizam na sociedade. Também foi apresentada, pelos educadores, a Rede Mandala, enquanto o panfleto informativo passou no semicírculo para que os participantes pudessem ter contato com o material.

Para o momento de encerramento da formação, foi realizado um sorteio do livro da Rede Mandala: Economia Solidária entrelaçando campo e cidade. E também, um momento para dúvidas, compartilhar experiências e outras falas para quem assim desejasse. Nesse momento, questionaram como as políticas públicas estão sendo realizadas em Economia Solidária nos dias de hoje? Como é possível integra-se à Rede Mandala? Os educadores, prontamente atenderam as dúvidas, sendo que, alguns participantes que já fazem parte do movimento da Economia Solidária também contribuíram para sanar as dúvidas e compartilhando suas experiências de como se dá a Economia Solidária na prática.

Encerrando a formação, foi realizado pelos participantes uma avaliação da formação, em uma folha. Além disso, os educadores e alguns participantes que fazem parte de empreendimentos econômicos solidários realizaram convites dos próximos eventos relacionados à Economia Solidária.

A mística final foi realizada uma dinâmica com um barbante, cada pessoa recebia o barbante e poderia comentar o que sentiu durante a formação e com quais sentimentos encerra aquele momento, após a sua fala, deveria passar o rolo do barbante para outra pessoa, assim, ao final da fala de todos, formou-se uma rede. Ao final, colocaram uma bexiga e o objetivo era não deixar que ela passar através da rede, e isso aconteceu graças a união dos envolvidos. A formação encerrou-se com um café comunitário, com alimentos trazidos pelos participantes.

A partir do relato acima, pode-se dizer que os métodos pedagógicos utilizados se aproximam dos métodos de alfabetização propostos por Paulo Freire (2023)³⁰, na década de 1960, que acontecem em três momentos: investigação, tematização e problematização. Na primeira etapa, o educador e o educando buscam, na linguagem de cada educando e da sociedade onde ele está inserido, termos que despertem a atenção. Na segunda etapa, os educandos escolhem um tema significativo para eles e, em seguida, o analisam criticamente. Na terceira etapa, os educandos e os educadores visam superar uma primeira impressão própria por uma visão crítica do mundo, partindo para a transformação do contexto vivido .

Os conteúdos principais foram Economia Solidária e Rede Mandala. Para chegar até o conteúdo da Economia Solidária, foi realizada uma investigação, questionando o que os participantes entendiam por economia, o que entendiam por solidariedade e quais as possibilidades quando as duas se juntam. A tematização se deu com a apresentação do campo da Economia Solidária e suas características, bem como, apresentando a Rede Mandala. Na problematização foram utilizadas perguntas geradoras, com o objetivo de relacionar com a vida cotidiana de cada participante.

E as estratégias foram: diálogo, construção compartilhada do conhecimento, reconhecer os saberes que emanam da própria experiência de trabalho, problematização acerca do trabalho e capitalismo, apresentação do projeto democrático dos empreendimentos econômicos solidários através da Rede Mandala e da Economia Solidária.

³⁰ Pedagogia do Oprimido, 85ª ed.